

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca

DENISON SILVAN MENEZES DA SILVA

MANAUS - AMAZONAS

2009

DENISON SILVAN MENEZES DA SILVA

Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Professora Doutora Iraildes Caldas Torres

Ficha Catalográfica (catalogação realizada pela Biblioteca Central da Ufam)

Denison, Silvan

S586t Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca /
Denison Silvan Menezes da Silva. - Manaus: UFAM, 2009.

100 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
– Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientadora: Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres

1. Relações trabalhistas 2. Trabalhadores 3. Minas e recursos
minerais – Amazonas I. Torres, Iraildes Caldas II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

CDU 349.2(811)(043.3)

Dedicatória

*À memória do Mindu, que, num passado distante
tão vivo, acolheu a mim e à minha irmã num
abraço tão envolvente que a ela quase sufocou, e
a certa jovem acarioca, tão cheia de si, que, num
passado próximo tão presente, riu do cadáver
insepulto do meu rio, esquecendo que o seu, de há
muito confinado em seu jazigo, tampouco respira
e muito menos é casa de algum acari.*

Agradecimentos

*À professora doutora Iraíldes Caldas Torres,
pela fraterna amizade e exemplar dedicação à arte de ensinar;
à centenária Universidade Federal do Amazonas,
símbolo máximo do saber no maior Estado da União;
ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia,
sem o qual eu não poderia alcançar um dos grandes objetivos da minha vida;
à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,
pelo suporte financeiro indispensável à consecução do meu objetivo;
às professoras doutoras Marilene Correa Silva Freitas e Elenise Scherer,
pela contribuição dada a esta pesquisa por ocasião do exame de qualificação;
aos professores doutores do programa Sociedade e Cultura na Amazônia,
pela inolvidável contribuição à minha formação acadêmica;
ao professor mestre Paulo Pinto Monte,
por disponibilizar documentos importantes para esta pesquisa;
aos colegas mestrandos da turma de 2007,
pelo companheirismo desfrutado ao longo de dois anos de estudos;
aos sindicalistas Roberto Miranda, Antônio Akel e Francisco Costa (Mazinho),
pela presteza e solicitude com que me receberam;
à Edite Braga, Debora e Almir Cavalcanti, Edmar e José Raimundo Fonseca,
Luciano Silva, Antônio Dourado, Nilton Lima, José Menezes,
José Adelmo de Oliveira, Francisco Firmino Trajano e Pedro Vale;
trabalhadores pioneiros do Pitinga e
colegas de trabalho na Mineração Taboca que somente agora conheci,
a todos, agradeço penhoradamente.*

*"Que os trabalhadores sentissem essas injustiças
- e as sentissem apaixonadamente - é, em si, um fato
suficientemente importante para merecer nossa atenção".*

Edward Palmer Thompson

Resumo

Este estudo realiza uma abordagem sobre a empresa Mineração Taboca, especialmente no que se refere ao tema do trabalho e das relações de trabalho vividos pelos trabalhadores pioneiros do Pitinga no âmbito dessa empresa mineradora. A década de 1980 é o recorte temporal desta pesquisa, que tem o propósito de verificar em que medida os trabalhadores se depararam com relações de poder autoritárias no âmbito laboral, dando relevo à sua organização política na mina do Pitinga, localizada no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas. Trata-se dos trabalhadores extrativistas industriais que desempenharam função na mina do Pitinga de propriedade da Mineração Taboca, empresa fundada no início da década de 1980. A pesquisa assume o aporte das abordagens qualitativas, com uso de técnicas de entrevista do tipo semi-estruturado, aplicada junto a uma amostra de 12 trabalhadores. Todo o percurso do trabalho é iluminado pela perspectiva metodológica da história vista de baixo, proposta por Edward Palmer Thompson, que busca dar relevo às histórias de vida dos sujeitos sociais de baixo status social. Procuramos analisar a expansão do capital na Amazônia e seus desdobramentos nos grandes projetos amazônicos, que impactaram negativamente o meio ambiente e a vida das populações amazônicas, mostrando ao mesmo tempo que o poder disciplinar causou extremas dificuldades na relação entre a empresa mineradora e os trabalhadores. A pesquisa revela que a organização sindical se deu de forma subserviente aos patrões, na perspectiva do sindicalismo pelego e atrelado ao poder patronal. Revela que o processo de formação de um sindicato alternativo, em 1990, ocorreu de maneira orgânica e pela base, sendo, no entanto, anulado na Justiça por influência direta da empresa mineradora. Constata, que apesar das dificuldades enfrentadas durante as atividades laborais na década de 1980 os trabalhadores pioneiros do Pitinga conseguiram de certa forma superá-las, vivendo atualmente em relativo bem-estar. Este estudo assume fundamental importância na medida em que poderá constituir-se em um documento para fundamentar estratégias de ação dos trabalhadores junto ao poder público, além de contribuir para despertar novas abordagens neste tema ainda pouco explorado.

Palavras-chave: relações de trabalho; trabalhadores; Mineração Taboca; Pitinga, Presidente Figueiredo, Amazonas.

Abstract

This study makes an approach to company Mineração Taboca, especially with to the subject of work and employment relationships experienced by pioneer workers of Pitinga. The 1980s is the background of this study that verify how much workers were faced with authoritarian power relations at the workplace, an emphasis on its political organization in Pitinga mine, located in Presidente Figueiredo, Amazonas. It's all about extractive industry workers that work in mine owned by Taboca Mining, a company founded in early 1980. The study assumes the contribution of qualitative approaches, using techniques of interview semi-structured, implemented with a sample of 12 workers. The whole course of the work is illuminated by the methodological perspective of history from below, proposed by Thompson, to bring relief to the life stories of the social subjects of low social status. We analyzed the expansion of capital in the Amazon and its development in large projects in the Amazon, which negatively impacted the environment and life of traditional peoples, while showing that the disciplinary authority has caused extreme difficulties in the relationship between the mining company and the workers. The research reveals that the trade union was about as subservient to the bosses, in view of the union leader and tied to employer power. It shows that the process of forming a union alternative in 1990 occurred organically and through the base, which, however, annulled by the courts direct influence of the mining company. Notes, finally, that despite the difficulties encountered during work activities in the 1980s the pioneering work of Pitinga somehow managed to make her future, currently living in relative well-being. This study is of fundamental importance as it could be in a document to support strategies for worker's action with the government, and contribute new approaches to raise this issue not yet explored.

Key-words: work relationships; workers; Mineração Taboca; Pitinga, Presidente Figueiredo, Amazonas.

Sumário

Introdução	11
Primeiro Capítulo: A expansão do capital na Amazônia e sua relação com os povos indígenas	17
1.1 A rota dos grandes projetos na Amazônia.....	17
1.2 O processo de expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari.....	33
1.3 Contextualizando o campo da pesquisa	47
Segundo Capítulo: O trabalho na mina do Pitinga: selva, suor e lágrimas	65
2.1 O poder disciplinar no âmago da cultura operária.....	65
2.2 O trabalho no chão de mina.....	79
2.3 A difícil relação entre a Mineração Taboca e seus trabalhadores.....	97
Terceiro Capítulo: Os trabalhadores pioneiros do Pitinga e o fazer-se classe	112
3.1 A organização sindical dos trabalhadores do Pitinga.....	112
3.2 Conquistas e recuos na organização sindical.....	125
3.3 Por onde andam os trabalhadores pioneiros do Pitinga?.....	137
Considerações finais	152
Referências	155
Anexos	159

Lista de figuras

Figura 1 - Mina do Pitinga: localização da vila (ponto azul); lago da hidrelétrica (azul); e estrada vicinal (vermelho). Mapa do Instituto Socioambiental com inserções do pesquisador Denison Silvan.

Introdução

Este estudo versa sobre os trabalhadores extrativistas industriais que atuaram na mina do Pitinga, de propriedade da Mineração Taboca, durante a década de 1980. Nosso interesse consistiu em verificar em que medida os trabalhadores pioneiros da Mineração Taboca vivenciaram relações de poder autoritárias no âmbito da empresa mineradora, dando especial relevo à organização política desses trabalhadores. O recorte temporal é a década de 1980, caracterizada pela efervescência dos movimentos sindicais frente ao Estado autoritário.

A idéia central que presidiu o trabalho esteve voltada para o desvendamento do poder disciplinar mantido pela Mineração Taboca ao longo da década de 1980. Este poder envolveu as atividades laborais e particulares dos trabalhadores e esteve presente na forma de organização do processo de trabalho e do espaço geográfico da cidade empresa e, também, na cooptação das entidades sindicais representativas desses trabalhadores.

A Mineração Taboca Sociedade Anônima é proprietária de Pitinga, atualmente a maior mina poliminerál do mundo (ver mapa), respondendo por cerca de 50% da produção de cassiterita do Brasil, com média anual de dez mil toneladas, e, também, de columbita-tantalita. Está localizada em área de 17 mil hectares, a 250 quilômetros ao norte da cidade de Manaus, no município de Presidente Figueiredo. Para acomodar um efetivo médio anual de 1.000 trabalhadores e seus familiares, que somam cerca de 3.000

desenvolvimento humano das populações tradicionais da Amazônia, caso adotassem a perspectiva de desenvolvimento socialmente solidário.

A escolha deste objeto de estudo, centrado no trabalho e nas relações de trabalho que ocorreram no âmbito da Mineração Taboca, deve-se ao fato de eu ter sido empregado da empresa no período de 1983 a 1987, quando desempenhei a função de chefe do setor de Contas a Pagar, uma posição privilegiada que me permitiu vislumbrar a dinâmica deste grande empreendimento minerador amazônico. Para além deste sentimento de relação trabalhista, o nosso interesse pelo tema está relacionado à preocupação com a realidade amazônica, marcada pelas precárias condições de acesso a bens e serviços sociais por parte das populações tradicionais, antagonismos gerados pelo processo de implantação dos grandes projetos, que alteram negativamente o meio ambiente e a vida das comunidades tradicionais.

Como referencial teórico, nos apoiamos, principalmente, nas considerações de Thompson (1987) para nossas análises sobre trabalho e relações de trabalho e sobre a categoria trabalhadores. A partir deste autor, pudemos enxergar a classe trabalhadora e as transformações no mundo do trabalho com novos olhos, sendo a concepção de classe social como fenômeno histórico a matriz orientadora de sua pesquisa. Thompson tem como uma de suas preocupações centrais o processo de autofazer-se das classes sociais ao longo da história, pois, para ele, a classe operária formou a si própria.

A compreensão da realidade atual da Amazônia, que passa necessariamente pelos grandes projetos empresariais e de infra-estrutura implantados na região no pós-64, tem como referencial teórico as análises de Torres (2005), com destaque para aquelas apresentadas no primeiro capítulo de *As novas amazônidas*, (2005), em que a autora faz uma crítica ao processo de ocupação da Amazônia e expõe a gênese das relações de poder na região. A autora também apresenta referencial quanto ao trabalho e às relações de trabalho que se dão no âmbito regional. No tocante ao trabalho, Arendt (2001) é a nossa principal referência teórica. Em sua obra *A Condição Humana*, a autora considera que o trabalho transcende a mera expectativa de prover os recursos necessários para a sobrevivência, pois é capaz, também, de gerar as condições necessárias para a realização humana plena. Também nos apoiaremos nas considerações

de Silva (2000) inseridas no livro *Metamorfoses da Amazônia*, especialmente no que tange à expansão do capital na região e ao interesse geopolítico.

As relações de trabalho na Amazônia foram analisadas tendo-se como referência as considerações de Edna Castro (1994) sobre as condições vigentes no Projeto Grande Carajás expostas no artigo *Processos de Trabalho e Relações de Poder no Carajás*. Para a análise das relações de trabalho, outro embasamento teórico decorreu da leitura crítica do livro de Oliveira (2000), intitulado *Cidades na Selva*, em que o autor apresenta informações sobre a implantação e funcionamento da vila do Pitinga, com emissão de juízo de valor sobre os aspectos sociais e econômicos do projeto minerador da Paranapanema. Damos especial atenção à produção acadêmica existente sobre o movimento operário amazonense nos arquivos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), especialmente a de Milton Reis Filho (2008), que serviu de base para aprofundarmos a discussão sobre as iniciativas dos trabalhadores no âmbito do processo de formação da classe operária amazonense.

Em termos metodológicos, este estudo assume a perspectiva da história vista de baixo proposta por Thompson (1987), que busca dar relevo às histórias de vida, aos sofrimentos e às subjetividades, suprindo uma lacuna deixada pelos historiadores que, até o século XIX, davam atenção especial à dimensão política do fazer historiográfico. Logo no início da obra *Formação da classe operária inglesa*, Thompson (1987) coloca em evidência sua determinação em privilegiar o registro da história de vida dos atores que estão “debaixo” da sociedade como fonte de conhecimento, conforme podemos perceber neste trecho de seu livro:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (THOMPSON, 1987, p. 09).

Durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais da rotina vivida pelos trabalhadores da mina do Pitinga, ocasião em que ficamos

conhecendo suas histórias de vida, angústias, sentimentos, tenacidade e subjetividade reivindicativa na luta sindical. A história vista de baixo permitiu utilizar a entrevista como técnica de apreensão de falas, em que o sujeito da ação coletiva passa a ter voz, em detrimento do discurso oficial, cuja retórica acoberta os fatos e dá por respondidas as interrogações que estão no ar.

Procuramos dar voz aos trabalhadores, pois consideramos que eles são os protagonistas dos acontecimentos. O universo da pesquisa é de 1.000 trabalhadores empregados da empresa Mineração Taboca, radicados na vila do Pitinga, no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas. Deste universo, retiramos uma amostra de 10 trabalhadores do chão da mina que estiveram empregados, em algum momento da década de 1980, na empresa Mineração Taboca; e dois empregados de cargo gerencial que atuaram na empresa na década de 1980.

A amostra é composta por 12 sujeitos e adotamos como critério de inclusão destes sujeitos na pesquisa o fato de eles terem empregado parte de suas forças e experiências de vida na empresa mineradora no período aqui delimitado. Também ouvimos três representantes da organização sindical dos trabalhadores do Pitinga. Esses trabalhadores e sindicalistas são protagonistas da história do sindicalismo na empresa mineradora amazonense, num contexto de lutas, conflitos e sentimentos de esperança por um mundo melhor. Os 12 trabalhadores foram ouvidos através da técnica de formulários contendo perguntas abertas e fechadas e os três sindicalistas foram ouvidos em entrevistas do tipo semi-estruturado.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo discute a expansão do capital na Amazônia e seus desdobramentos com os grandes projetos amazônicos. Procuramos mostrar as relações de poder assimétricas promovidas pela Mineração Taboca no processo de expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, que está relacionado diretamente à implantação da empresa mineradora e da hidrelétrica de Balbina, pela Eletronorte. Aproveitamos este ensejo para apresentar a vila do Pitinga como forma de contextualização do campo da pesquisa.

No segundo capítulo, empreendemos uma análise sobre o poder disciplinar presente na formação da cultura operária do Pitinga, destacando os processos de trabalho no interior da mina e a difícil relação entre a Mineração Taboca e seus

trabalhadores, caracterizada por maus tratos e constrangimentos de toda ordem realizados, principalmente, pela guarda patrimonial de caráter paramilitar. Ainda neste capítulo, desnudamos o contexto laboral e comunitário da vila do Pitinga na década de 1980, marcado por inúmeros acidentes de trabalho, alguns levados a óbito, destacando a exposição dos trabalhadores e seus familiares a endemias tropicais que deixaram marcas indeléveis em alguns trabalhadores.

O terceiro capítulo destaca o processo de formação da organização operária no Pitinga, de forma orgânica e pela base, que se deu em 1990, resultando na fundação do sindicato alternativo, de base municipal, que pretendia substituir o de base estadual, ligado aos patrões. Finalizando o capítulo, buscamos mostrar a situação atual de cada um dos 12 sujeitos desta pesquisa, detectando que, apesar das dificuldades enfrentadas na época pioneira da Mineração Taboca, eles estão relativamente bem de vida. Por fim, apresentamos breves considerações sobre o processo de desenvolvimento regional e os possíveis caminhos a serem trilhados em busca de um mundo melhor para todos, tendo como referência a solidariedade humana em escala global.

Poderíamos dizer que este estudo traz contribuições significativas devido ao seu pioneirismo, podendo constituir-se num documento para fundamentar estratégias de ação dos trabalhadores junto aos poderes públicos. Por outro lado, é necessário que a Academia e a sociedade brasileira disponham de dados sobre os dez anos iniciais de intensa atividade da Mineração Taboca, apontando as conseqüências dessa atuação para a economia dos municípios de Presidente Figueiredo e Manaus e para o próprio Estado do Amazonas, pois, afinal, trata-se do patrimônio dos amazonenses que está em jogo.

Capítulo I

A expansão do capital na Amazônia e suas relações

com os povos indígenas

1.1 – A rota dos grandes projetos na Amazônia

A atual configuração espacial e social da Amazônia brasileira, em que se insere a atividade mineradora, é resultado de um longo processo de expansão das atividades mercantilistas, desde o início da colonização portuguesa até os dias atuais. O jogo político dos países capitalistas hegemônicos se encarregou de dar rumo à exploração econômica regional. Assim, ao longo de cinco séculos, a região tornou-se objeto da admiração e curiosidade de todo o planeta, sendo vista como um depósito de matérias-primas ou terra de promessa por alguns e um mar de problemas sociais ou de destruição ambiental por muitos. Visões diametralmente opostas se instalaram no imaginário social mundial de modo que ninguém fica indiferente à Amazônia. Todos têm algum tipo de comentário a fazer a respeito dela, um desejo confesso de conhecê-la e outro, inconfesso, de conquistá-la.

Desde a era colonial, marcada por relações mercantilistas, as trocas foram sendo substituídas por papel-moeda nas transações comerciais, acentuando cada vez mais as características do sistema capitalista na região. Como modo de produção, este sistema é uma realidade na região desde os tempos da atividade extrativista das drogas do sertão, tornando a Amazônia alvo de diversas iniciativas de instituições privadas e governamentais, brasileiras e estrangeiras, visando ao seu desenvolvimento. Os agentes do capitalismo sempre trataram a região como área periférica, fornecedora de matérias-primas e detentora de mão de obra barata, fácil de ser explorada, idéia explicada pela Teoria da Dependência, de Albert Hirschman. Reforçando esta idéia, Salazar (2004, p.160) aponta os países ricos como concentradores de recursos extraídos das “áreas

periféricas, isto é, dos países mais pobres e subdesenvolvidos”, numa clara demonstração de relações de poder assimétricas.

Ao longo do século XX, as iniciativas governamentais brasileiras se entrelaçaram aos interesses privados, nacionais e estrangeiros, para a exploração racional das potencialidades econômicas da região, o que resultou na criação de mecanismos de suporte a estas atividades, como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), em 1942, com 40% de capital norte-americano. Foi criado no âmbito dos Acordos de Washington¹ para abastecer de borracha o mercado norte-americano durante a II Guerra Mundial, devido ao bloqueio do acesso aos seringais no Sudeste asiático feito pelos japoneses. A instituição transformou-se, em 1950, no Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e, em 1966, no Banco da Amazônia S/A. (Basa). Para Batista (2005), esta instituição bancária, criada para dar apoio ao desenvolvimento regional, deixou as oportunidades econômicas fluírem para fora dos limites regionais, beneficiando mais os capitalistas do Sudeste, especialmente os do Rio de Janeiro e São Paulo, do que as populações empobrecidas da própria região.

No calor da II Guerra Mundial, o contexto geopolítico que possibilitou a assinatura dos Acordos de Washington e, conseqüentemente, a criação do BCB, era francamente nacionalista por parte dos brasileiros e eminentemente pragmático por parte dos norte-americanos, que tinham no suprimento de borracha o principal gargalo de sua indústria bélica. A cobiça internacional sobre a Amazônia era, portanto, um fator relevante, tendo os políticos amazonenses, entre eles Arthur Reis, alertado o Estado nacional sobre esta situação. O Governo Federal, pressionado pelos parlamentares dos Estados da Amazônia e das demais unidades federativas, tomou a iniciativa de tornar público e ostensivo seu interesse pela região, que representa cerca de 60% do território nacional.

O então presidente Getúlio Vargas decidiu direcionar sua atenção à Amazônia, pronunciando em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, aquele que ficou conhecido

¹ Com a II Guerra ainda em andamento (1939-1945), os Estados Unidos planejavam intensificar a internacionalização da economia dos países periféricos. Os Acordos de Washington devem ser analisados dentro da estratégia expansionista implícita nos Acordos de Bretton Woods (1944), instrumentos pelos quais os norte-americanos impuseram sua hegemonia econômica aos países periféricos, especialmente os da América Latina.

como o Discurso do Rio Amazonas, tendo como cenário o palco do Teatro Amazonas. Em síntese, a mensagem presidencial era de que o governo central passaria a adotar uma nova atitude para com a Amazônia. Acenava com a possibilidade de expansão do contingente populacional com a vinda de milhares de brasileiros de outros Estados e a assinatura de acordos entre países da própria região, visando à cooperação pacífica e defesa mútua do território diante da cobiça internacional. A estratégia adotada pelo Governo Federal brasileiro apoiava a soberania dos países amazônicos sobre a região, criando um conceito novo na geopolítica regional, a Pan-Amazônia.

O discurso demagógico de Getúlio Vargas "caiu nas graças" dos governantes amazônicos, que viam nessas promessas uma saída para a crise econômica que afetava diretamente a elite capitalista da região desde a queda do preço da borracha nos mercados internacionais, especialmente a partir da entrada do produto do Sudeste Asiático, por volta da década de 1910. As promessas de Getúlio Vargas foram generosas e extensas. Parte deste discurso é transcrito por Benchimol (1977, p. 554) nos seguintes termos:

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra.

O BCB foi um dos resultados práticos dessa nova atitude do Governo Central em relação à Amazônia. Embora sua sede estivesse em Belém, seu direcionamento foi influenciado diretamente por interesses econômicos e políticos do Sudeste brasileiro. Em retrospectiva, o que fica claro em relação aos objetivos da criação do banco é, em primeiro lugar, atender, a qualquer custo, aos interesses norte-americanos pela matéria-prima borracha; em segundo, aos interesses dos empresários do Sudeste, que, aliados aos burocratas do Governo central, estavam ávidos por aproveitar em benefício próprio o potencial econômico da Amazônia; e em último, dotar, se possível, a região de um aparato financeiro capaz de promover seu desenvolvimento social.

Os líderes empresariais e a elite intelectual da região não estavam alheios a essa conjuntura, que colocava em terceiro plano os interesses regionais. Representados pela

Associação Comercial do Amazonas (ACA) e por outras instituições, os empresários amazonenses, em discurso uníssono, apoiaram a iniciativa de criação do Basa, mas as críticas de bastidores eram amplas à nova instituição. Batista (2005) tece inúmeras observações à maneira como a instituição foi implantada e estava sendo administrada, o que resultaria no desperdício a uma oportunidade que poderia ser decisiva no processo de desenvolvimento regional.

As três principais críticas de Batista (2005) são: a) em relação ao processo administrativo da instituição recém-criada, principalmente pelo fato de que os presidentes do Basa vieram de outras regiões brasileiras, sem nenhuma experiência prévia ou visão da realidade regional; b) em relação à criação de uma indústria de artefatos de borracha no Sudeste, que poderia ter sido implantada em alguma cidade amazônica; e c) em relação à instalação no Rio de Janeiro da recém-criada Comissão Executiva da Defesa da Borracha. O autor também denuncia que empresários de outras regiões brasileiras usaram recursos do Basa para aplicar em outros negócios, que não eram os da borracha, principalmente no Sudeste e no Nordeste. O contra-senso apontado por esse autor diz respeito ao fato que a Amazônia, por meio do banco especificamente criado para defender a borracha, favoreceu e financiou a industrialização deste produto em outras regiões do país.

Outra agência de desenvolvimento que poderia ter contribuído efetivamente para o pleno desenvolvimento regional é a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A instituição foi criada em 1953, durante o governo democrático do presidente Getúlio Vargas, e posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966. O governo central dirigido por militares direcionou as atribuições da Sudam para a criação de infraestrutura na Amazônia, com destaque para estradas, aeroportos, saneamento básico e telecomunicações, inclusive com investimentos em ciência e tecnologia.

No ano seguinte à sua criação, a SPVEA elaborou o Programa de Emergência para 1954, no qual o Governo Federal explicitou 49 diretrizes da nova atitude do Estado em relação à Amazônia. Neste documento, o Governo Federal definia a valorização econômica da Amazônia como uma obra política que visava à integração territorial, econômica e social da região amazônica ao restante do País. Também discutia amplamente a política extrativista, agrícola e industrial da região e formulava a política

de educação, saúde, transporte, comunicação e de crédito para a iniciativa privada.

No setor de transportes, é creditada à SPVEA a formulação de uma política que resultou na aquisição de uma frota de embarcações pela empresa Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), que durante muitos anos prestou relevantes serviços à população de toda a região. No governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), a superintendência tomou para si a hercúlea tarefa de tornar realidade o projeto de ligação rodoviária de Belém a Brasília, cidade que naquela época ainda estava em construção. Inaugurada em 1960, a estrada tem mais de 2.700 quilômetros, sendo construída em parte na selva tropical praticamente intocada, em condições climáticas e de relevo extremamente adversas, e em parte no cerrado da região Centro Oeste, já em condições mais favoráveis à construção dessa via de integração nacional. A consecução das obras civis por milhares de peões de trecho reveste-se de uma aura de heroísmo quando se sabe que a estrada foi feita na base do terçado e do machado, sem o auxílio, atualmente imprescindível, da motosserra, tendo os trabalhadores disposto de muito pouco maquinário ou aparato tecnológico moderno para a tarefa.

No decorrer do tempo, a instituição foi solapada em suas estruturas básicas e desvirtuada de seus propósitos originais, não recebendo o suporte financeiro de 3% sobre a renda tributária da União e dos Estados e municípios da Amazônia Legal, percentual fixado no artigo 199 da Constituição Federal de 1946. Ao mesmo tempo em que enfrentou as dificuldades financeiras impostas pelo não repasse dos recursos, que foram agravadas pela falta de uma estrutura administrativa condizente com a grandeza de seus objetivos, a SPVEA continuou a trabalhar, tendo iniciado estudos visando ao planejamento sócio-econômico da região. O próprio Governo Federal, por meio da agência substituta, a Sudam, reconheceu o fracasso da SPVEA em promover o desenvolvimento regional, conforme podemos perceber:

Vários fatores levaram a SPVEA, posteriormente, ao caminho do descrédito público. Com seu Plano Quinquenal engavetado pelo Congresso Nacional, passou a entidade criada para planejar a funcionar como autêntica agência repassadora de dotação orçamentária, cuja consignação era estipulada de conformidade com a força, com a expressão política e parlamentar de cada unidade amazônica. Estava a SPVEA desvirtuada de suas verdadeiras finalidades. A sua fragilidade já se fazia sentir em todos os setores da economia regional,

dependente, em grande parte, da ação governamental. (SUDAM, 1974, p. 06, 07).

Enquanto observador privilegiado da realidade regional neste contexto histórico, Batista (2005) formula críticas contundentes à atuação da SPVEA. Para o autor, o que prejudicou o bom desempenho institucional foi a flutuação do cargo de superintendente, depois da primeira administração, ao sabor dos ventos políticos e o fato de que cada dirigente escolhido tentava implantar uma nova orientação, muitas vezes a serviço de um partido político, sem que se fixasse a idéia de que o processo de valorização da Amazônia teria de ser a longo prazo e, a nosso ver, supra-partidário. Também critica a SPVEA pelo fato dela ter se transformado em um “super-estado”, com poderes maiores do que os governadores e chefes militares, pois a instituição detinha os recursos financeiros necessários para movimentar e apoiar um leque diversificado de atividades econômicas vitais para a estruturação do processo de desenvolvimento regional.

Benchimol (1977, p. 563) reforça o tom crítico dos comentários dirigidos por Batista à SPVEA, já transformada em Sudam, nos seguintes termos:

A SUDAM iria encontrar os mesmos problemas da antiga SPVEA: os grandes espaços vazios amazônicos, o incúmeno político, centralização decisória, o lento caminhar burocrático, a falta de mística e de promoção e a dificuldade de montagem de um modelo e uma estratégia de planejamento e operação, agravada pelo precário conhecimento científico e a ausência de uma tecnologia equatorial. Não apenas de tecnologia, mas também de inserção no contexto amazônico de uma geo-sócio-política de desenvolvimento, que exige a reorganização do espaço físico, social, econômico e político.

A mudança de nome de SPVEA para Sudam se deu no governo Castelo Branco, general que se familiarizou com a situação socioeconômica amazônica ao dirigir por alguns anos o Comando Militar da Amazônia, numa época em que a instituição militar estava sediada em Belém. A mudança de nome estava diretamente relacionada à Operação Amazônia, lançada em Macapá em setembro de 1966 pelo presidente militar, que pretendia com esta iniciativa aparelhar a região com a infraestrutura financeira e administrativa necessária para seu desenvolvimento econômico e social. Entre os direcionamentos da Operação Amazônia estavam:

a reestruturação geral da SPVEA e sua transformação na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; a reformulação do Banco de Crédito da

Amazônia - BCA, com modificação total de sua linha de operação, passando a funcionar como agente financeiro da Sudam, sob a denominação de Banco da Amazônia S.A. - BASA; adoção de uma política diversificada de incentivos fiscais; implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa; estabelecimento de critérios técnico-científicos e créditos mais dilatados para exploração dos seringais nativos e formação de seringais de cultura; reaparelhamento e fortalecimento das Forças Armadas, notadamente na faixa de fronteira. (SUDAM, 1974, p. 08).

Neste contexto histórico, em que o governo brasileiro era comandado pelos militares, a Amazônia passou a conviver como os chamados grandes projetos de desenvolvimento regional, que se tornaram a parte visível de uma política de Estado caudatária do desenvolvimentismo dos governos democráticos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira, considerado a principal característica da década de 1950. Em retrospectiva, percebe-se que o interesse dos dirigentes brasileiros em explorar as potencialidades da Amazônia e tê-la como aliada para resolver seus problemas é anterior ao período em que o país esteve sob direção dos presidentes militares, visualizando-se sua gênese nas manifestações artísticas e políticas dos integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo.

Na década de 1920, o processo de mudança de rota da política nacional, então sob o direcionamento da aliança para a governabilidade conhecida como Café com Leite, resultou na Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder e pôs fim à oligarquia agrária. Este presidente aderiu à tendência de valorização da nacionalidade, presente no pensamento da elite intelectual e econômica, e ao processo de elaboração do projeto nacional em andamento, que contemplava em seus direcionamentos os anseios sociais dos trabalhadores brasileiros. Ao analisar o processo de formação do desenvolvimentismo brasileiro, Benaion (2006) afirma que o Estado Novo (1937-1945) notabilizou-se pelo fortalecimento da burguesia industrial, que, com o tempo, estabilizou-se no poder, e pela criação de uma legislação voltada para a classe trabalhadora, denominada de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para o autor:

O governo de Vargas pôs em andamento uma estratégia de desenvolvimento que visava ampliar a participação do capital de origem nacional na economia brasileira, fortalecendo assim a soberania nacional, e que permaneceu, ainda que com controvérsias e novas orientações, até 1964. (BENAION, 2006, p. 239).

Muitos empresários arrojados, residentes, sobretudo, em São Paulo, viram no governo dirigido pelos militares uma oportunidade imperdível de enriquecimento, num sistema capitalista em que a mão protetora do Estado estava estendida àqueles dispostos expandir capital e negócios nova fronteira econômica. Entre muitos outros, dois excepcionais empreendedores se destacaram no período em que os militares estiveram no poder: Eliezer Batista (ex-presidente da Petrobras) e o empresário paulista Octávio Cavalcanti Lacombe. As ações do primeiro solidificaram o perfil do sistema capitalista brasileiro tal qual é na atualidade: corporativista, lobista e dependente da ação governamental e das iniciativas exógenas, além de ser extremamente injusto e antipatriótico. O segundo, seguindo as tendências da época, primou por explorar ao máximo as possibilidades existentes na Amazônia, deixando de lado qualquer escrúpulo que pudesse restringir suas ambições de tornar a Paranapanema o maior conglomerado brasileiro.

Em parte, Lacombe atingiu seu objetivo, pois, por volta de 1985, numa década excepcionalmente ruim para a economia nacional e latino-americana, o complexo extrativista mineral do Pitinga² proporcionou um crescimento recorde ao grupo empresarial Paranapanema. O resultado da alta produtividade e lucratividade alcançada pelo projeto minerador amazonense colocou o grupo presidido por Lacombe entre os maiores e mais rentáveis conglomerados brasileiros e consolidou a Mineração Taboca, sua controlada, como a maior produtora brasileira de minério de cassiterita (estanho), posição que mantém até os dias atuais.

Iniciado com a vinda de milhares de migrantes nordestinos a partir de 1870, o processo de ocupação da Amazônia por representantes da sociedade nacional foi retomado na segunda metade do século XX com a implantação de projetos voltados para a exploração agropecuária e dos recursos minerais, que atraiu correntes migratórias do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Estas levas de migrantes eram compostas, sobretudo, de sitiantes sem perspectivas econômicas e de trabalhadores braçais que não viam como progredir na vida em suas localidades de origem.

É neste contexto social que o governo federal, na segunda metade do século XX, iniciou o processo de implantação dos grandes projetos voltados para o

² Localizado no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas.

desenvolvimento regional, sendo a exploração mineral em larga escala um dos seus pilares. A escala industrial desta atividade começou com a implantação do projeto de mineração de manganês da Serra do Navio, no Amapá, a partir de 1957. Mais recentemente apareceram as propostas de desenvolvimento elaboradas pelos burocratas do governo central, a partir do golpe de Estado deflagrado em 1964, com destaque para os projetos de uso intensivo de capital, nacional e estrangeiro, voltados para a exploração mineral em toda a região. Desde então, houve uma escalada na implantação de grandes projetos, não somente agropecuários e de extração mineral como também de infra-estrutura, parte da estratégia do governo militar para ocupar a Amazônia brasileira, resumida na expressão “integrar para não entregar”.

A Amazônia, como seu potencial de geração de riquezas e de contribuição para o equilíbrio das contas externas brasileiras, foi colocada em evidência pelo governo pós-64, dando ênfase à participação das empresas transnacionais na construção de uma economia a ser marcada pela racionalidade e competitividade. De modo bem evidente, a conjuntura econômica mundial do pós-guerra, especialmente a da década de 1960, foi marcada pela expansão dos mercados, pela divisão transnacional do trabalho e pela procura de novas regiões produtoras de matérias-primas, resultando numa série de iniciativas empresariais que tiveram como alvo as potencialidades oferecidas pela Amazônia.

Na verdade, ao optar por um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, o Governo brasileiro colocou em situação de fragilidade sua determinação de promover a elevação da qualidade de vida da população local e até mesmo seu controle sobre a região. Para Silva (1986, p. 260), essa perda relativa de controle do Estado brasileiro sobre a região, diante das forças gestadas no âmbito da globalização, expressa:

os abalos que as noções de soberania e hegemonia nacionais sofreram com as determinações mundiais sobre os Estados-nações contemporâneos. Os espaços amazônicos em transfiguração permitem leituras das referências políticas, econômicas, culturais globais e mundiais. A análise da região por meio da globalização do capitalismo condiciona a observação de suas metamorfoses às articulações e sentidos gestados na mundialização desterritorializada.

A intenção de ocupar a Amazônia estava ligada diretamente à doutrina de

segurança nacional dos comandantes militares, que viam a possibilidade de um espaço “vazio” do território brasileiro despertar o interesse e a cobiça dos países de capitalismo avançado. Na década de 1970, o governo central, para intensificar o povoamento da região, incentivou a entrada de uma frente de migrantes com penetração nacional, formada principalmente por trabalhadores rurais do Nordeste, geralmente expulsos de suas regiões de origem por falta de terras para trabalhar. Para um dos superintendentes da Sudam, a filosofia de trabalho da instituição consistia em "empregar uma estratégia destinada a promover o desenvolvimento de novas áreas, a ocupação de espaços vazios e a integração do desenvolvimento do Nordeste com a política de integração, desenvolvimento e ocupação da Amazônia" (Sudam, 1974, p. 03). Também os empresários do Sul e Sudeste foram amplamente incentivados a participar do esforço de ocupação da Amazônia por meio de empreendimentos agropecuários. Vistos em retrospectiva, esses empresários se tornaram os principais responsáveis pela devastação florestal da região, contando para isso com incentivos fiscais do próprio Governo Federal, que também os incentivou vendendo extensas propriedades a preços considerados irrisórios.

A lista dos grandes projetos na Amazônia é encabeçada pela Zona Franca de Manaus (ZFM), a ponta-de-lança do capitalismo internacional para a conquista do mercado brasileiro e sul-americano, no que se refere, principalmente, a produtos eletroeletrônicos, instalada em Manaus a partir de 1967; depois vem a Rodovia Belém-Brasília, que ligou pela via terrestre a Amazônia ao Brasil, concluída em 1967; o projeto Jari, voltado para o abastecimento do mercado de papel e celulose, iniciado em 1967; a Rodovia Transamazônica; a Rodovia Perimetral Norte; os projetos Albras, Alunorte e Alumar, de extração e beneficiamento da bauxita (alumínio), todos no Pará; hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, e de Balbina no Amazonas; e o Programa Grande Carajás (PGC), detentor da maior mina de minério de ferro do mundo, no sudeste paraense, que também contém outros minerais estratégicos em quantidades extraordinárias. A própria mina polimineral de Pitinga faz parte da relação dos grandes projetos. Explorada até novembro de 2008 pelo Grupo Paranapanema³, o complexo

³ Em novembro de 2008, (Jornal do Commercio, Manaus, edição de 15 de novembro), a Paranapanema passou o controle acionário para o fundo de investimentos Madeira Participações, vinculado ao grupo peruano Minsur (Bréscia).

extrativista é detentor de minerais altamente valorizados como o nióbio e o tântalo, que entram na composição de ligas metálicas que alcançam elevados preços no mercado.

No Amazonas, a rota dos Grandes Projetos passa, necessariamente, pela hidrelétrica de Balbina, que começou a ser construída pela Eletronorte no rio Uatumã a partir de 1977. Sob o pretexto de abastecer Manaus com energia elétrica confiável e de baixo custo, os governos federal e estadual tomaram uma decisão eminentemente política ao optar pela construção de Balbina. É que os estudos técnicos apontavam ser mais vantajoso a construção de uma hidrelétrica no vizinho Estado do Pará, precisamente no rio Trombetas, para abastecer Manaus de energia elétrica, do que no rio Uatumã. A principal inconveniência identificada na época era o impacto ambiental a ser provocado pelo reservatório de 2.000 quilômetros quadrados destinado a gerar somente 250 megawatts de energia contra os possíveis 800 megawatts de Trombetas.

A implantação de grandes projetos extrativistas minerais na Amazônia seguiu uma tendência dos países de capitalismo avançado em buscar matéria-prima nos territórios dos países em desenvolvimento, o que resultou, no Brasil, de uma ampla conscientização da população para a defesa das riquezas existentes em seu subsolo. O caso da criação da Petrobras, em 1956, como empresa de capital aberto viabilizada por recursos brasileiros, federais e privados, exemplifica a preocupação com uma possível perda deste patrimônio natural. No pós-guerra, o nacionalismo brasileiro exacerbou-se diante de agressões geopolíticas à soberania nacional, especialmente após a repercussão de episódios como as tentativas de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônia (IIHA), proposta por uma comissão especial da Organização das Nações Unidas (ONU); de implantação do projeto do Grande Lago Amazônico, elaborado pelo Hudson Institute, de Nova York; e do Centro do Trópico Úmido, pela Academia de Ciências de Washington.

Sob o ponto de vista da geopolítica, os episódios relativos ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, Grande Lago Amazônico e Centro do Trópico Úmido, entre outros, reforçaram a convicção do Governo Federal em integrar a Amazônia, de forma mais acentuada, ao espaço sócio-econômico nacional. Torres (2004, p. 09), no entanto, desmistifica o discurso integracionista do governo central afirmando que,

A integração nacional propugnada pelo regime militar do pós-64 estava associada aos acordos internacionais para a instalação dos chamados Grandes Projetos da Amazônia como: Tucuruí, Carajás, Albrás, Alunorte, Ford, Icomi, Transamazônica, Zona Franca de Manaus e outros gestados pelo grande capital internacional.

Outros autores, como Corbucci (2004), analisam o aspecto social da política econômica brasileira, dando ênfase à possibilidade do processo produtivo das grandes empresas nacionais e estrangeiras promoverem a elevação da qualidade de vida da população como consequência natural da expansão das atividades empresariais. O autor critica esta linha de raciocínio ao afirmar que,

A racionalidade da produção capitalista é puramente contábil, cuja lógica é a da reprodução continuada e, portanto, alheia às implicações humanas e sociais decorrentes de sua saga expansionista. Enquanto processo sistêmico, a reprodução capitalista é autofágica. (CORBUCCI, 2004, p. 23).

A Mineração Taboca, enquanto empresa de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores, insere-se neste modelo de reprodução capitalista “autofágica”, o que não a diferencia de outras mineradoras que atuam na Amazônia. Para se contextualizar a mineração amazonense e suas relações de trabalho, é indispensável analisar a economia do Amazonas, atualmente dependente da Zona Franca de Manaus, o principal modelo econômico da Amazônia Ocidental, um empreendimento recomendado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), que elaborou as diretrizes operacionais e técnicas e o arcabouço institucional posteriormente adotado em vários países em desenvolvimento, especialmente no sudeste asiático.

A Zona Franca de Manaus resultou de um processo de desenvolvimento promovido de fora para dentro, modelo em que os interesses exógenos foram e continuam sendo mais importantes do que os interesses da própria região onde está situada. Tanto é que as indústrias do Pólo Industrial de Manaus têm pouca relação com as potencialidades da Amazônia, estando mais interessadas na mão-de-obra barata e nos significativos favores fiscais, disponibilizados nos termos recomendados pela ONUDI. Freitas (2005) considera que projetos de origem exógena, como a Zona Franca e a Mineração Taboca, são modelos de enclave instalados na Amazônia, que se inserem na região desrespeitando os interesses e vocações locais, modos de vida e de produção dos

povos tradicionais, alterando o curso de seu desenvolvimento. Para a autora, esses projetos de enclave são “surto episódicos de crescimento econômico concentrador e estruturante de desigualdades que alteram negativamente a vida e a sociabilidade regional” (FREITAS, apud PEREIRA, 2005, p.14,15).

Concomitantemente à elaboração e implantação dos grandes projetos, o Governo Federal, a partir da década de 1960, investiu em atividades de uso intensivo de tecnologia direcionadas ao reconhecimento dos recursos naturais da Amazônia, com conseqüente aceleração de seu aproveitamento, sendo o mais importante deles o Radar na Amazônia (Radam). Considerado oficialmente como fundamental para o achamento da mina do Pitinga, o Radam teve como principal objetivo levantar os elementos básicos necessários a um planejamento racional de aproveitamento dos recursos naturais da região amazônica.

Desta forma, a Amazônia entrou na rota dos grandes projetos de extração mineral. Estes projetos têm como objetivo a extração de cerca de trinta minérios e algumas poucas gemas, destacando-se entre eles ferro, bauxita (alumínio), cassiterita (estanho), manganês e ouro, sendo este último potencialmente causador de alterações ambientais negativas para as populações tradicionais devido ao uso do mercúrio em seu processo de beneficiamento. Na esteira da implantação desses projetos ocorreram significativas modificações na estrutura sócio-econômica e cultural na Amazônia, causando desequilíbrios em termos de mercado de trabalho, infra-estrutura e organização social. De acordo com Castro (1997, p. 460),

A análise mostra que essas empresas⁴ interferiram na organização do mercado de trabalho, diversificando-o segundo setor e ramos de atividades, ocupações, qualificações, salários, políticas empresariais e gestão de mão-de-obra. Esses empreendimentos, ao se implantarem com relativa concentração geográfica e num lapso de tempo reduzido, concentraram igualmente os impactos econômicos e sociais sobre o mercado de trabalho urbano e rural.

No âmbito das indústrias de mineração, as empresas, entre elas a Mineração Taboca, passaram, a partir da década de 1980, a praticar ou, simplesmente, a incluir em

⁴ Castro refere-se pontualmente às empresas Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), Mineração Rio do Norte, Albrás e Alumar (1997, p.460).

sua retórica a prevenção e mitigação dos danos ambientais, o respeito às populações tradicionais das regiões de seus empreendimentos e, mais recentemente, a desenvolver políticas de responsabilidade social. A nova postura das mineradoras foi resultado da pressão exercida pela sociedade em prol do meio ambiente, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 22 direciona a União a legislar sobre águas, energia, jazidas, minas e outros recursos naturais, populações indígenas, atividades nucleares de qualquer natureza, entre outros assuntos.

Na prática, o envolvimento da sociedade nas questões ambientais foi apoiado por uma ampla legislação coercitiva, entre elas as resoluções propostas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Este é um órgão consultivo e deliberativo das diretrizes das políticas governamentais federais para o meio ambiente e recursos naturais, diretamente subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). O Conama atua em sintonia com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão técnico formulador e executor da política e das diretrizes governamentais federais também subordinado ao MMA. De um modo geral, as grandes empresas, entre elas a Mineração Taboca, têm conseguido se enquadrar a esses novos tempos, em que o direcionamento oficial do empresariado da atividade é praticar uma mineração economicamente responsável, ambientalmente limpa e socialmente justa, procurando harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

O processo de expansão do capitalismo implica na tendência generalizada de alta sustentada para a maioria dos bens minerais. Atualmente, as nações centrais praticamente não têm recursos minerais suficientes para atender ao contínuo aumento da demanda provocada por seu desenvolvimento industrial. Essa tendência já era uma realidade na conjuntura econômica em que a Mineração Taboca foi implantada. Para Santos (1981, p. 243),

O Japão, com seu considerável parque siderúrgico e metalúrgico, praticamente importa toda a matéria-prima que necessita; os EUA já importam parcela considerável de suas necessidades, e a situação tende a agravar-se nas próximas décadas; os países mais desenvolvidos da Europa Ocidental apresentam situação semelhante; talvez a única exceção corresponda à URSS, mais próxima da auto-suficiência mineral.

Nesta perspectiva, a Amazônia é vital para os interesses da indústria extrativista mineral mundial, colocando o Brasil em condições privilegiadas para o fornecimento de matérias-primas, fato que faz o país equiparar-se, neste segmento de mercado, à Rússia, Austrália, África do Sul e Canadá. Mas, ao passo que a região é cenário de grandes possibilidades na extração de minérios, também são grandes as dificuldades impostas pelas características ambientais e climáticas e relativa ausência de infra-estrutura adequada à atividade mineradora. Em decorrência destes fatores, somente grandes empresas, geralmente multinacionais ou mesmo estatais brasileiras, têm se aventurado em arriscar capital para a exploração mineral na Amazônia.

Quanto aos benefícios sociais oriundos dos projetos de extração mineral, ficam sempre aquém dos volumes de investimentos realizados, geralmente reduzido à utilização da mão-de-obra de chão de mina e às compras menores no mercado local. No caso específico da Mineração Taboca, o Estado do Amazonas era beneficiado inicialmente com o recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) que incidia sobre a totalidade da produção dessa empresa. Posteriormente, esta legislação favorável foi substituída pela Lei Kandir, lei complementar que, a partir de 1996, isentou parte da produção da empresa por tratar-se de minério destinado à exportação.

Até mesmo o *royalty*, ou seja, o imposto recolhido aos cofres do poder público local devido à exploração de determinado recurso natural não renovável, determinado pela Constituição Federal de 1988, teve seu valor fixado em lei complementar de forma muito reduzida. Segundo (BARRETO, 2001, p. 23), o Governo Federal e os governos estaduais acolheram as reivindicações dos empresários do setor extrativista mineral, que argumentaram ser a soma dos *royalties* ao ICMS prejudicial à competitividade internacional de seus produtos. Com a legislação que isentou de ICMS o produto extrativista destinado à exportação, a contribuição da Mineração Taboca diminuiu, com graves conseqüências para a sociedade, que se viu privada de parte das políticas públicas que poderiam ser financiadas por esses recursos.

De um modo geral, o potencial mineral da Amazônia aponta para caminhos ainda a serem percorridos, com possibilidade de novas descobertas de praticamente todos os minérios, situação que torna o país privilegiado no conjunto das nações.

Atualmente, a demanda do mercado brasileiro por cassiterita está em torno de 15 mil toneladas anuais, devendo seguir uma curva ascendente nos próximos anos, cenário que se repete nos demais setores de extração mineral. Mesmo com altas concentrações brasileiras de cassiterita, algo em torno de 500 mil toneladas já identificadas, somando, principalmente, as reservas do Amazonas e Rondônia, deve-se pensar em longo prazo, quando o produto atualmente exportado poderá fazer falta para as próximas gerações. É uma decisão delicada, que envolve promover a exportação nos níveis atuais, com geração de divisas imprescindíveis ao crescimento econômico e ao pagamento das importações, ou manter uma reserva estratégica, para garantir suprimento estável em futuro próximo.

Além da questão ambiental e tributária, outra importante discussão que se coloca nos dias atuais é a relacionada aos índios, principalmente porque o Governo Federal está em processo de regulamentação de matéria da Constituição de 1988, que prevê a exploração mineral nas terras indígenas. Torna-se imperioso que esta regulamentação do dispositivo constitucional leve em consideração a autodeterminação dos povos indígenas e que esta legislação possibilite o desenvolvimento endógeno de suas comunidades, respeitando seu modo de vida tradicional. Assim, é possível evitar que se repitam tragédias como a vivida pelos Waimiri-Atroari, que, desde o primeiro contato com representantes da sociedade colonial e nacional, tiveram seus direitos usurpados e se tornaram alvo de intensa perseguição, que culminou no quase desaparecimento desta etnia indígena.

1.2 - O processo de expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari

A questão da terra indígena na Amazônia confunde-se com o próprio processo de colonização da região pelos portugueses, em que as populações nativas foram prejudicadas em seus direitos de uso e posse em relação ao território ancestral e, até mesmo, em suas liberdades individuais, nem sempre encontrando um meio de contornar esta situação explicitamente desfavorável.

No contexto de luta e resistência indígena à dominação lusitana e, posteriormente, à sociedade nacional brasileira, os Waimiri-Atroari se destacam com um histórico de mais de 300 anos de defesa intransigente de seu território. Este espaço, transformado em território pelo uso ao longo dos séculos, compreendia originalmente, segundo Oliveira (1996, p. 39), a totalidade do atual município de Presidente Figueiredo. Segundo Monte (1992, p. 15), esse território imemorial é mais extenso e abrange uma extensa área ao norte Manaus, que envolve parte das bacias hidrográficas dos rios Negro e Branco e do próprio Amazonas, pela margem esquerda.

Mais recentemente, a partir da decisão da construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista)⁵, na década de 1960, este povo altivo e guerreiro esteve no cerne de um intenso conflito pela posse de seu território, promovido pelo próprio Estado brasileiro e por empresas capitalistas interessadas em explorar os recursos minerais existentes em seu subsolo. Martins (1986, p.31) chama a atenção para o fato de que,

Apesar da resistência, não foi menor o drama da confederação *Waimiri-Atroari*. Mediante modificação de limites, mais de meio milhão de hectares de terra desses índios, já atingidos pela construção da rodovia Manaus-Caracará, foi desmembrado da reserva para dar lugar aos trabalhos de mineração da Cia. Paranapanema e para a implantação da Hidrelétrica de Balbina. O território indígena foi reduzido em 75%. Sua população, que era de 3.000 pessoas em 1968, caiu para 571, em 1982.

A outra questão, não menos importante, é de ordem econômica e envolve o abastecimento do mercado brasileiro de *commodities* minerais, especialmente de cassiterita (estanho), e a geração de divisas advindas da exportação. Isto torna ainda

⁵ Esta rodovia, que foi aberta ao tráfego no final da década de 1970, cortou ao meio a Terra Indígena Waimiri-Atroari, que já estava demarcada desde 1971.

mais complexa a análise da situação conflituosa com os indígenas, potencialmente geradora de maior tensão social. A estes dois fatores soma-se a questão ambiental que ao longo de quase três décadas de intensa atividade extrativista mineral, a empresa produziu um enorme prejuízo ambiental que não pode ser ignorado⁶.

Enquanto empresa capitalista com ações negociadas em bolsa de valores, a Mineração Taboca Sociedade Anônima tem como principal objetivo a geração máxima de dividendos aos seus acionistas, o que, na década de 1980, conseguiu por intermédio dos baixos custos da produção de cassiterita aluvionar de Pitinga. Ou seja, a mineração aluvionar tem custos relativamente baixos devido ao processo produtivo resumir-se na retirada do minério da cassiterita (aluvião) do leito dos igarapés, com dragas, e posterior seleção do material recolhido, diferente da rocha sã, em que é necessário o desmonte de morros e encostas de serras com explosivos e todo um aparato tecnológico e logístico, encarecedor do produto final. Posteriormente, máquinas reduzem os blocos obtidos da rocha sã a pequenos pedaços, o que permite o beneficiamento do minério.

A geração de dividendos aos acionistas é a razão de ser da Mineração Taboca, assim como todas as empresas capitalistas. Esta linha de raciocínio em nada difere da maneira como se comporta o empresariado brasileiro de um modo em geral e, em particular, aquele responsável por empresas de capital aberto. Tendo como horizonte a elevação dos lucros, as questões indígena e ambiental surgem como estorvo à administração e são consideradas como potencialmente consumidoras de recursos vitais ao empreendimento.

Podemos dizer que o aspecto econômico, envolvendo produção, distribuição e consumo de riquezas, tem sido privilegiado não somente por administradores de empresas capitalistas, mas, de um modo geral, pelos tecnocratas do Governo Federal, responsáveis pela elaboração de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional. Nesse aspecto em particular, a economia se revela como uma ciência eminentemente cartesiana, atuando com os pressupostos da física newtoniana e na proximidade das ciências exatas, o que a desloca totalmente do contexto social e ecológico em que atua. A evolução da economia capitalista tem demonstrado,

⁶ Além do desflorestamento em larga escala, a empresa acumula rejeitos do processo produtivo, depositados em lagoas, para deles extrair minérios, quando isto for conveniente economicamente.

especialmente nos países em desenvolvimento, que a importância do próprio ser humano e do meio ambiente onde ele está inserido é relativa, deixando em segundo plano a realidade social e ecológica. Capra (1982, p. 180) atenta para o fato de que a economia atual é caracterizada pela abordagem reducionista e fragmentária típica da maioria das ciências sociais, a saber:

De um modo geral, os economistas não reconhecem que a economia é meramente um dos aspectos de todo um contexto ecológico e social: um sistema vivo composto de seres humanos em contínua interação e com seus recursos naturais, a maioria dos quais, por seu turno, constituída de organismos vivos. O erro básico das ciências sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos universitários separados.

Além da usurpação de mais de 500 mil hectares de suas terras pela Mineração Taboca, subsidiária do Grupo Parapanema, os Waimiri-Atroari sofreram uma série de arbitrariedades por parte do Estado nacional e por empresas privadas. Segundo Heck, (et al, 2005), eles foram vítimas de etnocídio, com uso de armamento pesado pelo Exército brasileiro (1967-1968) e introdução de epidemias letais, que, em 14 anos, reduziu a menos de 20% a população de três mil pessoas existente em 1968. Também, tiveram parte significativa do território inundado para a formação do reservatório da hidrelétrica de Balbina⁷ (1986-1987); além de sofrer invasão do território, com extração dos recursos florestais e minerais (desde o início do contato intensivo com a sociedade nacional, por volta de 1850) e implantação de rodovia federal.

Pode-se dizer, a partir de Martins (1986), que, ao longo de apenas 14 anos (1968-1982), um povo guerreiro, relativamente numeroso, foi reduzido pela pressão exercida pela Estado nacional a menos de 600 indivíduos, sobretudo jovens, além de doentes, subnutridos e alquebrados por anos de luta desigual pela posse de seu território. Um povo que deixou de ser protagonista no cenário amazônico com o desaparecimento de seus dois últimos grandes líderes, Maruaga e Comprido, mantenedores da autêntica tradição guerreira dos Waimiri-Atroari. Aos poucos, eles foram sendo cooptados, “pacificados”, reduzidos em termos numéricos e em suas possibilidades como sujeitos

⁷ A usina hidrelétrica de Balbina teve sua construção iniciada na década de 1970, tendo desapropriado dez mil quilômetros quadrados por meio do Decreto Presidencial 85.898, de 13 de abril de 1981.

autônomos. Listados, os sete “pecados” que pesam sobre o Estado nacional, carentes ou não de provas em seus detalhes fundamentais e abertos a polêmicas de toda ordem, o certo é que a comunidade atroari-waimiri renasce das cinzas⁸, como uma fênix amazônica destinada a resgatar a memória, a tradição e a auto-estima de um povo legendário.

Baines (1993) enfatiza a dependência econômica, social e ideológica dos Waimiri-Atroari em relação à Mineração Taboca e à Eletronorte, empresas que, separadamente ou em conjunto, desenvolvem projetos institucionais de apoio àquela comunidade, com destaque para o Programa Waimiri-Atroari/Funai-Eletronorte (PWAIFE ou simplesmente PWA), implantado em 1987 e administrado com uma metodologia que o autor denomina de “indigenismo empresarial” (BAINES, 1993, p. 220). Este pesquisador afirma que, devido ao poder econômico, essas duas empresas influenciam de forma decisiva no direcionamento da política indigenista promovida pela Funai.

As interpretações antropológicas da realidade vivida recentemente pelos Waimiri-Atroari por Baines (1993) são oportunas para o estudo do processo de resistência indígena frente às imposições arbitrárias do Estado nacional. No contexto de luta e resistência ensejadas pelos Waimiri-Atroari, Baines (1993, p. 219) expõe a capacidade humana de construção da subjetividade de comunidades inteiras e a possibilidade de se influenciar diretamente nos destinos alheios quando se tem por base o poder econômico estatal e privado. O autor considera que esta situação de subordinação foi configurada no processo histórico recente, tornando estagnada a evolução linear da consciência social dos membros dessa etnia devido, principalmente, às relações inequivocamente assimétricas entre os atores envolvidos e a magnitude dos interesses que estão em jogo.

Para análise do processo histórico de contato e convivência com a sociedade nacional, é pertinente ter em vista o conceito de protagonismo indígena proposto por Almeida (2003). Para esta autora, a colaboração nativa decorrente de contato, dada aos

⁸ O site oficial da comunidade (www.waimiri-atroari.org.br), acessado no dia 14 de fevereiro de 2008, informa que a população em 1987 era de 374 pessoas, subindo para 1.169 em 2006, com crescimento vegetativo de 4,33% ao ano, considerado um dos maiores do mundo.

portugueses, não ocorreu de maneira ingênua. Para ela, os Tupi agiram de acordo com seus próprios interesses e motivações, ligados “à dinâmica de suas organizações sociais, que igualmente se modificavam no decorrer do processo histórico” (ALMEIDA, 2003, p.29).

Com comunidades majoritariamente instaladas no município de Presidente Figueiredo, Amazonas, e algumas no sul de Roraima (VALE, 2002, p. 08), os Waimiri-Atroari, têm sua história marcada por conflitos com as estruturas de poder, que se deram especialmente no contexto da implantação de três grandes projetos de desenvolvimento regional. Nas décadas de 1970 e 1980 foram executados os projetos da rodovia Manaus-Boa Vista (BR -174); da hidrelétrica de Balbina; e da Mineração Taboca, que tiveram impacto direto no modo de vida das comunidades waimiri-atroari, alterando-o de forma radical.

Vale (2002, p. 40) afirma que, com o apoio da Funai e do Ministério das Minas e Energia, por meio do DNPM, a Paranapanema articulou um processo que culminou na extinção da Reserva Indígena Waimiri-Atroari, criada em 13 de julho de 1971, transformando-a, no dia 23 de novembro de 1981, em Área Interditada Temporariamente para Fins de Atração e Pacificação dos Índios Waimiri Atroari, ação que visou à exclusão, por meio de decreto presidencial, de uma área de 526.800 hectares, onde está localizada a mina do Pitinga, propriedade da Mineração Taboca⁹. Segundo Vale (2002, p. 41),

Com a instalação da mina do Pitinga, a mineração Taboca/Paranapanema iniciou um processo de aliciamento de lideranças através da construção de casas de alvenaria e distribuição de gêneros alimentícios para as aldeias localizadas na BR. 174. Outro empreendimento da mineração foi a instalação do projeto de bovinocultura nas aldeias Iawara e Xeri. A relação da mineradora com os índios contou com a convivência de funcionários da Funai, que atuavam na terra indígena na época e muitas vezes discursavam sobre os 'benefícios econômicos' que esses relacionamentos poderiam render.

⁹ Heck, Loebens e Carvalho referem-se à Mineração Taboca como o “grande algoz” dos Atroari-Waimiri, por ter conseguido se apossar de “grande parte” de seu território.

No processo de expropriação do território indígena, a Paranapanema foi inicialmente representada pela mineradora Jatapu Mineração Indústria e Comércio, que requereu ao DNPM, em 1980, autorização para pesquisar a ocorrência de cassiterita dentro dos limites da TIWA. Como a concessão para a pesquisa foi ilegal, a empresa passou a questionar a validade do limite nordeste do território indígena, alegando haver erro de plotagem do rio Uatumã nos mapas da Funai. O curso de água do Alto Uatumã, por influência direta da mineradora, passou a denominar-se Pitinga. Para excluir a mina de cassiterita da TIWA, a nascente do rio Uatumã, considerada como limite nordeste do território indígena, foi deslocada para o oeste. De acordo com Oliveira (1996, p. 41), estas modificações cartográficas serviram de pretexto para a diminuição da reserva indígena, visto que o rio Uatumã, que era o limite a nordeste, foi "deslocado" aproximadamente 85 quilômetros no sentido oeste.

Após a modificação cartográfica, Oliveira (1996) salienta que era preciso estabelecer um instrumento jurídico a fim de legalizar a diminuição da reserva, deixando de fora as áreas reivindicadas pela empresa de mineração. Neste sentido, o pesquisador denuncia que a Funai, órgão institucionalmente responsável em proteger e defender os Waimiri-Atroari, contribuiu para garantir “os interesses da empresa mineradora”. (OLIVEIRA, 1996, p. 41). Sob o comando e direcionamento estratégico de Octavio Lacombe, a Paranapanema tornou-se um paradigma de como utilizar as relações de poder para se atingir objetivos ambiciosos, no caso, tornar a *holding* o maior conglomerado brasileiro. De acordo com esse mesmo autor,

Existiu, nos diversos momentos do processo de ocupação das terras dos Waimiri-Atroari, uma rede de colaboradores das empresas interessadas, em especial da Paranapanema, atuando nos vários órgãos públicos, defendendo os interesses das empresas em detrimento dos interesses dos índios. Esta rede de colaboradores está na reserva indígena, em Presidente Figueiredo, em Manaus e, principalmente, nos mais altos escalões burocráticos de Brasília. É um processo em que o Estado participa diretamente da expropriação dos territórios indígenas (OLIVEIRA, 1996, p.43).

O processo de expansão do capital na Amazônia está desde sempre transpassado por relações de poder que se dão especialmente no âmbito das apropriações de terras, quer seja de populações tradicionais, no caso de terras para a agricultura em larga escala, quer seja de populações indígenas, para a implantação de rodovias, hidrelétricas

ou projetos mineradores. É no contexto da implantação dos símbolos da modernidade que acontece o embate pela posse da terra na Amazônia, sempre com a parte mais vulnerável sendo destituída de seu patrimônio.

Para Martins (1988, p.31), no caso dos grandes projetos do governo, como a construção de rodovias e hidrelétricas, a solução geralmente é remover os índios. Aprofundando a análise da situação vivida recentemente pelos indígenas, o autor afirma que, em relação às mineradoras e aos garimpeiros autônomos, não há cerco ao território e, geralmente, não há remoção dos indivíduos para outras áreas. Segundo este autor:

O que há é invasão de território, como aconteceu com os Kayapó do Kretire, liderados pelo capitão Pombo, e que conseguiram impor à companhia mineradora o pagamento de uma renda. Nesse caso, dado que o interesse é exclusivamente no subsolo e no minério, a ocupação é precária, temporária e predatória, com a destruição de recursos naturais, como os animais silvestres e a poluição das águas. (MARTINS, 1988, p. 32).

Em relação à mina do Pitinga, a Mineração Taboca, aliada à empresa estatal de energia, subverteu o processo descrito por esse autor com uma ocupação permanente do território indígena e posterior remoção dos Waimiri-Atroari para outros locais, após a remarcação daquela terra indígena. Para tanto, os gestores da empresa mineradora não mediram esforços no sentido de remover todos os obstáculos para concretizar seus objetivos arrivistas e predatórios, aliando-se, inclusive, à empresa estatal de energia, responsável por uma das piores catástrofes ambientais que se tem notícia, a gigantesca represa da hidrelétrica de Balbina.

Os estudos de Oliveira (1996) sugerem que o espaço torna-se território a partir de seu uso pelo Estado e pelas populações, constituindo-se pelas práticas sociais de um grupo em interação com a natureza. Esta conceituação está associada à noção fundamental de que o território é, em seus aspectos jurídicos e políticos, uma criação do Estado, sendo “controlado por um certo tipo de poder” (OLIVEIRA, 1996, p. 40). Para o autor, a noção de território está intimamente ligada a um “poder centralizador e controlador”, pois,

Por isso, os assuntos territoriais são quase sempre discutidos no âmbito dos Estados. Entretanto, para compreender os verdadeiros mecanismos do poder, suas

múltiplas facetas e complexidades, não podemos nos deter unicamente na análise do Estado, pois o grupo social não é um dado sobre o qual se abate e se exerce o poder, sendo importante salientar que o uso do território é definido por meio das intervenções do Estado (OLIVEIRA, 1996, p. 40).

Quando o assunto é terra-território indígena, o significado se dá pelo uso que esta comunidade faz deste espaço físico, pois a ligação existente entre os índios e sua terra extrapola os conceitos que permeiam a organização da sociedade capitalista, para a qual a terra é um dado essencialmente econômico, em que se dá a produção e a reprodução do capital. João Pacheco de Oliveira (1996) amplia a discussão com sua noção de que o espaço em que se dão as atividades indígenas não é um todo fechado, delimitado e demarcado, mas algo indefinido, que vai se conformando e se alterando ao longo do tempo. Para o autor,

A territorialização de uma sociedade indígena é algo que procede da compulsão de uma outra sociedade, dotada de mecanismos especializados de poder e que, por sua própria natureza, outorga ao Estado-Nacional o monopólio do uso da força. Não se trata de algo natural e espontâneo, que decorra basicamente de fatores socioculturais nativos, mas sim de um processo histórico que envolve confronto e o uso da força (física, econômica e simbólica), que implica em perdas culturais, retraduições e na repressão a instituições muitas vezes centrais daquelas sociedades (OLIVEIRA, 1996, p. 09).

É preciso, pois, diferenciar a terra propriamente dita do território indígena ou terra de índio. A terra de índio é parte essencial da identidade indígena, é uma forma de auto-definição diante da sociedade envolvente. Neste contexto, a terra de índio, ao transformar-se em território, garantiria a sobrevivência política, econômica e social de um determinado povo. É por esse motivo que não se pode considerar a terra indígena como meio de produção ou de renda, tal como é vista pela perspectiva do capital. Segundo Martins, 1988, p. 36,

Para os povos indígenas, a terra aparece como *meio de re-produção*, de recriação de estruturas, relações, instituições, ritos, que a simples conversão do *território* em *terra*, isto é, em meio de produção (no sentido vulgar e não no seu sentido teoricamente correto), destruiria ou comprometeria.

A posse de fato e de direito de seu território, que equivalia praticamente ao atual município de Presidente Figueiredo e à parte sul de Roraima, não garantiu aos Waimiri-Atroari a integralidade de sua terra ancestral, espoliados que foram por ações comandadas pela Paranapanema. Martins (1988, p.31) avalia em 75% a redução da TIWA, sendo esta parte do território original destinado à exploração mineral pela Paranapanema e à implantação da hidrelétrica de Balbina. A sociedade nacional, por meio dos mecanismos constitucionais de proteção e defesa dos interesses indígenas, não assegurou a essa comunidade a continuação de suas práticas sócio-espaciais, tão prementes para a manutenção de sua forma de vida tradicional, em seu território original.

Verifica-se, assim, que a fragmentação do território waimiri-atroari está intimamente ligada ao exercício do poder por parte da empresa mineradora e, também, pela Eletronorte, as duas principais interessadas na TIWA após a implantação da BR-174, na década de 1970. Na gênese da Mineração Taboca, a Paranapanema, sob as ordens de Lacombe, desenvolveu um poder centralizador e controlador sobre o território indígena em que as peças-chave eram seus diretores e representantes legais, atuando diretamente nas altas esferas do poder governamental, federal e estadual. Foi nesses espaços públicos que se deu o jogo em que a força lobista da Paranapanema sobrepujou a boa-vontade de alguns representantes do governo brasileiro, entre eles alguns funcionários graduados da Funai, que viam na expropriação indígena uma nítida ilegalidade.

Como o poder se dá por dentro das relações políticas, é pertinente tratá-lo como sendo relações de poder. Nesta linha de raciocínio, é correto considerarmos que a política se expressa nas diversas formas de poder, especialmente aquelas que dizem respeito ao Estado, e nas múltiplas dimensões da vida em sociedade. Ao pensar o poder como uma relação e não como uma posse, Foucault (1992, p.45) enfatiza que os indivíduos não são caracterizados por suas vontades conscientes ou por suas liberdades, são, outrossim, por um “conjunto de condições que possibilitam cumprir uma função de sujeito”. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se sujeitos sociais. Para Torres (2005, p. 53),

Os sujeitos sociais são os protagonistas dos processos sociais, ou seja, eles vão se fazendo nesses processos

como seres individuais e coletivos. Não estão dentro dos processos, mas fazem e se fazem em meio às práticas sociais. Portanto, as classes sociais enquanto significações valorativas vão tomando forma no entrelaçamento das relações sociais.

As relações de poder que se deram no âmbito da implantação da Mineração Taboca, na década de 1980, refletem os aspectos conjunturais pelos quais passou a sociedade brasileira, caracterizados por um poder central autoritário e centralizador das decisões políticas. Neste particular, a classe operária brasileira, com a criação de entidades representativas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), foi decisiva para a nucleação da sociedade civil organizada, especialmente para os novos movimentos sociais, a partir do final da década de 1970. Este processo tem seus marcos legais na nova Constituição Federal, de 1988, em que os anseios e as reivindicações por um ambiente legal propício a condições de vida dignas, conquista de espaço político e autodeterminação das sociedades indígenas foram legislados.

Neste contexto de mudanças, os deputados constituintes também legislaram sobre a questão do território indígena, considerado como bem da União de usufruto dos povos que o ocupam tradicionalmente, sobre o qual seus ocupantes têm direito originário e inalienável. Ao passo que a Constituição Federal garante o direito originário sobre as terras ocupadas, os índios somente podem dispor do solo, dos rios e lagos que estão em seus territórios, continuando a posse do subsolo, com suas riquezas minerais, sob jurisdição da União, que, por intermédio do Congresso Nacional, condiciona o aproveitamento desses recursos. Isso ocorre porque a Carta Constitucional assumiu a premissa de que os recursos minerais são estratégicos para o desenvolvimento nacional e que, portanto, caberia à União regular o modo de acesso a esses recursos. Para tanto, o próprio texto constitucional, em seu Artigo 176 do capítulo da ordem econômica, determina que seja criada legislação específica para o aproveitamento desses recursos naturais em terras indígenas. Mas, apesar de promulgada há mais de duas décadas, a Constituição Federal ainda carece de legislação ordinária que regulamente a atividade mineradora em terras indígenas, um dos temas mais polêmicos quando se trata de legislação indígena.

Semelhante a qualquer outra atividade econômica, a mineração deve ter seu desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade, ou seja, mais do que a obtenção de uma rentabilidade econômica, esta deve assegurar elevação na qualidade de vida da população e um meio ambiente saudável. Assim, a mineração em terras indígenas além de gerar crescimento econômico, deve ser compatível com a conservação da biodiversidade e com a garantia dos direitos culturais e sociais dos povos indígenas, além de proporcionar benefícios para a população como um todo. O Código de Mineração veda seu exercício quando esta atividade não assegure a conservação de bens e interesses de maior relevância perante a sociedade. Conforme o artigo 42,

A autorização será recusada, se a lavra for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo do Governo. Neste último caso o pesquisador terá o direito de receber do Governo a indenização das despesas feitas com os trabalhos de pesquisa, uma vez que haja sido aprovado o relatório (Código de Mineração, 2005, p.44).

Para dar conta da lacuna na legislação brasileira, o senador Romero Jucá, de Roraima, elaborou o projeto de lei número 121 (1995), que dispõe sobre a exploração e aproveitamento dos recursos minerais existentes em terras indígenas. Em sua justificativa, Jucá afirma que a elaboração desse projeto de lei contou com a participação das entidades ligadas ao tema, entre elas a Funai; Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e Instituto Brasileiro de Mineração. O projeto de lei, segundo o senador, também está em consonância com o projeto do novo Estatuto do Índio, que substituirá aquele elaborado em 1973. Entretanto, o projeto de Jucá está sendo criticado por algumas lideranças indígenas e organizações que apóiam a causa indígena, que apontam na proposta em tramitação no Congresso Nacional a supremacia dos interesses de empresas em detrimento dos benefícios que a regulamentação da mineração pode levar aos povos indígenas.

O projeto de lei número 121 prevê o aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas observando-se uma série de restrições e salvaguardas. Essa legislação, quando definitivamente aprovada em todas as instâncias, dará prioridade aos próprios indígenas na exploração dos minérios e, caso não queiram explorá-los, garantirá a eles o

pagamento de renda pelo uso do solo e de *royalties*, nunca inferiores a 2% do faturamento bruto da comercialização do produto mineral, pela empresa que se habilitar à atividade extrativista. Após o cumprimento das exigências legais e técnicas preliminares para a extração mineral e antes do pedido formal de autorização da lavra ao Congresso Nacional, o projeto de lei garante às comunidades indígenas a última palavra no processo, vetando ou não o empreendimento.

Essas exigências preliminares permitirão à União decidir, segundo o “interesse nacional”, quais devem ser as reservas exploradas e quais devem ser resguardadas para uso futuro, bem como determinar quais as empresas mineradoras aptas a exercer a atividade extrativista. Caso o processo siga em frente, a empresa que pleitear a exploração mineral terá a obrigação de fazer um contrato, sob a supervisão da Funai, com a comunidade indígena, além de obedecer as regras e proposições do Código de Mineração. A outorga de lavra à empresa será emitida pelo DNPM, com a observação estrita dos termos e condições delineados pelo Congresso Nacional e em consonância com as legislações pertinentes aos próprios índios, ao meio ambiente e à atividade mineradora.

Atualmente, a realidade vivida pelos Waimiri-Atroari é bem diferente daquela apresentada por volta da década de 1960, em que a questão central era a sobrevivência física ou não das populações indígenas brasileiras, preocupação compartilhada na época pelo indigenista José Porfírio de Carvalho (1982), envolvido diretamente no processo de formatação do PWA, e pelos antropólogos de um modo geral, entre eles Darcy Ribeiro. Em outras palavras, a situação enfrentada à época pelas comunidades tribais brasileiras sinalizava para um fim inexorável, por morte ou simplesmente absorção de seus membros pela sociedade envolvente. Neste contexto histórico, Maruaga e Comprido são personagens emblemáticos em suas lutas de resistência às imposições e agressões de toda ordem promovidas pela sociedade nacional.

O futuro da comunidade indígena amazonense passa, necessariamente, pelo Projeto Waimiri Atroari (PWA), administrado pela Funai e que tem na Eletronorte sua principal fonte de recursos, sem desconsiderar o relacionamento com a Mineração Taboca e ignorar a existência de uma rodovia federal em seu território. Lima e Barroso-Hoffmann (1995), reportando-se a um balanço do PWA realizado por José Porfírio de

Carvalho, apontam a venda de artesanato como fonte dos recursos da comunidade, além daqueles provenientes da Eletronorte e Mineração Taboca¹⁰. “Esses recursos têm sido usados na implantação de escolas [...] e na fiscalização dos limites de seu território” (1995, p. 25). Para a empresa estatal de energia, o programa desenvolvido no Amazonas é vital para suas atividades em toda a região, pois serve de vitrine e modelo para situações similares de contato inter-étnico em todas as localidades amazônicas em que seja possível implantar uma hidrelétrica.

Sob o aspecto ambiental, a emissão de dióxido de carbono e gás metano na atmosfera, fato que agrava o efeito-estufa, extrapola os benefícios advindos do uso da energia hidrelétrica em substituição à queima dos derivados de petróleo. Sob o aspecto social, o desastre que representa uma redução a menos de 20% de uma população original de mais de três mil indivíduos, ônus a ser dividido com a Mineração Taboca e com os responsáveis pela implantação da BR-174, é algo que certamente será motivo de comentário até o final deste milênio.

Atualmente, os Waimiri-Atroari controlam eficazmente seu território¹¹, o que é extremamente conveniente para a manutenção de um programa indigenista de cunho totalitário, no sentido arendtiano do termo, em que as lideranças comunitárias têm uma única fonte de informação sobre as possibilidades econômicas, sociais e culturais que existem fora de seus limites territoriais, e também para a administração da Mineração Taboca, que assim evita atritos com possíveis grileiros em um território riquíssimo em recursos minerais vizinho à mina do Pitinga, considerada a maior província polimineral do planeta.

É um pressuposto das comunidades indígenas a liberdade para direcionar suas vidas com autodeterminação, em que as ações e estratégias adotadas sejam resultado de escolhas dos membros dessas comunidades, em detrimento de um possível direcionamento por parte de instituições governamentais imbuídas de interesses próprios e de terceiros. As ações adotadas pela comunidade devem ser caracterizadas

¹⁰ Recursos provenientes da taxa de circulação de cassiterita nos 38 quilômetros da estrada vicinal que corta a TIWA.

¹¹ O site oficial dos Waimiri-Atroari informa que no território demarcado não há nenhuma ocupação indevida por não-indígenas, seja por missionários, garimpeiros, madeireiros, caçadores ou pescadores.

por uma forte intencionalidade política, que tenham como objetivo solucionar questões e problemas comuns e buscar o desenvolvimento econômico e social endógeno.

Na atualidade, o conceito de identidade étnica adotado pelas lideranças do movimento indigenista brasileiro sinaliza para a construção de um sujeito que possa atuar em uma multiplicidade de contextos culturais e assume um caráter muito menos essencialista do que costumava ter, pois as referências estáveis de cada etnia estão sendo re-significadas a cada momento do processo histórico, numa postura clara de autodeterminação. Vive-se um tempo de mudanças no movimento indigenista, em que o novo coabita com o tradicional e, apesar das constantes confrontações públicas entre os membros das comunidades indígenas e representantes da sociedade nacional e dos sérios problemas de ordem pública decorrentes destas situações, tragédias como os etnocídios são páginas viradas da história nacional, não havendo mais a tolerância e a convivência necessárias, por parte da sociedade organizada, para que tais atos voltem a se repetir.

Cabe ao movimento indígena e à sociedade civil organizada analisar o caso de “liberdade vigiada” (BAINES, 1991, 15) vivenciada atualmente pelos Waimiri-Atroari em seu próprio território, que já está devidamente demarcado. O PWA configura-se, assim, como o gestor de uma política indigenista que está cerceando os direitos civis básicos dos cidadãos brasileiros da etnia waimiri-atroari, entre eles o de ir e vir e à autodeterminação. A ressignificação da identidade étnica e cultural desse povo diante da sociedade nacional assume, assim, o status de uma luta de resistência pelos direitos civis, que pode resultar num ambiente legal em que essa comunidade possa conviver em condições salubres com a sociedade envolvente, sem que para tanto haja a anulação do modo de vida tradicional e de sua própria cultura. O horizonte possível é a vivência de uma realidade que permita a diferentes culturas ocupar o mesmo espaço e este possa ser compartilhado concomitantemente por todos os membros da etnia waimiri-atroari. A julgar pela realidade atípica vivida pelos habitantes da vila do Pitanga, inseridos no modelo cerceador de liberdade social da cidade empresa, esta possibilidade está longe de se concretizar.

1.3 – Contextualizando o campo da pesquisa

Pitinga é uma vila amazonense atípica, com características que a diferenciam das demais comunidades do Estado, destacando-se aí a elevada qualidade de vida de seus moradores, que contrasta com o padrão apresentado pela maioria dos habitantes das cidades da Amazônia. É a sede administrativa e operacional da mina do Pitinga e foi construída a partir de 1984 para acomodar um efetivo médio de mil trabalhadores e seus familiares, o que corresponde a cerca de três mil pessoas, entre adultos e crianças, ficando pronta por volta de 1987. Em 1982, ano da formalização do projeto minerador, a vila era apenas um conjunto desalinhado de galpões destinados às atividades mineradoras e uma sucessão de dormitórios de madeira feitos às pressas para acomodar um então crescente número de operários da construção civil e do chão da mina. Mas, aquele embrião estava destinado a ser um modelo de intervenção urbana na selva amazônica, cercado por uma área riquíssima em minérios.

Com ruas e avenidas que revelam planejamento cuidadoso, a vila se insere numa categoria de organização do espaço denominada cidade empresa, também referenciada por alguns geógrafos de cidade de companhia ou *company-town*. Este tipo de espaço urbano é caracterizado pelo fato de ser uma propriedade privada e estar direcionado a alguma atividade empresarial, geralmente ligada à extração de minérios ou a projetos agropecuários em locais distantes dos centros urbanos. Uma crise estrutural ou conjuntural que atinja a proprietária da cidade empresa pode levar ao abandono ou ao esvaziamento da mesma, como aconteceu na prática com Fordlandia, Belterra e, de certo modo, com Balbina, no Amazonas. A implantação da vila para aproveitamento das reservas minerais está inserida na dinâmica econômica global, nacional e regional da década de 1980 e representa uma parte significativa do processo de expansão dos espaços capitalistas na região. Para Oliveira (2000, p.22),

O espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único, ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a região como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras, assinalada pela contradição: de um lado, riqueza e bem-estar e, de outro, pobreza e miséria.

Na Amazônia, a implantação do conceito de cidade empresa teve início com Fordlândia e Belterra, vilas de trabalhadores dos projetos de produção gomífera instalados no sudeste paraense pela Ford Motor Company, de propriedade do empresário norte-americano Henry Ford, ainda na década de 1940. Seguiu-se a vila Serra do Navio, implantada pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A. (Icomi) no Amapá, na década de 1950, direcionada à extração de manganês na Serra do Navio. Exemplos mais recentes são as vilas de Carajás e Porto Trombetas, no Pará, e Balbina, no Amazonas.

A vila do Pitinga, como espaço em que se dão as relações sociais dos trabalhadores e seus familiares, constitui-se no campo da pesquisa. Este espaço urbano é marcado pelo exercício do poder disciplinar apoiado em uma estrutura hierárquica e organizacional potencialmente cerceadora da liberdade e da vida social plena. Por tratar-se de um exercício etnográfico, optamos pelo uso do verbo na primeira pessoa do singular no texto deste sub-capítulo.

Em 2009, tive a oportunidade de visitar o complexo urbano industrial do Pitinga com o objetivo de elaborar uma descrição densa do campo da pesquisa, baseando-me no referencial teórico de Geertz (1989), o que me permitiu exercitar ao máximo minha capacidade de descrição de um determinado objeto. Neste exercício etnográfico, o que realmente me interessou, não que a própria descrição densa, minuciosa, do campo da pesquisa seja menos importante, foi a análise e a interpretação desses dados, convenientemente respaldados pela teoria antropológica, interpretativa, de Geertz (1989) e social, proposta por Arendt (2001).

A etnografia é um processo guiado principalmente pelo bom senso do pesquisador, pois, a rigor, os procedimentos etnográficos são relativizados diante das imposições da realidade do campo da pesquisa. No meu caso, o processo de pesquisa teve como base as questões previamente elaboradas contidas nos formulários, que foram discutidas com os sujeitos da pesquisa. Tenho como base de minhas interpretações do campo de pesquisa o bom senso, pois ele "está aberto para todos; é propriedade geral de, pelo menos - como diríamos - todos os cidadãos estáveis". (GEERTZ, 1997, p. 138).

Após a solicitação formal para realizar a pesquisa de campo e a aplicação dos formulários de entrevistas, estabeleci relações cordiais por via telefônica com a diretoria

da Mineração Taboca, que deferiu o pedido. Esta providência foi necessária porque Pitinga é um espaço privado, com rígido controle da entrada e saída de pessoas. Com o objetivo de fazer uma descrição densa do Pitinga, comecei a realizar a pesquisa de campo tendo em mente a orientação de Geertz (1989, p. 15) de selecionar informantes, mapear campos, manter um diário e transcrever textos e, sobretudo, ver, ouvir e escrever.

Após meia hora de espera em um pequeno abrigo próximo à estação rodoviária de Manaus, eu e um grupo de 15 pessoas, todos adultos, entramos no microônibus que nos levaria à Mineração Taboca. Às 14h45 a chuva torrencial que começou por volta das 13h já havia passado, mas, mesmo assim, entramos apressados no microônibus, pois ainda chovia um pouco. A principal via de acesso à vila é terrestre, pela rodovia BR-174, e, no caso de passageiros, geralmente por ônibus que prestam serviço à mineradora, da Vila Pitinga Transportes, uma empresa terceirizada. Após quatro horas e meia de viagem desde Manaus, logo após o posto de gasolina Abonari, tem-se o primeiro sinal da existência do complexo minerador: uma placa fincada na margem direita da pista, quase à entrada do ramal que liga a rodovia federal a Pitinga, dando um alerta aos visitantes quanto à existência da mina. Um solavanco inesperado marca a transição da rodovia asfaltada para a estrada de piçarra, aumentando o receio dos passageiros em relação às condições de trafegabilidade a serem enfrentadas. Esta mesma temeridade por parte deles ocorre quando chove muito sobre o ramal de terra batida, relativamente bem conservado se forem considerados os altos índices pluviométricos registrados ao longo de 2009.

O acesso por via rodoviária, com trânsito de carretas, ônibus e automóveis, é controlado rigorosamente pela guarda patrimonial da empresa. Mas a primeira porteira que se enfrenta é a controlada pelo Programa Waimiri-Atroari (PWA), que transformou os reputados guerreiros dessa etnia em simples porteiros de beira de estrada, serviço que rende aos cofres da instituição R\$ 75 mil mensais¹². Uma simples apresentação da lista com os nomes dos passageiros foi feita pelo motorista aos porteiros, que em seguida

¹² Parte das informações aqui expostas foi obtida nos portfólios eletrônicos da Mineração Taboca (2005) e Mamoré Indústria e Comércio (2007), ambas as empresa subsidiárias do Grupo Paranapanema até novembro de 2008, quando passaram ao controle acionário do Grupo Minsur, além de consulta ao site www.paranapanema.com.br, em maio de 2009.

baixaram a pesada corrente de ferro, liberando a todos o acesso à Terra Indígena Waimiri-Atroari. Sob a chuva fina de um dia particularmente úmido, o microônibus da Vila Pitinga Transporte, com capacidade para cerca de 20 pessoas, venceu lentamente os obstáculos representados por poças de lama que se estendem por dezenas de metros.

Ao fim de 42 quilômetros de trajeto dentro da reserva indígena, mais um posto de vigilância do PWA liberou o veículo para seguir viagem, agora dentro da propriedade de mais de meio milhão de hectares do complexo poli-mineral do Pitinga. Não tardou a aparecer, já sob a luz prateada de uma noite de lua cheia, a primeira porteira da empresa mineradora, com seus indefectíveis guardas patrimoniais. Para tanto, é obrigatória a revista de todas as pessoas, com consulta à lista de passageiros e apresentação de documento de identidade, mesmo para os funcionários veteranos. Ali, recebi um encaminhamento para me submeter ao teste de malária no hospital da vila, providência que garante à população local um problema de saúde a menos. Caso a lâmina tivesse dado positiva para a doença, precisaria me manter isolado dos demais, evitando a proliferação da malária, doença considerada altamente contagiosa.

Para ir a vila, existe, também, a opção da via aérea, que já foi muito utilizada no passado, mas atualmente restringe-se aos visitantes ilustres e funcionários graduados, tendo ainda a possibilidade da via fluvial, pelo rio Pitinga, francamente em desuso. Para o acesso rodoviário, o Grupo Paranapanema construiu uma estrada vicinal que corta 38 quilômetros da Terra Indígena Waimiri-Atroari. Este número é contestado pela placa de 42 quilômetros existente no início do trajeto, próxima à rodovia federal, sendo a discrepância talvez creditada ao fato da primeira ser uma medida em linha reta e a segunda corresponder ao que efetivamente se consumou em termos de quilometragem. Saindo do limite oeste do complexo minerador, esta vicinal atinge a rodovia BR-174 na altura do quilômetro 250. Nos 540 mil hectares da mina existem aproximadamente 300 quilômetros de estradas vicinais para acesso à hidrelétrica e às áreas de extração de minérios.

O ramal de terra batida não reteve por muito tempo os passageiros do ônibus da empresa Transportes Pitinga, que foram sendo deixados convenientemente próximos aos seus locais de moradia, não havendo uma estação rodoviária para recebê-los e, sim, vários pontos de parada. Após seis horas e alguns minutos no conforto do ar-

condicionado, os passageiros enfrentam o clima local, marcado, como em boa parte da Amazônia, por índices de umidade relativa do ar que beiram constantemente os 90% e reforçam a sensação de se estar respirando água. Por entre as frestas da cortina do ônibus, apreende-se rapidamente a lógica espacial desta cidade-empresa. A primeira impressão do visitante fica por conta da amplidão do traçado urbano, acentuado pelo fato da vila estar localizada em uma elevação do terreno, que permite visualizar boa parte das luzes das construções existentes num raio de centenas de metros, sempre limitadas, ao fundo, pela barreira escura da floresta tropical.

Para uma visualização completa da infra-estrutura do complexo urbano do Pitinga, é pertinente ressaltar que a vila propriamente dita, sem contar com o complexo industrial e extrativista, é composta por casas e alojamentos, prédios administrativos, hospital, escola, comércio e serviços, sedes de associações religiosas e esportivas, centro social, complexo poli-esportivo e de entretenimento, tendo ainda um aeroporto para aeronaves de pequeno e médio porte. Os detalhes quantitativos e qualitativos da infra-estrutura foram contemplados em minha pesquisa, devidamente apresentados e analisados ao longo deste sub-capítulo.

A noite trouxe uma névoa fina e extremamente úmida, que se estendeu sobre o complexo urbano-industrial de maneira uniforme. Tomada pelas luzes amarelas dos postes que se uniam ao prateado difuso e pálido do luar, a vila revelou seus contornos em relação ao espaço em que está inserida, permitindo-me delinear, ao longe, a silhueta dos poucos transeuntes em vagar noturno. Um dos principais entraves ao desenvolvimento das cidades amazonenses, a falta de energia elétrica, foi superado a contento na vila, com fornecimento regular e a baixo custo operacional. É que o complexo conta com geração própria de energia por meio de hidrelétrica instalada no rio Pitinga, um dos afluentes do Uatumã, com capacidade de geração de 26 megawatts (potência instalada), o que torna o empreendimento altamente competitivo.

O modelo de organização do espaço adotado pela Mineração Taboca, o cidade-empresa, é caracterizado por ser uma área de acesso restrito e ter as atividades programadas visando a uma ordem total e absoluta, sem praticamente nenhuma ligação com as comunidades de seu entorno, sendo abastecida com gêneros de primeira-necessidade por intermédio da empresa. Para os moradores da localidade, esta faceta da

vida de Pitinga é traduzida em uma sensação de segurança difícil de ser encontrada no ambiente urbano de Manaus ou de outras cidades brasileiras. Como visitante, senti esta sensação por toda a parte, em detalhes como a bicicleta largada displicentemente na entrada das casas, no simples fato do varal de roupas estar estendido num quintal sem muro ou mesmo na brincadeira descontraída de criancinhas em frente às casas, sem aparente supervisão de adultos.

A ordem total e absoluta do ambiente empresarial somente é colocada em evidência quando algum visitante, a quem não foi possível negar-lhe o acesso, como eu, resolve observar a dinâmica social do empreendimento. Por acordo tácito entre as partes, foi decidido o que deve e o que não deve ser colocado em pauta de conversa com os moradores da vila. Neste contexto de tensão não declarada e evidente dissimulação, o não dito torna-se mais importante do que o discurso pronto dos funcionários encarregados de conduzir o visitante em uma trajetória pré-programada, repleta de referências positivas à imagem da empresa. Para mim, foi diplomaticamente conveniente suprimir a vontade de dialogar com o motorista do caminhão basculante de quatro eixos, devidamente caracterizado com seu uniforme cinza, que, em dado momento, displicentemente saiu do veículo e cruzou meu caminho, pois a ordem e o controle absolutos visando à lucratividade são imperiosos na cidade-empresa.

Amanheceu. A algazarra dos pássaros anunciando o dia era sobrepujada ocasionalmente pelo barulho dos ônibus que transportavam os trabalhadores para seus locais de atividade. As relativamente poucas crianças e jovens da comunidade, devidamente fardados, cruzavam as ruas e avenidas em direção ao Colégio Pitágoras, imprimindo em seus passos o ritmo apressado do início do dia. Logo após a movimentação matinal, a vila voltou à sua letargia habitual, pontuada por esparsas visitas de donas-de-casa às vizinhas ou breves idas ao comércio, ritmo que contrasta com as frenéticas atividades industriais e extrativistas que acontecem em outros locais do Pitinga.

A vila faz parte de um sistema logístico que integra a área industrial do Pitinga, onde se obtém o concentrado de cassiterita, ao porto de Manaus por via rodoviária, num trajeto de aproximadamente 300 quilômetros. Na área industrial, que tem como centro o galpão da metalurgia, de cerca de cinco mil metros quadrados, o ritmo do trabalho é

frenético, com metas bem definidas a serem alcançadas diariamente. Trabalhadores devidamente uniformizados, com roupas de brim cinza, sofrem com as altas temperaturas do local de trabalho, que não apresenta ventilação adequada nem tampouco sistema de climatização.

A estrutura do galpão, seguindo modelo implantado em regiões de temperatura mais baixa, não conta com uma abertura central na parte superior para dar vazão ao ar quente, que se acumula e torna as condições de trabalho ainda mais desconfortáveis do ponto de vista térmico. Também contribui para elevar a temperatura do galpão o movimento incessante das empilhadeiras movidas a gás, utilizadas para diversos serviços dentro e fora das instalações industriais. Como a luz natural não é aproveitada, o galpão necessita da iluminação provida por lâmpadas de alta voltagem, o que esquenta ainda mais o local. Apesar da proximidade da floresta, que ameniza o calor na região, diversos trabalhadores da área industrial foram flagrados com os rostos a escorrer suor, evidenciando seus esforços para dar conta do que lhes é exigido pela direção da empresa.

Com números que expressam sua grandeza, a Mineração Taboca, criada em 1982, foi, nessa década, um dos grandes empregadores formais do Amazonas, superando ou se equiparando a grandes empresas do Pólo Industrial de Manaus em termos de oportunidades de emprego. As estatísticas referentes ao ano de 1985, registradas em uma correspondência da Paranapanema enviada à Funai, datada de 15 de setembro de 1985, dão conta que 3.900 pessoas estiveram empregadas indireta ou diretamente na empresa Mineração Taboca, sendo que a produção de cassiterita naquele ano foi de 6.417.600 quilos¹³.

A instalação da infra-estrutura de Pitinga, num período que podemos considerar entre 1980 e 1987, faz parte da história de vida de milhares de trabalhadores brasileiros que certamente deram o melhor de si para transformar uma riqueza mineral inerte no leito dos igarapés e encravada no subsolo das serras em um produto pronto para ser comercializado no mercado nacional e internacional. Estes homens e mulheres deixaram uma marca de pioneirismo e força de vontade ao enfrentar a floresta amazônica em toda

¹³ Conforme dados do Ministério das Minas e Energia, registrado no site www.mme.gov.br. Site acessado no dia 04 em abril de 2009.

a sua plenitude e adversidade, em um caminhar em que carregaram não somente suas experiências de vida e ferramentas de trabalho, mas, sobretudo, a esperança de um futuro melhor para si e para seus familiares. Tamanha ousadia cobrou seu preço, deixando marcas indeléveis no corpo e na alma dos pioneiros, entre elas a memória inolvidável daqueles que tomaram no exercício profissional.

Mas a infra-estrutura urbano-industrial colocada de pé a serviço do capital por milhares de trabalhadores ficou como um marco histórico desta fase da Mineração Taboca. A vila do Pitinga, como espaço no qual se insere o lar temporário de cerca de três mil pessoas, entre os empregados da empresa e seus dependentes, é considerada por seus atuais e ex-habitantes em tom positivo, às vezes com uma pitada de melancolia, mas sempre com deferência e respeito, apesar das diferenças hierárquicas resultarem em níveis de conforto e comodidade acentuadamente desiguais. Entre os motivos de tanta consideração, além do salário acima da média regional, está o fato de que os trabalhadores ali residentes não pagam luz, água e nem escola para os filhos, que freqüentam a unidade local do Colégio Pitágoras, sistema de ensino com sede em Minas Gerais. Até a casa, que é uma propriedade da empresa, é cedida para o trabalhador morar.

Apesar da existência de comentários favoráveis, as críticas ao modelo adotado são muitas, incluindo, principalmente, o fato da cidade empresa ser um sistema praticamente fechado, que funciona independentemente da dinâmica social das comunidades do entorno, incluindo-se aí a sede municipal de Presidente Figueiredo. Os sistemas de educação e saúde e os equipamentos esportivos e de entretenimento são exclusividade dos próprios habitantes do local. Acrescente-se a isso o fato de boa parte dos empregados da Mineração Taboca, após quase 30 anos de implantação do projeto, ainda ser de outras regiões do país, com destaque para aqueles mais graduados, que são praticamente todos de fora do Amazonas. Para esses trabalhadores e seus familiares, realiza-se o sonho do emprego com carteira assinada e as benesses sociais daí decorrentes, o que lhes garante um relativamente alto padrão de vida.

Edmar da Silva Fonseca, que trabalhou como pedreiro e, em seguida, como mestre-de-obras na Mineração Taboca de 1985 a 1987, critica o isolamento da cidade-empresa em relação às comunidades do entorno:

No meu modo de ver as coisas, nada impede que os trabalhadores da Taboca tenham os benefícios provenientes da sua dedicação à empresa, mas o que me chama a atenção é a diferença entre eles e as pessoas de fora da vila. Aqui em Presidente Figueiredo, tudo é feito com muita dificuldade, pois boa parte das comunidades rurais não tem coisas simples como água encanada e energia elétrica em suas casas. Na minha época de trabalhador do Pitinga, a vila vivia completamente isolada, com um hospital privado equipado de grande qualidade, que era reservado apenas para doentes da empresa. Nem quando as pessoas de perto estavam muito doentes podiam utilizar os serviços daquele hospital. (EDMAR DA SILVA FONSECA, entrevista 2009).

A construção da vila do Pitinga nos moldes de uma cidade empresa foi resultado de uma tendência mundial dos projetos extrativistas minerais, especialmente nos países periféricos, em que se direcionou parte dos investimentos da atividade-alvo para a área social. Entretanto, a construção da vila visou primordialmente a satisfazer as condições infra-estruturais básicas para atendimento confiável das exigências da economia global em sua busca por matérias-primas. Ao referir-se aos habitantes de Serra do Navio, no Amapá, Ribeiro (1993) destaca o aspecto de confinamento das cidades-empresas, explicitamente totalitário, no sentido arendtiano de limitação da ação e do discurso no espaço público, e potencialmente gerador de apatia cívica e indiferença aos problemas da própria comunidade. Segundo o autor,

Os moradores não são proprietários de suas casas, não gozam de liberdade para introduzir nelas modificações personalizantes, não são diretamente responsáveis pela manutenção, nem de suas casas, nem dos espaços públicos; sequer pagam contas de luz e água. Enfim, são de certa forma tutelados pela presença permanente e paternalista da Companhia, que tudo provê, tudo controla, tudo regulamenta (RIBEIRO, 1993, p. 99).

Mais que a simples liberdade de decorar a casa ao seu gosto, o trabalhador do Pitinga, enquanto habitante da cidade-empresa, perde também sua capacidade de participar de uma maneira efetiva do processo democrático municipal e estadual e da plenitude da vida sindical de sua categoria profissional, porquanto sua rotina está direcionada exclusivamente a um modelo de produção que impõe uma jornada de trabalho extremamente demarcada e supervisionada.

O cerceamento da liberdade individual em seu próprio ambiente doméstico e a propensão das pessoas em se adequar às normas e regras propostas pela direção da empresa são bem ilustrados pela proibição imposta a todo de não criar quaisquer animais domésticos, desde um simples pássaro até mesmo cães e gatos. Ao passo que a higiene e a saúde são privilegiadas do ponto de vista da organização e administração espacial, o conforto psíquico proporcionado pela convivência com um bicho de estimação, fato amplamente comprovado, é relegado a um segundo plano.

Assim, o modelo de cidade-empresa, na prática, exclui qualquer participação do trabalhador na esfera pública, cerceamento ao qual ele, enquanto funcionário da empresa ou mesmo colaborador em regime de terceirização, submete-se de forma voluntária e aparentemente passiva, sob pena de sofrer as retaliações cabíveis aos infratores das regras do modelo proposto.

No aspecto social, a vila é caracterizada pelo cerceamento da ação política e pela limitação da teia de relações humanas de seus trabalhadores, confinados em um ambiente privado que reflete a rotina profissional altamente hierarquizada e estratificada. Até mesmo o projeto urbanístico se encarrega de reforçar estas características de segregação, dividindo a vila em três espaços distintos entre si, que correspondem aos níveis hierárquicos de seus habitantes. Os três conjuntos habitacionais que formam a vila do Pitinga são interligados por vias comuns que na prática limitam o acesso dos operários (que vivem nas vilas C1 e C2, localizadas no eixo norte-sul), ao espaço dos técnicos (vila B) e destes da área do *staff* (vila A). Convenientemente isolada na extremidade oeste do complexo urbano e ironicamente próxima a uma barragem de contenção de rejeitos, a vila A é uma área tabu para os operários de chão de mina, que dificilmente têm oportunidade de visitá-la, embora esteja a pouco mais de três quilômetros do centro comercial. Pitinga subverte, assim, a idéia de *polis* apresentada por Arendt (2005, p. 221), que "é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto", sendo que o verdadeiro espaço desse conceito de origem grega "situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam" (Ibidem, p. 221), até mesmo nos confins da floresta tropical.

Para Arendt (2005), a idéia de liberdade não se restringe ao direito constitucional de ir e vir, que na vila do Pitinga da década de 1980 era facultado a situações específicas e estava sob supervisão hierárquica capaz de tolhê-lo a qualquer momento, sob pretexto de adequação à ordem produtiva interna. O trabalhador que precisava se deslocar a Manaus ou mesmo a Presidente Figueiredo por motivos pessoais era alvo de intensa pressão no sentido de fazê-lo desistir da idéia, situação em que a burocracia existente era o principal obstáculo a ser transposto e, também, o principal motivo de desistência daqueles que se propunham a vencê-la.

Na década de 1980, a burocracia superava até mesmo o aspecto financeiro, pois quem saía da vila por vontade própria deveria arcar com os custos do transporte rodoviário, que correspondia aos valores praticados por empresas de ônibus regionais. Este *modus operandi* também era acionado quando o trabalhador pretendia receber a visita de um familiar ou amigo. Assim, a liberdade, como base imprescindível de uma existência humana em sua plenitude, era colocada em xeque no seu mais caro atributo, o direito de ir e vir, o que comprometia efetivamente o pleno desenvolvimento do trabalhador do Pitinga enquanto indivíduo e agente das transformações sociais. A massa de trabalhadores da empresa mineradora passou a ser amorfa, costumeiramente relegando a um segundo plano o aspecto político de sua existência e, também, o processo de conscientização sobre sua própria condição operária.

O conceito de liberdade em Arendt está relacionado intimamente à idéia de ação política na esfera pública e de construção de um futuro comum a partir do consenso entre as partes. A ação em Arendt equivale a ser livre ou se é livre a partir da ação e é uma das três atividades essenciais da vida ativa dos seres humanos que constam no arcabouço teórico proposto pela autora, ao lado do labor e da fabricação. Para a autora, a ação se dá necessariamente nas relações entre os homens, no diálogo e na proposição de idéias e objetivos comuns e está ligada diretamente às relações de poder. Neste sentido, a autora afirma que,

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto das circunvizinhanças de outros quanto a fabricação necessita da circunvizinhança da natureza, da qual obtém matéria-prima, e do mundo, onde coloca o produto acabado. A ação é circundada pelo mundo e

está em constante contato com ele; a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela (ARENDDT, 2005, p.201).

Das três atividades propostas em seu arcabouço teórico, a ação se apresenta como aquela exclusivamente humana, pois baseia-se na prática dialética de confrontar idéias e propor objetivos comuns aos demais membros do grupo ou mesmo da sociedade. Na ação, o trabalhador, necessariamente, coloca em evidência sua própria essência e individualidade. A autora recorre ao pensamento aristotélico para definir as duas únicas atividades essencialmente políticas, a ação, que nada mais é que a práxis, e o discurso, também denominado de lexis. A ação é, necessariamente, realizada na esfera pública, espaço privilegiado em que acontecem as relações entre os homens. É na ação que se forma o espaço público, a polis, pois esta não é simplesmente um local de encontro entre iguais, mas, preponderantemente, as próprias relações que se dão entre os indivíduos e que resultam em projetos comuns. Estas características da ação, a elaboração de projeto que diz respeito a todos e a atuação política, possibilitam ao homem superar sua condição de simples animal e transformar a realidade que o cerca em comum acordo com aqueles que atuam no espaço público.

A ideologia totalitária, pragmática e utilitarista que ainda permeia a política empresarial adotada pela Mineração Taboca sutilmente subverte a pessoa humana de criadora para simples criatura e reduz o sujeito operante na esfera pública em uma simples peça de engrenagem da máquina do mundo. Com isso, torna os seres humanos autômatos e supérfluos, descartáveis. De sujeito transformador da sua própria realidade, o homem passa a ser um simples objeto, uma peça a mais na engrenagem da máquina a serviço da empresa, descartada quando convém aos patrões.

Arendt (1995, p. 212) faz uma exposição detalhada sobre a formação e o conteúdo das massas humanas. Afirma que a classificação de massas somente faz-se quando os indivíduos se tornam indiferentes em relação à ação, isolando-se de qualquer espaço público. Em grandes cidades, como Manaus, ou mesmo em pequenas comunidades, como a vila do Pitinga, esta indiferença leva os indivíduos a não fazer parte de nenhuma organização política ou mesmo profissional, atitude que as torna neutras e apolíticas, relegando a um segundo plano a possibilidade de atuar no espaço público e de transformar a realidade em que vivem.

A consequência do desinteresse de alguns indivíduos pela ação política, segundo a autora, é trágica, pois estes, apesar de seu auto-isolamento, transformam-se em elementos facilmente manipuláveis por aqueles que detêm o poder político e abrem a possibilidade de surgimento de regimes totalitários. A análise do totalitarismo assume um papel central no pensamento arendtiano, ao lado do seu diagnóstico da contemporaneidade e de sua prática de orientação política. Por sua associação às relações de poder, categoria científica que é uma das vertentes desta pesquisa, torna-se oportuno considerarmos algumas premissas propostas por Arendt sobre o tema. Segundo ela, uma das principais características dos regimes totalitários é, justamente, o cerceamento da capacidade do indivíduo de se comunicar com os demais, obstruindo os canais de comunicação que o ligam a um tecido sócio-político. Isolado e despolitizado, ele torna-se propenso a participar de maneira coadjuvante de qualquer ação proposta pelo regime totalitário. Ou seja, o isolamento e a consequente despolitização dos indivíduos são condições básicas para a existência desses regimes, pois isolados, eles tornam-se impotentes diante da opressão e da manipulação. Segundo esta autora,

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns dos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, convertem-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder. O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de "organização") e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões. (ARENDR, 2005, p. 213).

Ao passo que o espaço urbano-empresarial em que os trabalhadores do Pitinga desenvolvem suas experiências de vida é potencialmente cerceador da liberdade individual e da plena realização de suas potencialidades enquanto sujeitos políticos, torna-se extremamente propício à consecução dos objetivos capitalista para o qual foi projetado. Assim, a dinâmica do complexo polimineral do Pitinga passa a ser determinada pelas relações de produção que acontecem em uma espacialização rigidamente planejada, envolvendo vila, setor industrial, áreas de extração mineral,

aeroporto e hidrelétrica. A vila do Pitinga propriamente dita é um espaço disposto em um eixo viário de aproximadamente 3.200 metros, no sentido leste-oeste, que se liga a outro de cerca de 1.900 metros, no sentido norte-sul. Tem conexão com as demais áreas do complexo por via terrestre. A vila opera como ponto de apoio para o funcionamento dos processos técnicos e administrativos das atividades produtivas, especialmente as operações de extração da cassiterita nas duas frentes de lavra, a rocha sã e o aluvião. A localização do traçado urbanístico é próxima às áreas de lavra de aluvião, servindo, entretanto, de apoio às diferentes etapas e locais do empreendimento.

O projeto urbanístico da vila de Pitinga é caracterizado pela existência de quatro blocos residenciais, as vilas A; B; C1; e C2. Estes dois últimos são separados da vila B por uma ampla área com comércios e serviços, que, por sua vez, é separado da vila A por uma área poli-esportiva e de entretenimento. A vila apresenta avenidas e ruas amplas e arborizadas, com nomes sugestivos da atividade mineradora, como Cassiterita, Tantalita, Quartzito ou da fauna e flora local, como Jacamins, Jacutingas e Narcejas. Atualmente, as 501 casas abrigam mais de duas mil pessoas e os 12 blocos de alojamentos contam com 812 trabalhadores solteiros. Para visitantes e colaboradores ocasionais, a vila dispõe do Hotel Kitarra (nome de origem waimiri-atroari que se pronuncia quitarrá), com 120 leitos, e uma casa de hóspedes cedida à prefeitura de Presidente Figueiredo, conhecida como alojamento da prefeitura, com capacidade para abrigar até 20 pessoas.

As casas e alojamentos da vila foram planejadas visando a dar conforto máximo de seus moradores, uma exigência comum de empresas altamente lucrativas como a Mineração Taboca, que precisam manter operários e pessoal técnico e administrativo em locais longe de centros urbanos, sem deixar que problemas menores do cotidiano influenciem negativamente sobre sua motivação e disposição. Essas moradias têm em comum o alto padrão de acabamento e projeto bem elaborado, características que prendem a atenção dos visitantes logo no primeiro momento. As 501 casas do Pitinga, construídas na década de 1980, lembram as dos conjuntos residenciais de Manaus de classe média dessa mesma época, com amplos terrenos comportando jardins e quintais. A diferença básica, sempre comentada entre os visitantes e os moradores, é a ausência de muros e grades nas residências e demais instalações da vila, fato que reflete o alto

nível de segurança patrimonial existente e o apego de seus moradores às regras de convivência em sociedade.

A casa visitada em 2009, localizada na vila C1, apresentava uma aparência simples, externamente mal-cuidada para não se faltar com a verdade, inserida numa área de aproximadamente 300 metros quadrados, com arborização e ajardinamento sofríveis. A área construída é de 85 metros quadrados, relativamente grande para uma família mediana, e apresenta pé-direito de 3,5 metros, o que a torna bem ventilada. A opção dos construtores pelo uso de telhas de barro tornou a área interna um pouco menos quente, devido às características isolantes desse material de construção. Habitada por um casal e seus dois filhos adolescentes, a casa conta com três quartos, sala, cozinha e demais dependências.

Apesar de ser localizada em um ambiente de floresta tropical, a arborização existente no entorno da casa, como em toda vila, é feita praticamente por espécies exógenas já bem adaptadas à Amazônia, como castanholeira, salgueiro (palmeira decorativa), coqueiro, jameiro e mangueira, sem, no entanto, ser um fato raro a existência de vistosas touceiras de açazeiros e magníficos exemplares de buritizeiros. Estas duas palmeiras fazem as honras da casa, valorizando a paisagem com suas silhuetas singulares e não deixando dúvidas a qualquer visitante do Pitinga que estão mesmo no Amazonas. A preferência por espécies exóticas é um legado da época da implantação do projeto minerador, em que a técnica de terra arrasada, usada na preparação do terreno para a construção das casas, exigia a retirada total de toda a cobertura vegetal original por meio da queimada e posterior adequação do terreno às exigências do projeto urbanístico, por meio da terraplanagem.

Na área de saúde, Pitinga conta com um hospital mediano, moderno, totalmente equipado, que satisfaz em parte as necessidades da população local. O complexo hospitalar apresenta um conjunto de três prédios paralelos, com cerca de três mil metros quadrados de área construída, projetados com especial atenção ao clima quente e úmido que caracteriza a região, pois dispõe de sistema de dissipação do ar quente por aberturas na parte superior, o que dá um aspecto peculiar ao conjunto.

Na década de 1980, considerada a era de ouro da Mineração Taboca, o hospital oferecia praticamente todos os serviços nessa área, desde pequenas cirurgias até partos,

com destaque para as ações de saúde preventiva, além de contar com uma equipe profissional permanente, incluindo várias especialidades médicas. Nessa época, o que marcou a história de vida de muitos brasileiros de todos os quadrantes do país foi o nascimento de um filho ou filha "pitinguense". Com as restrições aos benefícios sociais, que incluiu a redução da equipe do hospital, tornou-se cada vez mais difícil o nascimento em Pitinga, pois as gestantes, no oitavo mês de gravidez, passaram a ser encaminhadas para Manaus, onde dão à luz ou, se preferem, voltam aos Estados de origem.

Com o passar do tempo e o declínio da rentabilidade do empreendimento minerador, as condições operacionais do hospital foram se deteriorando, sendo que atualmente existe apenas um médico-residente e um dentista. Parte do atendimento na área de saúde é feito por empresa terceirizada, a Sulamerica, que atende aos funcionários e seus dependentes em Manaus, e parte pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que disponibiliza profissionais para atendimento periódico, realizado no próprio hospital do Pitinga.

O hospital e colégio foram por muito tempo o cartão de visita do Pitinga, com os quais os proprietários e diretores comprovavam a quem quer que fosse que aquele era um projeto minerador que levava em consideração o aspecto social. Lacombe, falecido em 1992, é até hoje lembrado com carinho pela população local como o responsável direto pelas benesses proporcionadas pela atividade mineradora no Pitinga. O relato de Francisco Firmino Trajano, que desde 06 de agosto de 1988 trabalha na empresa, inicialmente como auxiliar de cozinha e, atualmente, como eletricista de alta tensão, ilustra como os sentimentos e emoções dos trabalhadores podem ser manipulados pelos empregadores, em proveito da construção de uma imagem paternalista e protetora. Segundo o eletricista,

A maior lembrança que eu tenho do doutor Lacombe foi o dia em que preparei um banquete. Ele tava com toda a família, os quatro filhos, dona Estelinha. Ele mandou o Braga me chamar na cozinha para tirar uma foto com todos. Pegou na minha mão e deu os parabéns. Disse que estava tudo muito bom. Ele era uma pessoa muito querida de todos os funcionários do Pitinga, que tinham muita admiração por ele. Também o filho dele, o Paulo Lacombe, era muito bom. Vi a ação dele com um nordestino que chegou lá seis horas da manhã,

chorando. Tinham dado as contas e ele não tinha como voltar para o Nordeste. Conteí a situação para o doutor Paulo. Ele conversou com o rapaz e fez um cheque para ele comprar a passagem de volta para o Nordeste. Esse gesto me marcou muito (FRANCISCO FIRMINO TRAJANO, entrevista, 2009).

A concepção paternalista e protetora da alta administração da Mineração Taboca, na década de 1980, resultou de uma cultura operária em que os benefícios disponibilizados pela empresa passaram a ser vistos como dádivas dos patrões e não como direitos adquiridos, inalienáveis, do trabalhador. Nesse particular, ao analisar as relações paternalistas presentes na cultura operária da vila de Carajás, cidade empresa paraense gerida pela empresa mineradora Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), Castro (1994) avalia que "o paternalismo empresarial é profundamente marcado pelas estruturas autoritárias presentes no tecido social".

Na área de educação, a vila conta com a Unidade José Galvão Fraga, infraestrutura educacional administrada pela Rede Pitágoras, que disponibiliza Ensino Fundamental e Médio, e com a Creche Municipal Maria Emília Mestrinho II (Anexo), vinculada ao sistema de educação da prefeitura de Presidente Figueiredo. As atividades da creche e do colégio são apoiadas e supervisionadas pela Associação de Pais e Amigos de Pitinga (Apapi), instituição composta por mais de 300 pessoas dispostas a interferir de maneira decisiva nos rumos da educação local. A creche conta com 140 crianças e o colégio com 600 alunos regularmente matriculados. Estas duas instituições são consideradas pelos moradores da vila como exemplares em seus segmentos, oferecendo a infra-estrutura completa para um bom aprendizado.

Na área de comércio e serviços, a vila conta com uma agência do Banco do Brasil; quatro postos de combustível em diversos locais; um supermercado, administrado pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da Mineração Taboca S/A. (Coopitinga); 16 lojas, que oferecem uma diversidade de produtos; uma lanchonete, localizada ao lado do supermercado; 02 bares, entre eles um denominado de Fim-de-tarde, localizado na vila A; uma padaria, localizada ao lado do supermercado; uma agência dos Correios; 03 retransmissoras de tevê; e uma rádio FM. A vila utiliza os serviços de telecomunicações da Telemar e conta com antena própria da Embratel, mas não é servida por sistema de telefonia celular. Pitinga dispõe de um clube de mães, 06 associações religiosas e 02 esportivas, entre elas a Associação Atlético Uirapuru. A vila

conta com um moderno sistema de tratamento de água potável e, também de coleta e tratamento de efluentes.

O transporte coletivo é terceirizado e está sob responsabilidade da empresa Vila Pitinga Transportes, que opera com 03 ônibus interurbanos (exclusivamente para Manaus, com escala na sede municipal de Presidente Figueiredo) e 18 ônibus urbanos, com diversas linhas, entre elas a Circular e a Industrial, as mais movimentadas. Os 05 táxis existentes na vila são de particulares, geralmente explorados pelos próprios trabalhadores da mineradora ou por seus familiares, cobrando um valor fixo, pré-determinado, por cada trecho a ser percorrido. Do centro à vila A, por exemplo, os taxistas cobram R\$ 7,00 e para a vila B, R\$ 6,00.

A infra-estrutura implantada pela Mineração Taboca revela uma tendência à auto-suficiência na prestação de serviços urbanos aos seus trabalhadores, com destaque para a área de esporte e entretenimento, com seus campos de futebol, piscinas e salões de festa. Também o relativamente alto padrão das habitações contribui para elevar o nível de satisfação dos trabalhadores que residem ali, condições que influenciam diretamente no desempenho profissional. Assim, não havendo necessidade de se deslocar para outros locais para satisfazer as necessidades básicas de uma vida social mediana, os trabalhadores e seus familiares tendem a permanecer no local, mesmo em seus períodos de folga e de férias. Do ponto de vista do visitante, estas características acentuam ainda mais a sensação de isolamento a que são submetidos os trabalhadores do Pitinga.

Com a instalação da vila, a Mineração Taboca representou para o então nascente município de Presidente Figueiredo uma nova configuração, que repercutiu na organização social regional e alterou a dinâmica política local, principalmente pelo fato de parte do Imposto Único sobre Minerais (IUM)¹⁴ pago pela mineradora ser destinado à prefeitura. Pitinga apresenta-se, assim, não como um complexo empresarial fechado, vivendo sobre si mesmo, mas como um centro de relações de diversas naturezas, não somente econômica, mas, sobretudo, social.

¹⁴ Este imposto foi substituído pela Compensação Financeira sobre Extração Mineral (CFEM).

Capítulo II

O trabalho na mina do Pitinga: selva, suor e lágrimas

2.1 – O poder disciplinar no âmago da cultura operária

Desde sua origem como espaço geográfico inserido na fronteira da civilização ocidental, a Amazônia brasileira vem sendo alvo da cobiça internacional, como diz Arthur Reis (1968), que se ocupou de um exaustivo estudo sobre essa região, mostrando que a sua potencialidade econômica fazia brilhar os olhos dos colonizadores e de empresários europeus desde os tempos da conquista.

Esse olhar sobre a Amazônia atravessou os séculos e continua pujante nos tempos atuais, presente nos grandes projetos espoliadores de nossa riqueza e de nossa gente. O desenvolvimento econômico ocorreu só para as empresas, para o grande capital, passando ao largo do desenvolvimento humano. As populações locais continuam a sofrer carências crônicas nas áreas de saúde e educação, saneamento básico e infraestrutura urbana, situação que faz o Amazonas ostentar os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Para Morin (1997, p. 67),

A idéia de desenvolvimento que, durante tantos anos, dominou o pensamento político é uma idéia terrivelmente simplificadora e mutiladora: o desenvolvimento dependia do crescimento, que era definido em termos quantitativo. Considerava-se que o crescimento econômico era a base de todos os tipos de desenvolvimento: do desenvolvimento humano, do desenvolvimento social e até do desenvolvimento psicológico. Nesta visão simplificadora, a indústria era o foco de onde partiam todos os outros processos.

Assim, empresas mineradoras como a Mineração Taboca, como partes integrantes da indústria nacional, foram consideradas indispensáveis para o processo de desenvolvimento da Amazônia na ótica dos governantes do pós-64. Na realidade, as empresas mineradoras se mostraram eficientes não como alavancas da elevação da qualidade de vida da população local, mas como instrumentos decisivos dos processos

de reprodução do capital, favorecendo seus acionistas em detrimento dos trabalhadores da região e da conservação do meio ambiente.

Como modelo de enclave em que milhares de operários vivem em regime de confinamento, Pitinga sempre teve sua gestão empresarial apoiada no poder disciplinar, com formas mais ou menos elaboradas, mas sempre rígidas, de controle da massa de trabalhadores ou de situações envolvendo indivíduos ou grupos de pessoas no espaço corporativo.

Nas sociedades modernas, o empregado está inquestionavelmente sob um contrato de trabalho que o torna social e economicamente dependente do empregador, que, por sua vez, direciona as atividades desenvolvidas pelo empregado no âmbito laboral. Esta prerrogativa patronal é resultado direto da relação de subordinação expressa no Artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que considera como empregador "a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço".

Assim, o empregador detém a direção de sua empresa e a prerrogativa de controlar como bem entender as atividades que nela se desenvolvem, incluindo-se aí o comportamento pessoal de seu empregado, tendo como limite de sua ação os direitos civis inerentes ao trabalhador enquanto cidadão. Contra qualquer atitude que possa ser identificada ou interpretada pelo empregador como desvio comportamental por parte de algum de seus empregados, especialmente no que se refere à ordem interna do ambiente laboral, o primeiro detém o poder de disciplinar o segundo, apurando a situação e punindo-o pelas possíveis irregularidades cometidas.

Entre as duas particularidades apontadas por Marx (2003) como sendo próprias do "movimento do trabalho", uma se refere exatamente a um aspecto corriqueiro do ambiente laboral, a conservação dos meios de produção. "O capitalista vigia cuidadosamente para que os meios de produção se empreguem em ordem para o fim que deseja, para que a tarefa se faça conscienciosamente e para que o instrumento de trabalho só sofra o dano indispensável ao seu emprego" (MARX, 2003, p. 110). A perspectiva marxiana ilumina a ideia de ação disciplinadora levada a efeito por parte do patronato, visando primordialmente a manter a ordem e a disciplina no âmbito empresarial. No contexto do Pitinga estão presentes os diversos meios, entre eles a

coerção e a cooptação, recursos do arsenal administrativo amplamente postos em prática no âmbito do modelo cidade empresa na Amazônia.

A ascendência contratual e simbólica do patrão sobre o empregado é o motivo principal dos abusos e excessos cometidos contra a parte mais fragilizada dessa relação assimétrica, situação que invariavelmente remete à própria questão trabalhista e aos direitos constitucionais do cidadão. Assim, ao longo da década de 1980, o que se viu na mina do Pitinga foram relações de trabalho permeadas por arbitrariedades, cerceamento da liberdade individual e maus tratos concomitantemente a benesses sociais, bonificações e recompensas financeiras advindas de práticas referenciadas no comportamento e atitudes dos próprios trabalhadores. Neste contexto laboral datado e localizado, o poder disciplinar apresentou-se como uma versão local daquele proposto por Foucault: "indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente 'discreto', pois funciona permanentemente em grande parte em silêncio" (2005, p. 148).

Paira uma falsa ideia de que nada adianta reclamar ou mesmo lutar para se livrar do poder disciplinar opressivo, onipresente e discreto, o que acaba beneficiando os patrões. Esta percepção da realidade talvez justifique a aparente passividade e resignação dos pioneiros do Pitinga diante das imposições da empresa relativas à superexploração vivenciadas por eles. Na década de 1980, destacam-se entre os abusos do poder patronal exercido pela Mineração Taboca um regime de horas extras extremamente desgastante no sentido físico e psicológico e uma predisposição da empresa em colocar em risco a vida de seus trabalhadores.

Naquela época, vivenciando situação que apresentava similaridades, especialmente no que diz respeito aos abusos de poder por parte da direção das empresas, as operárias do Pólo Industrial de Manaus optaram por uma via diferente daquela aparente resignação apresentada pelos operários do Pitinga. Segundo Torres (2005, p. 183),

Pretender tornar dóceis os corpos na indústria eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus não constituiu uma tarefa das mais fáceis ao capital. A gestão selvagem da mão-de-obra acompanhada de uma disciplina exacerbada em seus propósitos de

rigoriedade no âmbito das relações de gênero encontrou uma resistência operária *quiçá* atrevida e corajosa, decidida a mudar os rumos da história do operariado amazonense.

Para Rosa (1994, p. 164), como objeto do poder disciplinar, o corpo do trabalhador pode ser visto como mera ação ou movimento de forças, pois todo e qualquer trabalhador "pode ser encaixado sob a percepção de um corpo que deve funcionar como máquina [...], um corpo disciplinado - sujeitado - aos desígnios da produtividade [...]". A disciplina referenciada por Rosa é demonstrada em seu grau máximo no exemplo do supervisor de transporte José Adelmo de Oliveira e em seu relato sobre um acidente de trabalho que aconteceu com um colega. O nosso entrevistado diz que,

O expediente começava às seis da manhã e ia até as 18 horas. Eram 12 horas trabalhadas, com muita hora extra, que servia de incentivo. Os horários eram cumpridos com rigor. Em dois ou três casos, precisei trabalhar dia e noite, desatolar, puxar veículo, tirar caminhão quebrado na estrada. Houve muito acidente de veículo que me marcou muito, pois um rapaz amputou um braço, à noite, em 1986, no final desse ano. Foi um dos casos mais complicados que já presenciei. Não teve jeito, o rapaz perdeu o braço mesmo. Com a conscientização dos diretores em contratar pessoas experientes e o controle mais eficiente dos veículos, começamos a eliminar esses acidentes. (JOSÉ ADELMO DE OLIVEIRA, entrevista, 2009).

O empresário Octávio Lacombe, presidente do Grupo Paranapanema, em nenhum momento tentou implantar um poder disciplinar personalizado em torno de si ou de quem quer que fosse, sendo um líder ausente no cotidiano da mina do Pitinga, seu empreendimento mais importante. O empresário não precisava lançar mão desse recurso, pois entre as atribuições gerenciais de diretores e chefes do empreendimento minerador estava o exercício do poder disciplinar. De personalidade discreta, Lacombe foi mencionado na maioria das entrevistas como uma figura distante, por vezes um completo desconhecido para os entrevistados, sem, no entanto, deixar de ser alvo de demonstrações de carinho e reverência por parte de alguns.

No contexto urbano industrial minerador em que os pioneiros atuaram, a representação do poder disciplinar estava diluída entre os diretores e chefes de departamentos, que, para manter sob controle a massa de trabalhadores, se apoiavam

implícita ou explicitamente na coerção física e simbólica exercida pela guarda patrimonial e na retórica referente às dificuldades inerentes ao desemprego. Em seus estudos sobre o mercado de trabalho, especialmente aquele representado pela cidade empresa, Edna Castro vem mostrando que trata-se de um lugar privilegiado para se compreender como se dão as relações autoritárias corporativas, remetendo esta compreensão ao poder disciplinar que se faz presente nestas relações. Para a autora,

A análise das políticas empresariais de recrutamento e de gestão da mão-de-obra tem revelado como se reproduzem essas formas de mando ao interior desse mercado. Igual a qualquer outro mercado, este é também um lugar de trocas materiais e simbólicas. Nesse sentido, as relações de dominação utilizam-se das características sociais e culturais presentes nos grupos heterogêneos que chegam na fronteira. Eles, não raro, são submetidos a longos processos de dominação construindo uma dinâmica que influencia certamente na gestão e nas formas de exploração do trabalho (CASTRO, 1994, p. 466).

Os representantes do segundo escalão na hierarquia do empreendimento minerador amazonense agiam como a parte visível de uma dinâmica administrativa com conotações explicitamente autárquicas. A adaptação às atividades extrativistas presentes no Pitinga, em que predominavam, concomitantemente, o poder disciplinar e as relações paternalistas, está bem visível na trajetória profissional dos empregados de nível gerencial da Mineração Taboca, especialmente aqueles que, desde a década de 1980, continuam a fazer parte da cúpula administrativa.

O administrador de empresas Almir Fernandes Cavalcanti começou a trabalhar no Pitinga como técnico em mineração em 13 de setembro de 1984, e, atualmente, com 24 anos de empresa, é um dos empregados modelos da Mineração Taboca. Sua trajetória profissional é marcada por total dedicação à empresa, o que o fez ascender ao posto de supervisor de produção. Ele relata que,

Morava em Natal, à beira mar, com minha família, meus pais e meus irmãos. Quando vim para o Pitinga, passei 15 dias para cair a ficha. Depois aprendi a gostar do lugar e do trabalho, me envolvi, construí minhas relações de amizade e me casei com uma colega de trabalho, a Débora. Também iniciei um movimento cultural aqui no Pitinga, muito legal. Na década de 1980, eu trabalhava dez, 12 horas por dia, durante seis dias por semana. Não tinha hora pra sair do serviço e

precisava estar disponível direto. Apesar de tudo, aqui na Taboca sempre foi muito bom. É o lugar que escolhi para morar e viver. Me sinto feliz aqui, só tenho que agradecer (ALMIR FERNANDES CAVALCANTI, entrevista, 2009).

Estas expressões de carinho são reveladoras do grau de superação às adversidades enfrentadas por todos, exteriorizadas mais prontamente por aqueles que têm ou tiveram a oportunidade de ocupar algum cargo de relevância na estrutura hierárquica da empresa. Para além deste aspecto aparentemente banal da trajetória profissional e pessoal de alguns empregados do Pitinga, há de se ressaltar a efetiva alienação destes e da maioria dos trabalhadores do empreendimento minerador em relação ao antagonismo latente e à luta de classes difusa e desarticulada que se tornaram características marcantes daquele ambiente corporativo delimitado e datado. Segundo Marcuse (1978, p. 30) o "poder repressivo do todo" é fator determinante para o sucesso do processo de alienação dos sujeitos. No entanto, o autor sugere que o "conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação".

O cenário paternalista prevalecente no Pitinga, em que alguns empregados protagonizaram uma adaptação total à vida profissional e pessoal confinada em um espaço corporativo, é recorrente na cidade empresa implantada pela Vale em Carajás, no Pará. Castro (1994, p. 466) visualiza o poder de adaptação entre as competências necessárias para que o profissional possa desempenhar com eficiência suas atribuições no "núcleo urbano de Carajás, onde reina a filosofia da 'grande família', sobre a qual repousam os pilares da gestão do trabalho na empresa". Em suas falas, a maioria dos nossos entrevistados demonstra sua aversão ao modo intrusivo, extremamente exigente em termos disciplinares, de gestão da mão de obra praticado pela cúpula administrativa do Pitinga.

O modo de administrar adotado pela Mineração Taboca na década de 1980, cerceador e intrusivo, contrasta com a forma atual de gestão da força de trabalho no Pitinga, que aparenta ser mais moderna, mas sem perder a rigidez, entremeada aos conceitos derivados do toyotismo que elevam ao primeiro plano a sintonia fina que supostamente deve existir entre padrões e empregados. Esta estratégia na prática significa a tentativa de diluição da luta de classes e de subordinação total dos

trabalhadores aos patrões, num processo que envolve a cooptação da própria subjetividade dos trabalhadores.

Contribuem para este propósito duas situações emblemáticas da vila do Pitinga, que também são comuns nas cidades empresas dos grandes projetos amazônicos: a concentração de milhares de trabalhadores em um espaço rigidamente controlado e o lugar de moradia, situado na propriedade da empresa, o que na prática significa permanecer à disposição da administração para além de seu tempo regulamentar de trabalho. Este aspecto do processo de produção industrial extrativista entra em choque com o modo de ser e de viver dos trabalhadores oriundos da própria região, portadores dos costumes milenares dos povos tradicionais, porque, para esses povos, "a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividades e outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco". (CASTRO, 1997, p. 224).

À revelia das contingências patronais ou sob pressão destas, o caráter itinerante da vida dos peões de trecho amazônicos passou a ser uma característica marcante, sendo minimizada pela permanência ocasional em algum dos grandes projetos regionais. A expressão peão de trecho reforça o entendimento sobre esse caráter, que os leva aos canteiros de obra das grandes empreiteiras ou das cidades empresas das mineradoras com a mesma facilidade com que saem. No vai e vem permanente, ao chegar em alguma cidade empresa, o que eles encontram pela frente, seja no Pitinga ou no Carajás, é sempre a mesma situação presidida pelo poder disciplinar, com os patrões exigindo mais do que eles podem dar e sobre eles exercendo controle que vai do local de trabalho propriamente dito àquele destinado ao descanso e ao entretenimento. Entre os trabalhadores, a situação de opressão corporativa continuada e desterritorializada foi simplificada na expressão "patrão é tudo igual, só muda o endereço".

Nessa ambientação essencialmente dialética em que se deu a experiência de classe, os trabalhadores forjaram uma cultura operária singular que é percebida no contato com aqueles que fizeram parte da gênese do empreendimento minerador e que foi internalizada pelos atuais trabalhadores e moradores da cidade empresa. Sem ser revolucionária, sendo, contudo, de certo modo militante, essa cultura apresenta nuances

que remetem à mina e ao canteiro de obras de estradas e barragens e tem como característica marcante a relação conflituosa com o poder disciplinar onipresente, além de deixar transparecer uma boa dose de adequação pragmática aos valores corporativos.

Percebe-se que o poder disciplinar exercido foi matricial na formação da cultura operária entre os trabalhadores pioneiros do Pitinga e agiu como fator externo de coesão social e cultural do grupo contra a exploração e opressão promovidas pelo patronato por intermédio dos chefes e supervisores do empreendimento. Como diz Thompson (2002), o ambiente fabril clássico está permeado de antagonismos aceitos como intrínsecos às relações de produção. As funções de "gerência ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do máximo de mais-valia do trabalho" (THOMPSON, 2002, p. 28). Afirma que foi esta a economia política dissecada por Marx n'*O Capital*.

Além das ações corporativas autoritárias e paternalistas, a cultura operária dos pioneiros foi influenciada pelo movimento sindical pelego e atrelado ao poder, que atua no país desde o golpe do Estado Novo getulista. Enquanto que, na década de 1980, os trabalhadores brasileiros viviam a fase mais aguerrida da luta pela efetividade do cumprimento dos direitos e pelas tentativas de democratização interna das empresas do Pólo Industrial de Manaus, Pitinga vivia sob o comando sindical de Francisco Braga, adepto do sindicalismo de resultados. Neste contexto de análise sobre a formação da cultura operária do Pitinga é importante ressaltar que, para Thompson (1987), a experiência é diferente da consciência de classe. O que se tem como experiência na perspectiva thompsoniana é algo determinado pelas relações de trabalho, sua vida, vivência. Por outro lado, a consciência de classe é a maneira como essas experiências passam a ser decodificadas pela cultura, como se ligam aos valores e tradições dos sujeitos envolvidos.

Assim, também como expressão de resistência, os trabalhadores pioneiros explorados elaboraram sua própria representação de cultura operária, que passou a ser propagada preferencialmente nos alojamentos, pois estes espaços coletivos de habitação apresentavam maior concentração de operários e oferecia certa privacidade em relação às frequentes rondas da guarda patrimonial, em detrimento de outros locais da vila do Pitinga. Guardando semelhanças com os artistas de trupes mambembes, que nunca

enriquecem com suas atividades culturais itinerantes, os peões de trecho, sendo a maioria da massa de trabalhadores, foram decisivos para a construção e difusão da cultura operária do Pitinga. Nessa construção coletiva e descentralizada, estavam envolvidos não somente os aspectos práticos da vida laboral, mas também aqueles relacionados aos momentos de entretenimento e à expressão política enquanto cidadãos brasileiros.

Em certos aspectos, a realidade vivida pelos pioneiros no Pitinga se assemelhava à das fábricas inglesas do final do século XVIII e início do século XIX, nas quais, segundo Thompson (2002, p. 22), as formas de exploração econômica se tornaram "mais intensas, ou mais transparentes". Para o autor:

O empreendimento em grande escala, o sistema fabril, com sua nova disciplina, as comunidades fabris - onde o industrial não só enriquecia com o trabalho de sua 'mão-de-obra', como também se podia vê-lo enriquecer no decorrer de uma única geração - tudo contribuiu para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado. (THOMPSON, 2002, p. 22).

Para efeito desta pesquisa, consideramos que a memória social dos trabalhadores pioneiros do Pitinga se estende desde o final da década de 1970, mesmo antes da formalização da Mineração Taboca em 1982, até o ano de 1990. Em relação a este período, nossa atenção recaiu sobre o modo como se configurou um cenário social específico, tecido pelo sindicalismo pelego. Uma análise do cotidiano desses operários, em seus múltiplos aspectos, revela como o discurso hegemônico, emanado da alta cúpula da Mineração Taboca, foi interiorizado e reelaborado pelos dirigentes sindicais. Daí a descrença no sindicato e a aparente apatia em relação aos seus direitos e deveres enquanto trabalhadores. No entanto, na medida em que atuou ativamente na organização social do grupo, esse tipo de sindicato atrelado ao patrão construiu, entre os pioneiros, uma forte identidade de empresa família, legada aos atuais trabalhadores do projeto minerador.

Nessa cultura operária, engendrada sob a mão castradora do capital, a metáfora da empresa como "mãe", denotando um sentido eminentemente paternalista nas relações trabalhistas, pode ser interpretada de diferentes modos. Evidentemente, esta característica da gestão da mão de obra no Pitinga era devido à necessidade de se

estabelecer uma rotina calcada na ordem e na submissão total do operariado aos chefes e supervisores, sem a qual o empreendimento minerador não alcançaria os resultados desejados. Ao verificar o antagonismo existente no ambiente fabril inglês de 1830, Thompson (2002) aponta para a impossibilidade de um empreendimento capitalista sobreviver praticando somente uma filosofia de expropriação do máximo de mais valia do trabalho. Segundo ele, "a necessidade de paz na indústria, de uma força de trabalho estável e de um corpo de trabalhadores capacitados e experientes exigia a modificação das técnicas gerenciais - e, na realidade, a formação de novas formas de paternalismo" (THOMPSON, 2002, p. 28).

Em relação ao paternalismo em voga na Mineração Taboca, as entrevistas com os trabalhadores pioneiros do Pitinga sinalizam para a tendência dos operários em acreditar que as conscientes perdas decorrentes de sua dedicação ao trabalho foram compensadas pela presença de uma mãe, que supria a família com os elementos vitais, tanto no que se refere aos aspectos materiais quanto os relativos aos aspectos sociais e morais. Essa metáfora pode ser sentida em toda a sua plenitude quando os entrevistados se referem à empresa como "Mamãe Taboca", ou a si mesmos como pertencentes à "Família Taboca". Há um aspecto relevante neste contexto, acentuado ao longo dos anos, que é a transmutação dos trabalhadores em "colaboradores" e "parceiros da empresa", discurso patronal difundido por meio dos círculos de controle de qualidade e nas reuniões promovidas pelo serviço social da empresa visando à produtividade e elevação da qualidade de vida dos trabalhadores e dos seus familiares.

Nossa leitura dessa realidade, nos tempos do neoliberalismo, mostra que há intenção implícita por parte dos patrões de camuflar a exploração exacerbada promovida pelos agentes do capital. Busca-se tecer um discurso de suposta inexistência das classes sociais ou mesmo apontando para uma possível parceria entre essas duas classes antagônicas, razão de ser da sociedade neoliberal. De certa forma, o discurso neoliberal foi interiorizado pelos trabalhadores, como fica evidente na fala do ajudante de cozinha Francisco Firmino Cavalcante: "apesar dos patrões serem muito exigentes, pois eles exploravam mesmo, eles ofereciam muitas coisas boas pra gente, como, por exemplo, assistência médica e odontológica gratuita" (Entrevista, 2009).

Cavalcante parece querer justificar o protesto contra o trabalho considerado excessivo com a alegação de que era um cumpridor de seus deveres, pois “quando se é novo, a gente trabalha muito mesmo e não se cansa”. Tal representação aponta para uma resistência à “quebra” de um acordo tácito entre as partes, tecido à margem do contrato de trabalho e referenciado nos princípios de compromisso, lealdade e fidelidade típicos das comunidades rurais, no qual o patrão não deve cobrar além do que é aceitável como justo pelos trabalhadores, que, por sua vez, devem defender os interesses da empresa à qual estão vinculados. Pelo menos, não a ponto de fazer com que esses operários perdessem de vista a consciência do lugar que ocupavam nas relações de produção, e muito menos de enfraquecer os vínculos afetivos que os faziam sentir-se membros de um mesmo grupo.

Observamos nas falas dos operários uma necessidade de atribuir sentido às suas trajetórias de vida, cuja dinâmica se constituiu numa multiplicidade e diversidade de processos, sendo recorrente nas entrevistas certa nostalgia pelo tempo pretérito, cujas lembranças já estão engavetadas, sem nenhuma serventia aparente, a não ser quando algum pesquisador resolve revisitá-las. Neste caso, as lembranças da era de ouro da Mineração Taboca afloram e contribuem para o fortalecimento da identidade social desse pequeno grupo. Para os antigos operários que continuam a serviço da empresa, atualmente o que predomina na vila do Pitinga é um trabalho monótono e sem graça, sem nenhuma perspectiva de futuro, a não ser a chegada sempre esperada do “jacaré”, código que eles usam para se referirem à demissão com ou sem justa causa.

Desde sua formalização, em 1982, a Mineração Taboca apresenta um processo produtivo verticalizado, tipicamente taylorista, em que o minério é transformado em produto acabado dentro de seu sistema fabril, que inclui a metalurgia Mamoré Mineração, localizada no Estado de São Paulo, e daí colocado no mercado nacional e internacional. Depende de trabalhadores industriais extrativistas estáveis concomitantemente ao emprego de pessoas em regime de terceirização, para os serviços considerados não-essenciais ao processo produtivo. A mineradora apresentou, especialmente na década de 1980, alta rotatividade de trabalhadores, tendo, no entanto, alguns profissionais desta época permanecido na empresa e assumido setores chave do processo produtivo. Alguns pioneiros que permaneceram na empresa adaptaram-se a

outros afazeres, como Luciano Silva, que passou de auxiliar de Geologia para laboratorista de Geologia.

O auxiliar de Recursos Humanos José Gonçalves Menezes calcula entre um e dois terços a proporção de trabalhadores que estavam empregados em empresas terceirizadas ao longo da década de 1980. As empresas contratadas em regime de terceirização não eram simples locadoras de força de trabalho de perfil temporário. Estavam incumbidas de realizar algum tipo de tarefa relacionada ao projeto minerador, como a construção de determinada parte da estrutura da hidrelétrica ou a totalidade de uma estrada vicinal. Estas empresas foram especialmente úteis para baixar o custo dos serviços a serem realizados, pois geralmente contratavam trabalhadores temporários, sem nenhum vínculo empregatício com a Mineração Taboca, e muitas vezes sem ter o registro dessas pessoas formalizado. Segundo José Menezes, para realizar um mesmo tipo de serviço, estes trabalhadores recebiam salários inferiores aos pagos pela mineradora aos seus empregados que oscilavam entre 20 a 30%.

Entre as principais empresas contratadas pela Mineração Taboca estavam a Sacopã; Samaúma Agrosilvipastoril; Maquitratóres; Almeida Santana; Montadora Sdemep; Mineração Tora; Geplan Engenharia e Múltipla Engenharia, além de uma infinidade de pequenas e médias empresas, com sede em Manaus ou em outras cidades brasileiras, que eventualmente realizavam algum tipo de serviço especializado. Por suas características contratuais, as empresas terceirizadas eram diferenciadas da própria Mineração Taboca e de suas coligadas, como a Construtora Paranapanema, Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Pitinga (Cooptinga) e Sequimina, que faziam parte do organograma da Paranapanema S/A. ou a ela estava subordinada diretamente.

Com a expansão do Pólo Industrial de Manaus, fenômeno que teve seu início por volta da década de 1970, o trabalhador amazônico, especialmente o amazonense e o paraense oriundo do oeste desse Estado, passou a conviver com as armadilhas do mundo do trabalho industrial. Desde aquela década, o movimento sindical, liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, vem lutando contra os baixos salários; as jornadas de trabalho exaustivas; a terceirização da mão de obra; as condições ergométricas adversas no chão de fábrica, em que se destaca o crescente fenômeno da lesão por esforço repetitivo (LER); o desemprego, acentuado na década de 1990; a

perda dos direitos adquiridos; e as cooperativas de trabalho patronais, que precarizam as condições de trabalho. Neste contexto, a crescente exploração para maiores ganhos de produtividade e rentabilidade promovida pelos donos do capital deve ser analisada tendo-se como perspectiva as relações econômicas, morais e culturais.

Com o advento do toyotismo às empresas industriais da região, a Mineração Taboca passou a adotar parte do receituário deste novo paradigma da administração, que visa à racionalidade produtiva, especialmente aquela direcionada ao total engajamento do trabalhador no processo produtivo. Para Harvey (1992), é a partir do processo de produção intrafábrica (e na relação entre empresas) que esse paradigma originado na indústria automobilística japonesa procura reconstituir "a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital". Para o autor, este modelo administrativo permite e requer certa autonomia do trabalhador no chão da fábrica, interligando a cooptação do operário ao controle do processo produtivo.

Este movimento do capital no próprio chão de fábrica ocorreu no momento em que o modelo fordista perdia seu vigor, especialmente a partir da década de 1970, no Japão, tornando-se clara a intenção de cooptar por completo a subjetividade operária e extrair do trabalhador o máximo de mais-valia. No contexto marcado pelo avanço tecnológico, o esforço despendido pelo patronato é no sentido de que a subjetividade do operário esteja em sintonia cada vez mais fina com o modo de produção, equipe, recursos tecnológicos e até com as movimentações do mercado consumidor, situação em que o trabalhador poderá ser explorado ao máximo.

Para dar conta da nova realidade, o operário se viu diante da necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para concorrer no mercado de trabalho. Este, no entanto, não perdeu suas características baseadas nas relações estabelecidas entre a oferta e a procura, o que não o diferencia de qualquer outro tipo de mercado. Em termos simples, os trabalhadores (produtores) comparecem ao mercado oferecendo seu produto (força de trabalho) aos empregadores (demanda). Guedes (1993, p. 165) critica essa relação assimétrica ao afirmar que, "em oposição aos outros setores, onde a livre contratação levaria, segundo a visão liberal, a efeitos benéficos para as

partes envolvidas - no caso dos trabalhadores, essa liberdade traz conseqüências bastante perversas, em razão das especificidades do mercado de trabalho".

As relações de trabalho que requerem maior interação entre patrão e empregado estão longe de fazer os trabalhadores esquecerem-se das agruras e retaliações enfrentadas ao longo da história do capitalismo. Com processos de trabalho extremamente adversos, situado em ambiente considerado inóspito que incluía acidentes de trabalho, às vezes fatais, e doenças relacionadas às atividades laborais, a fase pioneira da mina do Pitinga nunca será esquecida. A atual geração de trabalhadores não perdeu de vista o sofrimento de seus precursores porque não é tão diferente do seu.

2.2 – O trabalho no chão de mina do Pitinga

Os trabalhadores pioneiros do Pitinga têm muita história para contar. Ao longo da década de 1980, o cotidiano de milhares de heróis anônimos, vindo de todos os quadrantes do Brasil, foi marcado por uma luta árdua contra os elementos da natureza, que se apresentava a todos em seu estado mais primitivo, e contra as relações de trabalho presididas pelo poder disciplinar e impostas por um sistema de produção que os rebaixava a meras peças de uma engrenagem da máquina do mundo. Acossados pelas necessidades da vida numa década particularmente difícil para a economia brasileira, estes pioneiros submeteram-se aos desmandos desumanos do capital, este sempre ávido por melhores condições para sua própria reprodução.

A Amazônia que acolheu os grandes projetos de desenvolvimento regional estava, sobretudo, em descompasso com o ritmo de vida e de trabalho dos grandes centros urbanos e industriais brasileiros, evidenciando atraso tecnológico em todas as suas atividades econômicas, especialmente as industriais. No entanto, entre suas particularidades, apresentava possibilidades imperdíveis de exploração dos grandes depósitos de matérias-primas, dos quais Pitinga representava um entre tantos. É nesse contexto histórico que, em 1982, a Paranapanema formalizou seu projeto minerador amazonense na sociedade anônima Mineração Taboca, ano em que se deu o início à lavra aluvionar no igarapé Queixada.

A saga dos pioneiros começou um pouco antes da formalização do projeto minerador e confunde-se com a própria gênese da Mineração Taboca. Por volta do final da década de 1970, a Paranapanema estava atuando na construção da Perimetral Norte, rodovia de integração nacional com traçado no sentido leste-oeste próximo à linha do Equador, quando sua diretoria resolveu prospectar cassiterita nos afluentes do rio Branco, especialmente aqueles localizados no sul de Roraima e nordeste do Amazonas. A empresa, por volta desta época, tinha experiência na exploração de aluviões de cassiterita em Rondônia. Dessa fase de reconhecimento do terreno e de invasão da já demarcada Terra Indígena Waimiri-Atroari, pouco se sabe, a não ser alguns relatos sobre a atuação de um grupo de trabalhadores encarregado da prospecção mineral

comandado pelo geólogo Nestor Scalabrini (FUNAI, 1982), figura ligada diretamente à diretoria da Paranapanema.

Com a confirmação das ocorrências minerais, os trabalhadores começaram a afluir em maior número, sempre precedidos pelas equipes de geologia, estas compostas geralmente por oito a dez trabalhadores, que representaram a ponta-de-lança de uma ofensiva contra a natureza praticamente intocada do lugar. O serviço da equipe de geologia era considerado por seus executores como muito pesado, com dificuldades de toda ordem que somente eram superadas com muita determinação e força de vontade, além de um preparo físico condizente com as agruras que eram enfrentadas.

Os trabalhadores se deslocavam de um acampamento base na selva e se dirigiam aos locais previamente escolhidos pelos geólogos para a prospecção de minérios. O principal instrumento de trabalho desta equipe de desbravadores era a sonda geológica, um equipamento composto basicamente por um tripé de metal com cerca de quatro metros de comprimento, no qual era apoiada uma broca de perfuração de solo com cerca de dez metros. Pesava entre 180 a 220 quilos. Às vezes, os trabalhadores da equipe de sondagem andavam dez quilômetros num único dia com este equipamento pesado, cada um com uma parte dele. Além da sonda de cerca de 200 quilos, os trabalhadores tinham que levar suas próprias provisões, o que significava um peso total de 20 a 25 quilos por pessoa.

O serviço da geologia era um trabalho de desbravamento na mata fechada, pois o acesso às áreas de pesquisa era muito difícil. O ajudante de geologia Luciano dos Santos da Silva, que entrou na empresa em 1985 e continua a seu serviço até os dias de hoje, passou um ano trabalhando na equipe de geologia. O relato da aventura na selva protagonizada por Luciano Silva e seu grupo é um testemunho do heroísmo dos trabalhadores pioneiros do Pitinga. Esse nosso entrevistado relembra que,

Quando a gente chegava à área do acampamento, a primeira coisa que se fazia era tirar forquilha para armar a barraca de lona. Ninguém via verão, pois passava o ano todo chovendo. No acampamento, de noite, a gente mantinha a fogueira acesa para a onça não chegar perto. Teve um dia que encontramos uma vermelha no meio do caminho. A gente tava preparado para enfrentar a bicha no terçado, mas ela abriu no meio do mato e sumiu. Se fosse uma pintada, ela tinha atacado, com certeza. A onça caça mesmo é de noite. Felizmente

nesse horário a gente já está no acampamento, com a fogueira acessa para espantar a bicha. De dia, ela passa o tempo todo dormindo. Mesmo com onça no mato, a gente não podia andar com arma de fogo para caçar nem se defender. (LUCIANO SILVA, entrevista, 2009).

O relato do ajudante de geologia denuncia uma contradição da direção da Mineração Taboca, que privilegiava este aspecto da conservação ambiental em detrimento da própria vida de seus trabalhadores, colocando-os em risco de morte a todo o momento. Segundo Luciano Silva, a empresa mantém até os dias de hoje a proibição de uso de armas de fogo para a defesa pessoal, embora as evidências deixadas por animais, como onças-pintadas e suçuaranas, sejam observadas inclusive nas proximidades da vila do Pitinga.

As dificuldades enfrentadas pela equipe não se resumiam a um possível ataque de onça. O trajeto percorrido do acampamento base para as áreas de prospecção era repleto de perigos, reais e imaginários. A vadeação dos igarapés, por exemplo, era uma ocasião extremamente perigosa, pois não se sabia o que havia nesses cursos d'água, que podiam abrigar desde piranhas, jacarés e arraias até cobras venenosas e constritoras. Também a proximidade com as comunidades waimiri-atroari causava certo desconforto entre os trabalhadores da geologia, tendo, inclusive, o chefe de Luciano Silva alertado sobre um possível confronto com os famosos guerreiros dessa etnia.

Outras adversidades também testavam ao máximo a capacidade de resistência física e psicológica de cada componente do grupo de geologia. Luciano Silva observa em seu relato que os mantimentos não eram suficientes para a longa e perigosa jornada na selva. Quando acabavam as latas de conserva e a carne salgada, os membros da equipe eram obrigados a procurar uma alternativa, o que invariavelmente significava caçar um jabuti no mato, ocasião em que o pequeno animal salvava a pátria. Pescar não era proibido pela direção da Mineração Taboca, mas não havia nem equipamento de pesca e nem tempo para esta atividade. Quando o grupo de trabalhadores dormia embrenhado na mata não havia certeza se cada um ia amanhecer vivo, pois eram protegidos unicamente por frágeis barracas com cobertura de lona, que sequer tinham barras laterais, que eram armadas em num ambiente inóspito, caracterizado por um clima de muita chuva e relâmpagos.

Para Luciano Silva, sua vida como trabalhador nordestino desbravando a selva amazônica foi relativamente tranqüila, tanto que sobreviveu a um ano atuando sob estas condições de alta periculosidade. No entanto, ele observa que alguns homens choravam de noite, não suportando física e psicologicamente aquela situação extremamente adversa. Os trabalhadores de pouca idade eram os que mais sofriam com as adversidades impostas pelo trabalho de prospecção, pois geralmente passavam dois ou três dias com a equipe e logo pediam para voltar para a cidade. O nosso entrevistado relata que, de modo geral,

Era uma vida muito sofrida, pois a gente vivia acampado no mato, dormia em rede, na barraca de vinil, sem nada dos lados dela, só o teto de lona. A equipe de geologia vivia no mato, só vinha no acampamento base de 15 em 15 dias para pegar rancho e receber o dinheiro para mandar para a família. Nessa época, morreu um rapaz que trabalhava na geologia. Tinha mais ou menos 28, 30 anos. Eles já estavam voltando da área de pesquisa quando começou uma chuva com vento muito forte. Ventou muito e ninguém viu o pau cair ... bateu na cabeça e ele morreu. A nossa turma de geologia era composta por nove pessoas, com três do Amazonas, de Iranduba, Santo Antônio do Içá e de Manaus, e o resto do Nordeste (LUCIANO SILVA, entrevista, 2009).

Os nove membros da equipe de Geologia de Luciano Silva são representativos de um universo de trabalhadores que ao longo da década de 1980 atuaram sob condições adversas, alguns sob pressões extremas, tanto do meio ambiente, em que o suor frequentemente se misturava às gotas de chuva, como daquelas relativas às relações trabalhistas, sendo a maioria caracterizada como pertencendo às categorias de baixo status social reportadas por Thompson (1998). É exatamente pela via da história vista de baixo proposta por este autor que podemos perceber as nuances da vida operária do Pitinga, dando voz àqueles que, de outro modo, estariam fadados ao esquecimento, posto que ainda prevalece nas pesquisas em Ciências Sociais a tendência de estudo a partir do ponto de vista dos vencedores e das elites. Esse pensador tornou-se referência para os pesquisadores de tendência humanista que buscam colocar em evidência as categorias de baixo status social, “centrando-se na qualidade de vida, no sofrimento e satisfações daqueles que vivem e morrem num tempo não redimido” (THOMPSON, 1998, p.72).

Os primeiros resultados do trabalho desenvolvido pelas equipes de geologia foram as descobertas de cassiterita ao longo dos rios Pitinga e seus afluentes. Com a confirmação da existência de minério, não somente de cassiterita, mas também de zirconita, nióbio e tântalo em quantidades comercialmente viáveis, a Mineração Taboca deu início a uma verdadeira corrida do ouro, recrutando milhares de pessoas de diversas categorias profissionais para compor um exército de trabalhadores aptos a transformar em realidade seu projeto minerador.

Mesmo antes da formalização da empresa, em 1982, o minério de cassiterita era extraído dos aluviões, que são depósitos de cascalho e pedras que formam o leito de alguns igarapés e rios, em um processo extrativo simples e extremamente rentável. No início da exploração de minérios do Pitinga, a zirconita também representou um importante item na lista de produtos da mina, fase que terminou por volta de 1992, quando este bem mineral começou a ter seu preço desvalorizado pelo mercado mundial. Esta fase inicial do processo produtivo da Mineração Taboca ainda está bem presente no local, pois o visitante pode constatar o resultado de anos de extração de cassiterita representados nos inúmeros cursos de água represados, formando as barragens de deposição, que guardam as sobras da rica lavra de aluvião.

Ao contrário de minas em que se realiza a extração manual, o processo extrativista de Pitinga foi feito, desde o início, por meio de máquinas e equipamentos apropriados, sendo que a atuação profissional dos trabalhadores restringiu-se basicamente à montagem, operação e manutenção de tais meios de produção e, também, às atividades de apoio, estas, sim, de significativa absorção da força muscular de milhares de operários de chão de mina. É importante ressaltar essa particularidade do processo produtivo do Pitinga, pois, em parte, explica a opção por não usarmos o termo mineiro para nos referirmos aos profissionais que atuaram na mina da Mineração Taboca. O outro motivo de evitarmos o termo mineiro é que simplesmente não se ouve esta palavra quando os trabalhadores do Pitinga se referem a si mesmos, quando muito usam o termo minerador.

Como empresa moderna, com vultosos investimentos no complexo minerador, a Mineração Taboca optou pelo uso intensivo de máquinas e equipamentos de última geração, absorvendo as inovações tecnológicas postas à disposição do segmento

industrial-minerador. Esta opção restringiu a participação de mão-de-obra não qualificada em seu processo produtivo, daí não existir na mina do Pitinga o estereótipo do mineiro encurvado, com sua bateia debaixo das vistas, pronto para pinçar do cascalho uma valiosa pepita de ouro ou o que quer que seja. Associada ao atraso tecnológico, a figura clássica do mineiro é estigmatizada como protagonista de ações nocivas ao meio ambiente, potencialmente poluidoras dos cursos d'água e devastadoras de florestas, sendo vista também como ameaça às comunidades tradicionais.

Para se ter uma ideia aproximada da grandeza da mina polimineral, o projeto do Pitinga, apresentado pela Paranapanema (1981, p. 02) à Funai, previa um investimento inicial de US\$ 27.750.000,00 em 1982 e 1983, com a certeza de serem realizados investimentos adicionais após esses dois anos. De imediato, haveria a aquisição, como de fato houve, de oito equipamentos considerados indispensáveis à primeira fase do processo de lavra do minério: três plantas móveis equipadas com bombas de cascalho e concentração; quatro plantas flutuantes equipadas com retro-escavadeiras; e uma draga de sucção com planta flutuante, envolvendo investimentos na ordem US\$ 6.600.000,00.

Outras compras estavam previstas no projeto de 1981, entre elas as aquisições de equipamentos pesados, como tratores, carretas e guinchos, e material de transporte, como caminhões, picapes, automóveis, barcos e avião, avaliados em US\$ 1.200.000,00; e três geradores de energia elétrica, avaliados em US\$ 800.000,00. No projeto estava prevista a implantação de uma usina hidrelétrica, avaliada em US\$ 4.000.000,00, e uma usina de fundição de minério, avaliada em US\$ 10.000.000,00. No investimento inicial também estavam incluídas a construção da vila residencial, pista de pouso, prédios industriais e administrativos, estradas de acessos e vicinais e uma fazenda experimental.

Santos (1981, p. 146) descreve em termos técnicos o processo produtivo de uma moderna mina de cassiterita: "a técnica de lavra tem variado com as características dos depósitos, sendo comum o desmonte hidráulico [em que se utiliza jatos d'água para liquefazer o barranco] e a utilização de trator, de retro-escavadeira, de *drag-line* ou mesmo de draga de caçamba". Para reduzir os custos operacionais da mineração de cassiterita, o autor aponta para a utilização da planta flutuante ou *washing-plant*, sendo este o termo mais comumente usado na mina do Pitinga. Por sua aparência e

localização, sempre sobre a superfície de algum igarapé represado ou lagoa artificial, esse equipamento também era conhecido como palafita.

A montagem de tais equipamentos era realizada por profissionais especializados, empregados ou titulares de pequenas e médias empresas sediadas, principalmente, no Sudeste, que se dirigiam à mina exclusivamente para determinado trabalho, retornando às cidades de origem assim que o serviço terminava. Ao lado do trabalhador especializado, com suas prerrogativas classistas, estava o operário de chão de mina, disposto a executar qualquer tipo de ordem, sob qualquer circunstância, desde que ele se mantivesse na folha de pagamento da Mineração Taboca ou de alguma empresa terceirizada a serviço da mineradora.

Como operário de chão de mina nos referimos àquele sinalizado por Thompson (1998, p.72) como sendo de baixo status social, sem a devida qualificação profissional, que geralmente era registrado na Mineração Taboca sob a expressão auxiliar de serviços gerais, denotando assim versatilidade para atuar em qualquer situação em que fosse requisitado, desde a limpeza de banheiros até o serviço de apoio aos operários da construção civil. Os trabalhadores de baixo status social foram alvo da atenção de Thompson por serem portadores de uma cultura que deu origem ao processo de constituição da classe operária na Inglaterra, pois, em muitas cidades inglesas, "o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas idéias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares" (2002, p. 16). Atualmente, seguindo a lógica thompsoniana, poderíamos acrescentar a essa pequena lista uma série de outras atividades e ocupações cujos profissionais "poderiam ser considerados por seus superiores como pertencentes às 'classes inferiores'" (2002, p. 17).

Em documentos da empresa (PARANAPANEMA 1981, p. 07) e na fala dos trabalhadores aparecem também expressões como operário geral (em oposição a operário classificado), ajudante de caminhão, ajudante de cozinha, auxiliar de pedreiro, auxiliar de geologia, auxiliar de almoxarife e tantos outros tipos de auxiliares e ajudantes que durante a fase de implantação do projeto minerador representavam a maioria dos trabalhadores do Pitinga, quer diretamente empregados pela mineradora ou

com vínculo empregatício terceirizado. Pejorativa ou carinhosamente, estes trabalhadores não especializados também eram conhecidos como peões de trecho, termo que remete a uma vida atribulada, cheia de idas e vindas, mas sempre à procura de emprego para a sua força de trabalho e de um lugar ao sol.

No projeto da Paranapanema (1981, p. 04), a empresa matriz definiu umas poucas ocupações formais, exatos 473 empregos diretos, em três níveis hierárquicos: universitários; técnicos e operários classificados; e pessoal não classificado, que iriam trabalhar no Pitinga (Presidente Figueiredo), em Manaus e em São Paulo. Esta era uma projeção acanhada dado o potencial de investimentos na mina, já naquela época sabidamente uma das maiores áreas do mundo em concentração de minério de cassiterita.

Podemos considerar 1985 o ano de ouro da Mineração Taboca, com uma produção de cassiterita recorde, de mais de 12 mil toneladas, o que representou um faturamento de quase Cr\$ 300.000.000.000,00 somente no primeiro semestre. Nesse ano, segundo correspondência da Timbó Indústria de Mineração (1985, p.01), o conjunto de empregados diretos e terceirizados alcançou 3.900 trabalhadores. Segundo correspondência da Mineração Taboca (1985, p.01), o número de veículos leves e pesados utilizados no processo produtivo foi de 210 unidades, tendo-se à disposição dois aviões Aero-Comander, prefixos PT-KXU e PT-KDF, além de 60 carretas fretadas, devidamente cadastradas para o transporte de minérios entre Pitinga e o porto de Manaus.

A massa de trabalhadores itinerantes, composta por milhares de pessoas vindas de, praticamente, todos os Estados brasileiros, foi fundamental para a implantação da infraestrutura do complexo minerador. Com os locais a serem explorados definidos, a dificuldade operacional posta era logística, superada por uma ponte aérea que ligou a pista de pouso do igarapé Queixada a Manaus, tendo a aviação contribuído de maneira decisiva para o sucesso da empreitada. Segundo o projeto de Pitinga (PARANAPANEMA 1981, p. 07), a pista de pouso tinha comprimento de 1.200 metros por 40 metros de largura, era toda cascalhada e provida de tanques de combustíveis. Seu porte e sinalização adequada permitia operação de aeronaves de grande porte, como Búfalos e Hércules. Dessa forma, por via aérea, começou um movimento ininterrupto de

trabalhadores braçais e especializados, máquinas e equipamentos, gêneros alimentícios e materiais de construção, resultando num arremedo de vila, composta basicamente por um arruamento desordenado de casas e galpões de madeira, e em amplas áreas para a exploração mineral. Mas o projeto minerador era ambicioso e as possibilidades oferecidas pela natureza mostravam-se praticamente ilimitadas.

Com a intenção de explorar os recursos minerais em longo prazo, os dirigentes da Mineração Taboca colocaram em prática os planos de construção da vila Pitinga, um projeto ambicioso que revelaria a nova face da expansão capitalista na Amazônia, a de uso intensivo de capitais concomitantemente ao uso indiscriminado das relações de poder para azeitar as engrenagens da dinâmica empresarial. A mineradora deu início à construção da vila em 1984 e inaugurou a usina hidrelétrica em 1986. No final dessa década, o complexo urbano, industrial, minerador e energético era composto por vila, com acomodações para funcionários de três níveis hierárquicos, oferecendo praticamente todas as comodidades da vida moderna; setor industrial, com instalações de processamento de minérios; fazenda-modelo, suprimindo parte da demanda por leite, frutas, verduras e legumes; hidrelétrica, com capacidade instalada de 26 MW; e áreas de exploração mineral, localizadas esparsamente nos 500 mil hectares da concessão. Também apresentava cerca de 300 quilômetros de estradas vicinais, inclusive a que passou a ligar o complexo minerador à rodovia BR-174, passando pela Terra Indígena Waimiri-Atroari, inaugurada em 1983.

No contexto da década de 1980, a Mineração Taboca e Eletronorte foram os principais agentes de transformação de Presidente Figueiredo, formalmente instalado em 1982, condicionando praticamente todas as dinâmicas municipais. Mais que a Eletronorte, a Mineração Taboca, como empresa capitalista atuando sob a lógica de acumulação financeira, criou redes e relações de poder no município e nas esferas estadual e federal que lhes possibilitaram criar e gerenciar ao seu modo a territorialidade representada pelo espaço físico da mina. A produção deste espaço, mobilizado como elemento decisivo no estabelecimento de um sistema de controle interno, foi determinante para a empresa alcançar seus objetivos de lucratividade e rentabilidade. O controle exercido sobre o complexo minerador em formação foi somente possível devido ao poder disciplinar fabril, que possibilitou a imposição de rígidas regras de

acesso e de circulação e a normatização de usos, atitudes e comportamentos. Segundo Oliveira (2000, p. 82),

A estrutura espacial da vila de Pitinga reproduz um padrão análogo ao existente em outros núcleos urbanos de grandes projetos na Amazônia, como as vilas de Balbina, Tucuruí, Carajás e Porto Trombetas. Nestas vilas, o planejamento do espaço implica não apenas a tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada, mas também uma espacialidade hierarquizada que determina o espaço a ser ocupado pelos seus moradores. A estratégia das empresas é reproduzir um espaço de tal maneira controlado que os moradores sejam reduzidos à passividade e ao silêncio.

Na primeira metade da década de 1980, Pitinga tinha como uma de suas principais características o ritmo alucinante das obras de infra-estrutura da vila e dos demais componentes do complexo minerador. Sob o comando do engenheiro militar Ivan Pereira Augusto, milhares de operários ergueram praticamente do nada um dos mais modernos enclaves urbanos da Amazônia, com níveis de exigência técnica comparáveis aos mais importantes projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo postos em prática neste segmento empresarial em todo o mundo. Em muitos aspectos, o intenso ritmo de trabalho de Pitinga remete à velocidade imprimida na construção de Brasília pelos famosos candangos, trabalhadores braçais também provenientes de todos os quadrantes do Brasil, na segunda metade da década de 1950.

Uma das primeiras providências tomadas para a construção da vila foi a derrubada de mais de 10 mil hectares de floresta equatorial, em que os principais instrumentos de trabalho eram a motosserra e o jirico (trator), e a conseqüente queimada da madeira e restos vegetais em holocaustos diários que permanecem vivos na memória daqueles que os assistiram. Este cenário de destruição ambiental encontra similaridade naquele ocasionado pela Icomi para a implantação do projeto de mineração de manganês da Serra do Navio, em 1957. Este empreendimento passou a ser um alvo preferencial do movimento conservacionista brasileiro por causa de suas extensas áreas desflorestadas e a crescente concentração de rejeitos de seu processo produtivo. Segundo Drummond (2000), já em 1983 a Icomi deu início ao processo de recuperação das áreas degradadas com a introdução de espécies exóticas, como o pinheiro e o dendê. Em retrospectiva, o autor considera que os impactos ambientais em Serra do Navio, que extraiu, no período de 41 anos (1957 a 1998), mais de 60 milhões de toneladas de

minério de manganês, foram geograficamente concentrados e relativamente mínimos, levando-se em conta a escala do projeto. Para o autor:

Os programas de controle e recuperação têm sido muito mais bem-sucedidos do que se poderia esperar de um empreendimento privado operando há quarenta anos numa seção remota da Amazônia, num país com legislação ambiental tão jovem. Em suma, concluí que, em oposição ao que se vê no conjunto da literatura, que o sucesso comercial da Icomi e suas possíveis contribuições para o bem-estar socioeconômicos dos amapaenses não sucumbiram diante da exaustão de recursos, poluição ou de outros impactos ambientais gerados pela mineração (DRUMMOND, 2000, p. 781).

No Pitinga, como em outros projetos de desenvolvimento na Amazônia, a cobertura vegetal era um empecilho a ser removido para a consecução do projeto minerador, o que, a priori, não levaria ao desequilíbrio ecológico e nem representaria uma real ameaça à integridade da fauna e flora locais. O passo seguinte foi dado pelas máquinas de terraplanagem, para a adequação do terreno à construção da vila. Esta fase, que se deu nos anos de 1983 e 1984, ficou marcada pelo volume colossal de lama, no longo período das chuvas, e poeira, no curto espaço de tempo da estiagem local. Com predominância do vermelho, a cor característica do latossolo presente no Pitinga, lama e poeira continuam a ser marcas registradas da mina, mas, na década de 1980, eram os aspectos mais visíveis e incômodos do complexo minerador.

Na corrida contra o tempo, a possibilidade de acidentes graves, inclusive fatais, foi uma constante na execução de diversas tarefas relacionadas à implantação da infraestrutura urbana e industrial-extrativista da Mineração Taboca. Em seus depoimentos, os 12 sujeitos desta pesquisa referem-se a 16 acidentes de trabalho graves no período de 1982 a 1990, com seis óbitos. Estes números servem como amostra e correspondem aos empregados da empresa mineradora e de suas terceirizadas, sendo que o número de acidentes de trabalho e óbitos, acreditamos, deve ser maior.

Em relação a este período, o INSS mostrou-se incapaz de fornecer dados consistentes para a pesquisa, devido, principalmente, à forma de arquivamento dos milhares de registros de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho, fatais ou não, ocorridos em todo o Estado. Nesses arquivos, os dados referentes aos benefícios de todos os trabalhadores são separados por numeração e obedecem a uma ordem

cronológica, não havendo separação por empresa, o que torna praticamente impossível qualquer consulta, entre milhares de processos, para levantar o número de trabalhadores que receberam os benefícios. Outro fator complicador é a possibilidade dos acidentes de trabalho não terem sido registrados pelas firmas terceirizadas que estavam sob contrato com a Mineração Taboca. Pelas leis brasileiras, a mineradora é co-responsável pela vida e segurança das pessoas que trabalham sob regime de terceirização.

Neste contexto trágico, os operários da construção civil sofreram cerca da metade dos acidentes de trabalho, com oito relatos de acidentes de trabalho naquele período, inclusive com dois óbitos. O medo, como aspecto concreto da realidade laboral, tornou-se um fator psicológico indissociável dos trabalhadores daquele período, principalmente daqueles que atuavam na construção civil e na prospecção geológica. Para um dos nosso entrevistados,

O serviço mais perigoso estava ali, na construção da barragem da hidrelétrica, que era a montagem de painéis de madeira de quatro metros quadrados, para sustentar o concreto. Estes painéis atingiam até 30 metros de altura e era necessário subir em guindastes para fixá-los na estrutura de madeira. Se o trabalhador caísse de uma altura daquelas, já era. Havia até o perigo do choque elétrico, quando tinha pane na rede elétrica. Ali todo mundo tinha que ter coragem, não tinham medo, não. Ninguém deixava de trabalhar por causa do medo. Todo o serviço de barragem é serviço perigoso. (JOSÉ RAIMUNDO FONSECA, entrevista, 2009).

Eram muitas as possibilidades de um trabalhador se ferir ou mesmo morrer na mina do Pitinga durante sua fase de implantação, entre elas acidentes com veículos, aviões e máquinas pesadas de todo tipo; quedas de árvores; desmoronamento de andaime; choques na rede elétrica improvisada; explosão de caldeira do refeitório; incêndio nos dormitórios de madeira; ou mesmo problemas de saúde agravados pelas condições extremas a que eram submetidos. No Pitinga, existiam, portanto, os três tipos básicos de riscos a que os trabalhadores podem ser submetidos. Situações adversas similares foram alvo do interesse de Dejours (1992), que realizou estudos no âmbito da psicodinâmica do trabalho, procurando as causas do equilíbrio emocional demonstrado por trabalhadores expostos a riscos de morte em suas rotinas laborais.

No âmbito das discussões sobre a prevenção de acidentes de trabalho, o risco pode ser exterior, e na maioria das vezes inerente ao trabalho, independente, portanto,

da vontade do trabalhador, como a queda de uma árvore sobre algum operador de moto serra. Frequentemente o risco é coletivo, situação que pode causar vítimas em vários trabalhadores, como o caso de acidentes envolvendo veículos de passageiros. Ou mesmo personalizado, numa situação em que o operário da construção civil pisa em falso e cai de um andaime de vários metros de altura, como o caso relatado por José Raimundo Fonseca:

Um colega meu, o Alfredinho, que era carpinteiro, caiu da barragem de uma altura até meio boa. Teve sorte porque caiu num local sem ferragem. Se tivesse caído um pouquinho mais para qualquer um dos lados tinha sido perfurado pelos vergalhões de ferro. Não morreu, mas ficou com problema na cabeça. Tá lá em Santarém. Eu mesmo nunca vi morte instantânea no Pitinga. Mas o negócio é o seguinte, se morresse alguém ali, a gente não ficava sabendo, pois podiam tirar o corpo do trabalhador escondido e ninguém dava conta. (JOSÉ FONSECA, entrevista 2009).

De um modo em geral, mesmo advertido por medidas e regras de segurança, o risco quase sempre conta com uma elaboração deficiente das normas de preveni-lo, talvez por limitação dos investimentos necessários ou porque o risco e suas manifestações são mal conhecidos. Os especialistas em segurança do trabalho consideram eficazes algumas proteções coletivas como, por exemplo, as telas ao longo dos andaimes de uma construção. Quase sempre se propõe aos trabalhadores apenas medidas preventivas individuais, que podem ter um caráter material, os equipamentos de proteção individual (EPI), ou um caráter psicológico, relacionadas diretamente às regras de segurança. Muitas vezes, o risco continua existindo, mesmo depois de identificado, sem que nenhuma prevenção seja colocada à disposição dos operários. É o que Dejours (1992) classifica de risco residual. Nestes casos, a reação do trabalhador em relação a uma situação de risco residual é, geralmente, de indiferença e de superação de seu próprio medo, atitudes marcantes do comportamento dos trabalhadores da Mineração Taboca em sua fase de implantação. Para Dejours (1992, p.64),

o que caracteriza o risco residual, que não é completamente eliminado pela organização do trabalho, é que deve ser assumido individualmente. O problema do medo no trabalho surge desta oposição entre a natureza coletiva e material do risco residual e a natureza individual e psicológica da prevenção a cada instante de trabalho.

Em suas falas, tanto José Fonseca quanto seu filho Edmar Fonseca ressaltam uma idiossincrasia dos profissionais da construção civil: a tendência a ignorar ou minimizar o medo de que algum acidente possa lhe tirar a vida a qualquer momento da jornada laboral. Nesta categoria profissional, os perigos são reais, com acidentes que provocam a morte e a invalidez acontecendo continuamente, se bem que, em Manaus, estes índices tenham uma curva declinante nas empresas que valorizam as comissões internas de prevenção de acidentes e as regras de segurança coletiva e individual. Estes profissionais, no entanto, admitem a existência de certa resistência por parte dos operários da construção civil em relação às normas de segurança, como se eles não tivessem consciência dos perigos a que estão submetidos, até mesmo encontrando certo prazer nisto.

Ao traçar um perfil psicológico do operário da construção civil, Dejours (1992) afirma que o desprezo, a ignorância e a inconsciência em relação às situações de risco de morte são apenas fachadas, pois não se admite que estes trabalhadores sejam os mais ignorantes em relação aos perigos que correm. As pesquisas em psicodinâmica do trabalho realizadas por Dejours mostraram que esta fachada pode se desmanchar e deixar emergir uma ansiedade imprevista e dramática. O medo existe efetivamente, mas dificilmente se manifesta, pois é contido pelos mecanismos de defesa mencionados por Dejours. Assim, cria-se um sistema defensivo coletivo destinado a controlar o medo, calcado na ideologia ocupacional defensiva. O autor afirma categoricamente que, se o medo não fosse neutralizado desta maneira, os trabalhadores não poderiam executar suas tarefas por muito tempo.

A ideologia ocupacional defensiva é partilhada por todas as categorias profissionais submetidas a risco de morte, sendo a eficácia simbólica da estratégia defensiva somente assegurada pela participação de todos. Ninguém pode ter medo, ninguém pode demonstrá-lo. A ideologia defensiva tem um valor funcional em relação à produtividade, situação conceituada por Dejours como sendo exploração da ansiedade. Quem não se adapta ao sistema, quem não supera sua própria apreensão em relação ao perigo, é obrigado a parar de trabalhar, pois o próprio grupo profissional, armado da ideologia defensiva, elimina aquele que não consegue suportar o risco latente.

Após 1990, os acidentes de trabalho fatais e com seqüelas permanentes continuaram a acontecer. O ajudante de cozinha Francisco Firmino Trajano relata que,

Por volta de 1994, 1995, morreu o Chaparral, pai de uma garotinha. Ele e outros trabalhadores foram tirar postes de acariquara na estrada do Serra, perto da hidrelétrica. Quando os postes de madeira já estavam no chão, foram puxar os postes com cabo de aço. Um dos postes bateu num galho de pau, que caiu na cabeça do Chaparral. Ele teve morte imediata, não tiveram como salvá-lo. Outro, que também não lembro o nome verdadeiro, foi o Baixinho, operador de máquina carregadeira. Morreu quando a carregadeira bateu num barranco. Ele bateu a cabeça, a carregadeira tombou por cima dele. Ainda hoje quando passo em frente ao banco me lembro do Chaparral, bem vermelhão, passeando com a filha por ali. (FRANCISCO FIRMINO TRAJANO, entrevista, 2009).

Além de correr risco de morte praticamente a cada instante de suas atividades laborais, os trabalhadores pioneiros do Pitinga estavam expostos a males endêmicos como a malária, oncocercose, berne e a leishmaniose tegumentar americana (LTA), doenças de transmissão em matas primárias de terra-firme associadas ao extrativismo mineral e florestal. Das quatro, a malária, com suas febres altas e incapacitação temporária para o trabalho, e a berne, doença associadas à criação de bovinos, não chegaram a ser problemas sérios de saúde no complexo minerador, fato creditado ao bom desempenho das medidas preventivas.

Em relação à malária, como a transmissão é feita por um mosquito a partir de um humano infectado, cuida-se para que este não fique exposto à ação do vetor. Assim, os relativamente poucos trabalhadores que apresentaram os sintomas dessa doença eram imediatamente isolados do contato dos demais, evitando-se a propagação. O mecanismo de transmissão da berne, também conhecida como ura, é similar ao da malária, tendo como vetor uma mosca esverdeada (*Dermatobia hominis*). Geralmente tem o gado como hospedeiro, o que causa prejuízos consideráveis à pecuária. O ajudante de geologia Luciano Silva relata o único caso que conheceu, ainda na década de 1980, quando o complexo minerador contava com fazenda de criação de gado leiteiro e de corte: "Vi o bichinho na cabeça de um colega meu. Ele veio para o hospital e o pessoal raspou a cabeça e tirou o verme da cabeça dele. O olho dele ficou todo inchado. A coisa ficou feia" (Entrevista, 2009).

A oncocercose humana ou mal do garimpeiro é causada pelo helminto *Onchocerca volvulus*, um parasita que vive no sistema sanguíneo e linfático, no tecido conjuntivo, no muscular e nas cavidades serosas dos animais vertebrados. Os vermes vivem em nódulos fibrosos ou cistos subcutâneos encontrados em várias partes do corpo, como tronco, braços, cabeça, pernas. O helminto determina a formação de tumores fibrosos, aparecendo, às vezes, num só doente, vários nódulos que, podem causar até a cegueira completa. A oncocercose é conhecida como cegueira dos rios porque o piom ou borrachudo (*Thyrsoxena guianense*), o transmissor do parasita, vive em rios. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 37 milhões de pessoas, particularmente em regiões rurais e pobres de África, estão infectadas com a oncocercose. A prevenção se faz com a eliminação dos focos do inseto e com o isolamento dos doentes. De acordo com Chagas et al (2004, p. 41), a doença ocorre no norte e nordeste de Roraima e norte do Amazonas, tendo a equipe de pesquisadores realizado estudos na mina do Pitinga.

Segundo Chagas et al (2005, p. 01), a leishmaniose causa lesões na pele que podem incapacitar o indivíduo para o trabalho e que, em casos graves, causam mutilações ou até mesmo a morte. A autora realizou, em 2000, um estudo baseado nas fichas de registros de casos de leishmaniose diagnosticados no hospital do Pitinga. Nas fichas constava nome do indivíduo, sexo, idade, tempo de residência, atividade laboral, contato recente com a floresta local e deslocamento para outras áreas endêmicas. Além disso, a partir das fichas de registros foram separados os principais grupos de riscos, tendo-se como base se o tipo de atividade laboral requeria um maior contato com áreas de transmissão de leishmaniose, como os ajudantes de geologia, entre eles Luciano Silva, que assim relata sua experiência:

Na última campanha de prospecção geológica que nós fizemos, eu peguei leishmaniose, mas malária eu nunca tive não. Teve uma época que tive muito reumatismo, devido à leishmaniose. Tomei 45 injeções no braço. Mas o médico já tinha me alertado que eu ia ter muito reumatismo por causa das injeções. Aqui no Pitinga era difícil de acontecer caso de malária. Só acontecia quando a pessoas já vinha infectada de fora. Hoje em dia, parece que a leishmaniose foi erradicada aqui da vila, ninguém soube um caso. Antes, dava muito. (LUCIANO SILVA, entrevista, 2009).

No Pitinga, os administradores optaram por desmatar uma área de aproximadamente cem metros ao redor da vila, revestindo esta faixa com gramíneas, o que evita a presença do inseto vetor da leishmaniose nas proximidades dos locais onde os trabalhadores e seus familiares circulam. Além disso, regularmente se realiza a borrifação com agentes químicos para eliminar o inseto vetor da doença. Outra medida preventiva adotada para o controle não somente da leishmaniose como também da malária e da oncocercose é a proibição de caça, atividades de lazer e acampamentos em áreas florestais. Estas medidas são parte de um sistema de prevenção de doenças muito eficaz posto em prática pela Mineração Taboca desde a implantação da infraestrutura. Segundo Chagas et al (2005, p. 01), no período de 1991 a 2004 foram registrados 395 casos de leishmaniose. No aspecto laboral, os indivíduos com atividades nas proximidades ou em contato direto com a floresta, tais como prospectores, motoristas, pedreiros, roçadores e auxiliares de saneamento, apresentaram maior número de casos.

Segundo os pesquisadores, também foi registrada leishmaniose em indivíduos que não tinham atividades laborais em contato direto com a floresta, tais como dependentes de funcionários, estudantes e donas-de-casa, que ocasionalmente entram na floresta para passeios e balneários. Essas notificações de pessoas com contágio de leishmaniose devido às atividades de lazer também ocorrem em outras regiões do Brasil. Chagas et al (2005, p. 03) consideram que,

Em áreas de exploração de minérios e construções de estradas, por levar grande contingente humano a entrar em contato direto com a floresta, ocorre a elevação da taxa de incidência e caracteriza um surto epidêmico de leishmaniose. O grande número de casos de leishmaniose nos primeiros anos de implantação da exploração de minério provavelmente está relacionado ao aumento do contingente de pessoas na área em contato com a floresta, e devido ao fato de as medidas de controle naquele momento ainda não terem sido totalmente implementadas.

Como mina polimineral, Pitinga abriga minerais radioativos, entre eles nióbio e zircônio, com produção ocasional desde a década de 1980. Quanto ao urânio, as Indústrias Nucleares do Brasil (2008) estimam as reservas do Pitinga em 150.000 toneladas. É fato que a exploração de minérios que se encontram na natureza associados ao urânio pode resultar em graves problemas ambientais e de saúde às comunidades locais, por causa do rejeito radioativo e tóxico gerado pela mineração. Segundo Baines

(2000, p. 141), ainda é desconhecido (ou ao menos não divulgado) o nível de urânio dos rejeitos contidos nas barragens do Pitinga, podendo haver contaminação radioativa dos rios e da área indígena Waimiri-Atroari. No Brasil, a União tem o monopólio da mineração de elementos radioativos, da produção e do comércio de materiais nucleares, sendo este direito exercido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O órgão foi criado em 1956 e está vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, tendo a função de planejar, estabelecer normas, fiscalizar, licenciar e controlar a atividade nuclear no Brasil. Desde 1987, o CNEN vem fiscalizando anualmente a mina do Pitinga, para monitorar os níveis de radioatividade.

Ao longo das discussões, observamos que as ameaças de morte no Pitinga se restringiram aos acidentes de trabalho, embora no ambiente laboral a possibilidade de ser vítima de incidentes potencialmente geradores de sequelas de toda sorte tenha sido uma constante. Mas os fatores adversos enfrentados pelos trabalhadores foram além daqueles passíveis de serem contornados por medidas de segurança laboral direcionadas pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), instalada a partir de 1986. Ao optar por um regime extremamente rígido de controle dos próprios trabalhadores, a Mineração Taboca colocou em prática uma modalidade violenta de fazer sua própria segurança patrimonial, pondo em risco a vida de milhares de operários da mina do Pitinga ao longo da década de 1980.

2.3 – A difícil relação entre a Mineração Taboca e seus trabalhadores

Durante a década de 1980, o aspecto mais marcante da relação entre a Mineração Taboca e seus trabalhadores foi o exercício do poder disciplinar diretamente relacionado ao cerceamento da liberdade individual e coletiva num espaço geográfico delimitado e rigidamente controlado por elementos da guarda patrimonial a serviço da empresa. Nesse ambiente de tensão e medo, a truculência física e psicológica foi exercida em graus variados, mas onipresente e constantemente explicitada pelo discurso hegemônico dos diretores e chefes do empreendimento minerador. Ainda que os informantes desta pesquisa não tenham se reportado a nenhum atentado contra a vida de trabalhadores, registramos inúmeros casos de violência verbal e física, maus-tratos e constrangimentos de toda ordem protagonizados pelos agentes da guarda patrimonial do Pitinga. O mais eloqüente de todos os depoimentos que envolvem violência física é o do pedreiro Edmar Fonseca, vejamos:

No meu ponto de vista, a guarda patrimonial era muito rígida e tinha muita autonomia para se impor aos trabalhadores. Tinha até cela na guarita, para prender os trabalhadores, e, às vezes, levavam os coitados para um canil, com cães pastores-alemães dentro. Eu mesmo fiz o piso do canil. Soubemos de um caso em que os guardas chegaram a tirar a unha de um cidadão. Ele precisava falar algo e, como não falou, arrancaram as unhas dele. Não tenho idéia do que ele fez de errado para receber esta punição, mas não justifica eles tomarem tal atitude. Em 1986, presenciei um guarda-chefe dando pernada na boca de outro guarda. Falei para o guarda-chefe deixar o rapaz em paz, mas mesmo assim eles pegaram e bateram no cabra. Nós reagimos e tiramos o pobre coitado das mãos dos outros guardas (EDMAR FONSECA, entrevista 2009).

As atividades de segurança patrimonial são vitais para as empresas, sejam privadas ou governamentais, especialmente aquelas proprietárias de latifúndios, como a Mineração Taboca, detentora de uma propriedade com mais de meio milhão de hectares. No caso da mineradora, acrescenta-se o fato de abrigar uma média de três mil trabalhadores, vindos de praticamente todos os recantos do país, e tem-se uma situação que exige um minucioso planejamento da segurança patrimonial e elaboração de regras rígidas de conduta e comportamento para os trabalhadores.

Devido à cúpula da Paranapanema ser muito próxima dos líderes do regime pós-64, entre eles o próprio presidente João Figueiredo, foi uma decisão natural seus administradores optarem pela contratação de profissionais de segurança oriundos das Forças Armadas, detentores de metodologia de planejamento militar aplicável às atividades de segurança tanto de pessoas como de empresas. A figura de maior visibilidade oriunda das Forças Armadas contratada pela Paranapanema foi o coronel Nelson Dorneles da Silva, engenheiro militar formado em 1968, oficial da reserva do Exército, que se tornou um hábil defensor dos interesses corporativos junto aos órgãos governamentais presididos por seus colegas militares. Diretamente subordinado a Octávio Lacombe, Dorneles teve especial atuação nos bastidores das negociações com os dirigentes militares da Funai, que culminaram na expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, no início da década de 1980.

Outro militar contratado pela Paranapanema foi o coronel José Veras da Silva, especializado em planejamento, desenvolvimento, treinamento e implantação de métodos, técnicas e processos de segurança civil e militar. A experiência adquirida na carreira militar, em parte vivida na Amazônia, possibilitou ao coronel Veras a criação da Sacopã, uma empresa especializada em segurança patrimonial de empreendimentos extrativistas minerais localizados em áreas distantes dos centros urbanos. Especialmente formatada como força tarefa da Paranapanema, a Sacopã estava capacitada a aplicar modernas técnicas de administração voltadas para a proteção de quaisquer tipos de empreendimentos, ao treinamento de pessoal e ao comando, controle e coordenação das atividades de segurança. Por volta de 1978, a empresa comandada por Veras passou a coordenar as atividades de segurança de inúmeros empreendimentos tocados pela Paranapanema na Amazônia.

Como empresa civil, armada, usando táticas e técnicas características das Forças Armadas para a consecução de seus objetivos e apresentando estrutura organizacional semelhante à militar, a Sacopã tornou-se uma força paramilitar a serviço da expansão do capital na Amazônia extremamente eficiente, sem limites técnicos ou escrúpulos para cumprir as ordens emanadas de seus empregadores. Tinha, inclusive, segundo Taylor (1986), autorização do Comando Militar da Amazônia (CMA) para a consecução de seus objetivos.

Curiosamente, o lema do Exército brasileiro, "Braço Forte, Mão Amiga", ajusta-se perfeitamente à relação simbiótica protagonizada pela Mineração Taboca e a Sacopã. A primeira estendia a mão amiga aos trabalhadores, sempre pronta a oferecer as benesses sociais que a alta lucratividade da empresa permitia, e a segunda desempenhava o papel de braço forte, repressor, pronto a intervir de maneira autoritária em qualquer situação que exigisse o uso da força como demonstração do poder disciplinar. Papéis opostos que representam os dois lados da mesma moeda, ambos direcionados a manter sob controle o operariado do Pitinga e a garantir a lucratividade do empreendimento, que, em última análise, é resultado direto do esforço, sacrifício e empenho pessoal de cada um dos operários oprimidos pela mineradora.

A ação repressora desencadeada pela empresa de segurança em prol dos interesses da mineradora é ilustrada por Schwade (2009, p. 23) da seguinte maneira:

Durante a instalação da Mineração Taboca, entre 1979 e 1985, os jornais de Manaus noticiaram a presença de índios naquela área, mas as informações foram abafadas pela mineradora. As últimas notícias são de agosto de 1985, quando índios desconhecidos teriam aparecido no canteiro de obras da hidrelétrica que a empresa construía no rio Pitinga. E poucos dias depois, um motorista que transportava material para a obra, encontrou seis homens e duas mulheres na estrada. É muito provável que tenham sido mortos pela Sacopã, uma empresa de jagunços, muito bem equipada, que nesta época protegia a Paranapanema e era comandada por dois ex-oficiais e um da ativa, subordinado ao Comando Militar da Amazônia.

No contexto amazônico das décadas de 1970 e 1980, em que a guerrilha do Araguaia era uma realidade, a criação de aparatos paramilitares por oficiais das Forças Armadas podia ser considerada natural tanto pela opinião pública como pelos defensores do regime de exceção, sendo inclusive fomentada pelo apoio implícito dos comandantes militares que compunham tal regime. Entre as prerrogativas dessas forças paramilitares estava a utilização de técnicas de inteligência para investigar ameaças reais e potenciais e identificar, entre o operariado e a população, elementos potencialmente perigosos para a harmonia do ambiente empresarial, extrativista ou agroindustrial, em que se engajavam. Em alguns casos, os membros de forças paramilitares também faziam parte das forças policiais civis e militares. Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, já sob um cenário democrático,

é que esses aparatos paramilitares foram oficialmente proibidos de atuar e passaram a ser execrados pela opinião pública.

Denúncia semelhante à de Schwade foi feita por Taylor (1986) em relação às comunidades Baniwa, Tukano e Maku do Alto Rio Negro que, a partir de 1982, tiveram suas terras invadidas por garimpeiros à procura de ouro, sendo estes trabalhadores autônomos posteriormente expulsos da área pela Sacopã. Para Taylor (1986, p. 23),

The two principal corporations concerned are Gold Amazon Mineracao Da Amazonia Ltd., and Taboca Mineracao, which belongs to the Paranapanema Group. [...] In order to ensure their takeover of the area, the mining companies have engaged the services of a private "security firm" called Sacopa, dedicated to "rural security activities." The firm, acting as a private army, has been used previously by Paranapanema to expel thousands of gold miners from lands containing minerals. The directors of Sacopa include active and retired army colonels and military police commandants. Similarly, 90 percent of the company's employees have served in the Armed Forces, and the firm has the authorization of the Amazonian Military Command to maintain armed personnel and munitions. The security forces have, with the open support of the army and the police, conducted operations to flush the gold miners out of the region. The miners have desperately resisted the takeover. Reports of killings have emerged from the area since April 1985-at least six Indians were killed in April last year and three Indians died in fighting in September¹⁵.

Na gênese da Mineração Taboca, a questão da segurança patrimonial e pessoal era vital sob quatro aspectos. Em resumo, estes aspectos estavam relacionados à

¹⁵ As duas principais empresas em referência eram a Gol Amazon Mineração da Amazônia Ltda., e a Mineração Taboca, subsidiária do Grupo Paranapanema. [...] Para desocupar a área, as companhias mineradora contrataram os serviços de uma "empresa de segurança" privada denominada Sacopã, especializada em "atividades de segurança rural". A empresa, agindo como um exército privado, foi usada previamente pela Paranapanema para expulsar milhares de garimpeiros das terras que continham minerais. A diretoria da Sacopã incluía coronéis do Exército, tanto da ativa como da reserva, e comandantes da Polícia Militar. De modo similar, 90% dos empregados da companhia tinham servido nas Forças Armadas e a empresa tinha autorização do Comando Militar da Amazônia para atuar com pessoal armado e dispor de munição. As forças de segurança tinham, com o apoio explícito da polícia e do Exército, conduzido operações para expulsar os mineiros daquela região. Os mineiros resistiram desesperadamente à tomada de posse das terras pelas duas empresas. Relatos de assassinatos começaram a aparecer na área desde abril de 1985 - pelo menos seis índios foram assassinados em abril do último ano e três índios morreram em lutas que aconteceram em setembro.

presença dos Waimiri-Atroari na área do Pitinga; à possível invasão de garimpeiros às áreas em que se localizavam os veios ricos em cassiterita e outros metais valiosos; à logística de escoamento da produção de cassiterita e de outros metais valiosos; e às relações de trabalho tensas envolvendo os peões de trecho.

Por volta do final da década de 1970 e início da subsequente, a área onde as equipes pioneiras de geologia realizavam as pesquisas era ainda, oficialmente, terra indígena, habitada pelos mais aguerridos defensores territoriais que se tem notícia no Amazonas, os Waimiri-Atroari, que podiam, a qualquer momento, deflagrar um ataque aos invasores do território ancestral. Esta preocupação era uma constante dos administradores da própria Paranapanema e da Funai, sendo referida em uma mensagem de rádio interna desse órgão governamental, datada de 22 de janeiro de 1982, cujo teor, em síntese, era informar a presença do geólogo Nestor Scalabrini e de sua equipe, composta por cinco elementos, que estavam abrindo uma picada de acesso entre a mina do Pitinga e a BR-174, antes mesmo da autorização oficial por parte das autoridades competentes. Textualmente, a mensagem adverte que:

Comunico outrossim que indio atroari viana =/ que jah entende muitas palavras nosso idioma estah revoltado et prometeu - expulsar invasores pt estamos alerta tendo em vista aparecimento subito - grande numero indigenas ultimamente pt qualquer incidente nesta altura - poria por terra muitos anos pacientes et onerosos trabalhos funai vg inclusive sacrificio preciosas vidas servs [servidores] et indigenas pt sds del iadr. (FUNAI, 1982).

Acrescente-se a esse cenário a possibilidade de centenas de garimpeiros perambularem pelas matas e igarapés da terra indígena em busca do ouro do Pitinga e outros minerais valiosos, como a própria cassiterita. Sempre dispostos a pagar com a própria vida a ousadia de invadir a área de prospecção da poderosa Paranapanema, os garimpeiros foram definitivamente impedidos de ter acesso à área rica em minérios quando a empresa mineradora se uniu à estatal de energia elétrica para formatar o Programa Waimiri-Atroari (PWA). Este por sua vez, sob o comando de um antigo funcionário da Funai, José Porfírio Fontenele de Carvalho, reduziu os afamados guerreiros waimiri-atroari em simples porteiros de beira de estrada e em guardas patrimoniais de sua própria terra, na prática incumbindo-os de evitar qualquer tentativa de invasão da área rica em metais preciosos por parte de quem quer que seja. Em outras

palavras, a Paranapanema matou dois coelhos com apenas uma cajadada e ainda economizou milhões de reais ao longo dos anos por prescindir de um serviço de segurança patrimonial convencional específico para garantir os limites de sua área de prospecção.

Na fase inicial do projeto extrativista, já com a produção anual de milhares de toneladas de zirconita e cassiterita, minérios altamente valorizados pelo mercado, o principal problema logístico era escoar esses produtos, o que se fazia, inicialmente, por via aérea e, partir de 1983, por via terrestre. A viagem dos comboios para Manaus, por cerca de 350 quilômetros de estrada, era encarada pelos responsáveis pela segurança como uma operação de guerra, ocasião em que os agentes usavam armamento pesado e estavam prontos para rechaçar qualquer possível investida durante o trajeto. Um comboio padrão, envolvendo 15 carretas da Transportadora Santa Fé, necessitava de escolta motorizada de cinco veículos leves, geralmente da marca Gol, e mais três picapes, além 30 homens equipados com coletes à prova de bala e fortemente armados de revólveres, escopetas e submetralhadoras, além de granadas e bombas de gás lacrimogêneo.

Outra situação potencialmente perigosa, a ponto de exigir o máximo de atenção por parte da alta direção da Paranapanema, envolvia os próprios trabalhadores do projeto minerador. Temia-se, sobretudo, revoltas, saques e depredação das instalações, além de desordens de todo tipo e possíveis roubos e furtos do patrimônio da empresa e dos próprios trabalhadores. O fator complicador era a tensão psicológica advinda do isolamento dos operários e do ritmo intenso das atividades laborais, cenário que também era compartilhado pelos próprios agentes da guarda patrimonial. Assim, qualquer excesso por parte desses agentes era encarado como zelo natural por suas atividades profissionais, advindo com isso o respeito dos seus pares e o temor das suas vítimas, ao mesmo tempo em que tal comportamento agressivo era interpretado como advertência implícita pelos demais operários. Para Oliveira (2000, p. 91), o poder disciplinar opressor mantido pela Mineração Taboca passava necessariamente pela segurança patrimonial, que "incute nos trabalhadores a incapacidade de reagir e dá como alternativa a passividade, que não é simplesmente um conformismo, mas o resultado do processo alienador dos sujeitos".

Os relatos dos trabalhadores que atuaram na mina do Pitinga na primeira metade da década de 1980 convergem para a construção de uma imagem extremamente negativa da guarda patrimonial, apoiada explicitamente pelo poder disciplinar originado na cúpula da empresa mineradora. Nascida em Coari em 29 de junho de 1929, a lavadeira Edite de Souza Braga era uma senhora de pouco mais de 50 anos quando trabalhou na mina do Pitinga, de agosto de 1981 a fevereiro de 1983. Sua história de vida começou no seringal da família, localizado no rio Urucu, e passou por Presidente Figueiredo mesmo antes da criação desse município. Ela e mais duas lavadeiras foram contratadas para cuidar da roupa de uma equipe composta por cerca de 400 trabalhadores, ficando alojadas nas precárias habitações de madeira que caracterizaram a fase pioneira da Mineração Taboca. Essa nossa entrevistada diz que,

O Pitinga naquela época parecia uma prisão. A gente não tinha liberdade de nada, pois tudo era muito controlado pelos guardas, mas era tudo por causa do ouro. Eu e as outras duas lavadeiras, a Jorgina e Devandira, ajudamos o pessoal da segurança a pesar o ouro e colocá-lo nas caixinhas de 250 gramas e lacrar com fita. Só então a gente colocava o selo na caixa. Eles diziam assim: "Chama a danadinha que ela é boa de conta pra c...". Na sala tinha o acusador, um aparelho parecido com um holofote [sensor de metal] para que a gente não roubasse nem um pouquinho do ouro do Pitinga. Naquela sala trancada, o ouro ficava dentro do vaso como se fosse farinha. Depois de embalado, as caixinhas de ouro eram colocadas numa caixa do tamanho de um estofado e daí levado para Manaus em um baú lacrado, protegido por muitos guardas (EDITE BRAGA, entrevista 2009).

A extração de ouro no complexo polimineral, a partir das *washing plants*, é uma informação recorrente na fala de quatro trabalhadores: Edmar Fonseca; José Fonseca; e Nilson Lima, além da própria Edite Braga. O pedreiro Edmar Fonseca, que trabalhou na empresa de maio de 1985 a junho 1987, credita ao ouro do Pitinga o principal motivo da truculência perpetrada pelos guardas da Sacopã, a saber:

Quando eu cheguei no Pitinga, em 1985, percebi um clima de guerra não declarada entre os trabalhadores e o pessoal da Sacopã. Os guardas eram outro tipo de gente dentro da mina. Tudo deles era separado dos trabalhadores comuns. Moravam num alojamento bem longe da gente, comiam numa parte separada do refeitório e não tinham nenhum tipo de amizade com os peões. A ordem que eles tinham era para nem olhar nos

olhos dos trabalhadores. Quando o pessoal da prospecção encontrava uma mina de ouro, os guardas iam imediatamente para o local, para não deixar ninguém chegar perto. Com o passar do tempo, eles foram melhorando, até que foram substituídos pelo pessoal da Sequimina. Mas aí o ouro do Pitinga já tinha sido praticamente todo extraído e não precisava mais tanto controle, tanta violência. (EDMAR FONSECA, entrevista, 2009).

Segundo o auxiliar do departamento de Recursos Humanos José Menezes, a Sequimina, empresa de segurança patrimonial referida por Edmar Fonseca, foi criada em 1987, com um efetivo de 186 guardas, para dar conta de 5.600 empregados da Mineração Taboca mais 200 da Paranapanema e cerca de 1.000 das empresas terceirizadas, totalizando aproximadamente 6.800 homens e mulheres, além dos dependentes destes. Para esse nosso informante,

A Sequimina herdou da Sacopã o estilo militar, com muito rigor e pouca conversa. Os guardas eram recrutados em Brasília, logo depois de darem baixa do Exército. Tudo menino novo, parrudo, pronto para controlar qualquer tipo de situação. Mas muitos deles só passavam uma noite no Pitinga. Quando chegavam, depois de uma viagem de mais de dois dias, não aguentavam e, no dia seguinte, pediam logo para voltar. Por isso é que havia alta rotatividade nos quadros da Sequimina e da antecessora, a Sacopã. Viver no Pitinga não era fácil, mesmo para quem estava ali para dar porrada. (JOSÉ MENEZES, entrevista 2009).

Os 186 guardas da equipe da Sequimina trabalhavam em regime de plantão de 24 horas, sempre fardados e fortemente armados. Tinham a responsabilidade do atendimento aos visitantes e aos trabalhadores que chegavam e saíam, registrando o fato no formulário de controle, além da guarnição das duas portarias, localizadas na estrada de acesso ao complexo minerador, e do serviço de ronda pelos diversos prédios e instalações industriais e áreas de exploração mineral. O controle de entrada e saída de veículos do Pitinga era rigoroso, restringindo a passagem às pessoas autorizadas previamente. Um pelotão especial fazia plantão no refeitório nos horários de maior movimento. Também costumavam abordar os trabalhadores que circulavam pela vila após as 22 horas, para evitar algum tipo de comportamento indesejado.

Para além da violência física e psicológica, a estrutura administrativa e o processo de produção da Mineração Taboca impunham também uma ruptura no modo

de ser e de agir de seus trabalhadores, especialmente àqueles oriundos da própria região. A passagem do ritmo imposto pelos ciclos da natureza, tradicionalmente vivido pelo homem amazônico, para o tempo despótico do capital se deu de maneira abrupta, em apenas uma geração, tanto no Pólo Industrial de Manaus como na mina do Pitinga, revelando uma terceira face da violência subjacente às relações trabalhistas na Amazônia, a cultural. Na luta contra a natureza até então praticamente intocada do lugar, o conhecimento tradicional dos trabalhadores amazonenses, acreanos e paraenses em lidar com as limitações e oportunidades de tal ambiente natural foi decisivo para a consecução do projeto minerador, mas, ao longo de suas permanências na indústria extrativista, a subjetividade desses atores sociais passou por profunda transformação. Quanto a isto, Ribeiro (2004, p.76) afirma que,

As formas através das quais o capital imprime o caráter do operário são brutais, uma vez que, sobre a destruição de processos primitivos de produção agrícola, estabelecem métodos refinados de montagem de sofisticados aparelhos eletroeletrônicos [...]. Esta mudança, que ocorre na matriz material de produção, destrói hábitos, habilidades e comportamentos reproduzidos há séculos pelas práticas culturais de sobrevivência e pela tradição oral, e formula novas concepções de trabalho, de tempo, de vida e de crença.

Ao longo da internação desses trabalhadores, o esgarçar das relações pessoais, especialmente as familiares e afetivas, era uma realidade vivida por praticamente todos os pioneiros, situação que foi se atenuando aos poucos, na medida em que foi possível levar os parentes para morar na vila do Pitinga, situação que não se modificou para aqueles que não tinham direito às 501 casas que foram disponibilizadas pela empresa. Os pioneiros puderam constatar que a saudade bate mais forte quando se tem a selva como madrasta e o trabalho árduo como capataz.

Aos namorados e maridos internados no Pitinga ficava a aflição permanente de querer saber como suas namoradas e esposas, longe de suas presenças, estavam satisfazendo as necessidades físicas, afetivas e emocionais; aos filhos e pais, a preocupação de como seus pais e filhos estavam se arranjando financeiramente, se o dinheiro enviado daria para pagar as despesas da casa, principalmente com alimentação, até a próxima remessa. Outra preocupação constante era com a saúde de cada membro da família e se haveria os recursos e a ação necessários para superar uma eventual

situação crítica neste sentido. Para além dessas preocupações, ficava a certeza de se estar vivendo um período longe dos entes queridos que jamais seria repostos, talvez mitigado pela sensação de se estar fazendo a coisa certa.

Excetuando-se as viagens de folga, o isolamento em relação aos entes queridos somente era quebrado quando o trabalhador tinha acesso ao serviço de radiofonia da empresa, ocasião em que podia comunicar-se em tempo real com seus familiares e amigos, que deveriam se deslocar à sede da empresa em Manaus. Por meio da radiofonia, também era possível a comunicação por mensagem datilografada, também conhecido como radiograma, usada, principalmente, em textos curtos e objetivos, de caráter eminentemente corporativo, mas permitida para assuntos pessoais. A comunicação por carta também estava disponível aos pioneiros, mas era restrita àqueles familiarizados com esta prática, o que supunha certa escolaridade por parte do trabalhador.

O sistema de telefonia convencional do Pitinga somente foi implantado em 1987, quando a vila ficou pronta. Nem mesmo atualmente (2009) a vila é servida por telefonia celular, restringindo este tipo de comunicação à telefonia convencional. Naqueles tempos heróicos, longe de tudo e de todos, enfrentando a luta pela sobrevivência, era fácil pensar em desistir e retornar à cidade, mas o compromisso consigo mesmo, com a família e com o patrão empurrava muitos dos pioneiros a seguir adiante e a minimizar, como sempre fizeram, a grandeza das dificuldades a serem enfrentadas.

A fuga da realidade adversa se dava, principalmente, por intermédio de atividades lúdicas, implantadas ao longo da década de 1980 pelo Serviço Social da empresa, mas, também, de outras formas, para as quais se fazia vistas grossas. A rotina era trabalhar, trabalhar e trabalhar, mas, nas folgas, havia confraternizações entre amigos; comemoração das datas cívicas; bailes uma vez por mês; prática de alguma atividade esportiva, com destaque para as partidas de futebol; e, de vez em quando, uma pescaria. A melhoria das condições de vida e de trabalho no Pitinga foi se dando num crescendo, com maiores dificuldades no final da década de 1970, passando os trabalhadores a ter algum conforto a partir da conclusão da vila, por volta 1987, e estabilizando-se no final da década de 1980, quando a infraestrutura urbana ficou

pronta. As condições adversas, extremamente desconfortáveis tanto sob o aspecto físico quanto psicológico, foram vividas pelos trabalhadores especialmente na primeira metade da década de 1980, período a que se refere Edmar Fonseca em sua fala:

No Pitinga havia um sistema de muita bebedeira, sendo que uma garrafa de cachaça era comprada pelo equivalente de um dia ou dois de trabalho de um peão. Também havia distribuição de cocaína e maconha. Rolava de tudo o que você pensa. Falo porque eu vi. A gente não sabe como entrava, mas este tipo de coisa está infiltrado em toda parte. Nessa época, todo mundo ficava estressado porque só tinha homem na mina e uma das principais conversas entre a peãozada era a falta de mulher. Cheguei a passar cinco meses sem mulher nesse regime fechado. Os encarregados e peões que eram viados davam conta de uma parte do serviço, mas a outra parte era na mão mesmo. (EDMAR FONSECA, entrevista 2009).

Em 1985, o problema envolvendo bebidas alcoólicas extrapolava os limites da vila do Pitinga, atingindo, também, a comunidade waimiri-atroari. Em resposta a um ofício da Funai, o diretor da Mineração Taboca, Lourival Soares, assevera que as garrafas de aguardente encontradas em um picada ligando a BR-174 à vicinal de acesso à mina, próxima à porteira controlada pelo Programa Waimiri-Atroari (PWA), estavam fora da área a ser fiscalizada pela empresa. A área mencionada restringia-se à faixa de terra desmatada ao longo da estrada vicinal. As garrafas de cachaça eram o motivo da reclamação do delegado regional da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, ao diretor da mineradora. No ofício à Funai, Lourival Soares afirma textualmente que: "A localização das bebidas apreendidas demonstra o rigor da fiscalização exercida em nossos Postos de Vigilância" (MINERAÇÃO TABOCA, 1985, p.02). Não podemos deixar passar despercebida a ênfase que o diretor da mineradora dá ao rigor da fiscalização exercida pela guarda patrimonial, na qual era depositada a certeza da realização de um trabalho sistematicamente minucioso, sempre a postos para exercer o papel de repressora dos desvios comportamentais dos trabalhadores da empresa.

Além das dificuldades inerentes ao trabalho em uma mina localizada na selva amazônica, distante da capital do Estado e dos grandes centros urbanos brasileiros, os pioneiros do Pitinga sofriam com a espoliação promovida pelo sistema capitalista, que transforma o emprego em objeto de disputa entre os próprios trabalhadores e estes passam a competir entre si pela preferência do empregador. Diante do exército de

trabalhadores de reserva, o empregador fica na confortável posição de escolher quem está mais apto ao serviço e quem está disposto a receber menos. Ao analisarmos a questão salarial na Mineração Taboca da década de 1980, percebemos que ela está envolta em uma aura de fartura e aparente prosperidade, fatos a que se reportam todos os entrevistados, mas que devem ser colocados em perspectiva devido à sua complexidade. Acrescente-se a essa análise o fato de muitos operários do Pitinga, possivelmente a maioria, não ter a percepção exata ou mesmo aproximada de como funciona a exploração do trabalhador promovida pelo sistema capitalista.

Embora a Mineração Taboca oferecesse boa alimentação e muitos benefícios sociais aos seus empregados diretos, além de regularmente disponibilizar centenas de empregos com carteira assinada, não havia grande diferença entre os salários dos trabalhadores do empreendimento minerador e daqueles oferecidos pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus. Em maio de 1990, em um período marcado por inflação galopante, o auxiliar de serviços gerais da Mineração Taboca, por exemplo, recebia Cr\$ 5.134,80 (MINERAÇÃO TABOCA, 1990), valor apenas 45% a mais que o salário mínimo daquele mês, fixado em Cr\$ 3.674,06. Para efeito de comparação, as empresas do PIM também tinham em suas políticas salariais o pagamento de valores acima do salário mínimo para praticamente todas as funções consideradas de chão de fábrica.

Segundo o entrevistado José Menezes, que trabalhou no departamento de Recursos Humanos da mineradora, "o que fazia o salário praticado no Pitinga ser atraente para os trabalhadores era a possibilidade de ser duplicado ou mesmo triplicado, dependendo do esforço pessoal e da disposição para se fazer horas extras" (ENTREVISTA, 2009).

Outro fator que segurava o trabalhador na mina era que a empresa não descontava em seu contracheque uma série de benefícios disponibilizados, como habitação, alimentação, plano de saúde, creche, escola e despesas de água, luz e telefone, além de bancar parte dos gastos com medicamentos. Na primeira metade da década de 1980, a oferta de empregos do Pólo Industrial de Manaus sofreu forte retração devido, principalmente, aos problemas conjunturais que atingiram a economia do Brasil e da América Latina. A conjuntura econômica adversa contribuiu para que a Mineração Taboca conseguisse atrair e manter trabalhadores provenientes das regiões

Norte e Nordeste, geralmente selecionados pelo escritório base de Manaus, com salários considerados insuficientes para satisfazer as necessidades básicas de moradia, alimentação, transporte, lazer e educação, inclusive aquelas relacionadas à reprodução da força de trabalho.

Caracterizada pelas mais altas taxas de inflação da história brasileira, que depreciava a cada dia o valor da moeda nacional, a conjuntura econômica da década de 1980 agia em favor da desvalorização do trabalho assalariado. Conhecida pelo patronato como a Década Perdida, esse período da história brasileira foi marcado, também, por retração da produção industrial e um crescimento pífio da economia, com destaque para elevadas taxas de desemprego e para a perda do poder de consumo da população. Segundo dados do IBGE (2003), o PIB apresentou significativas reduções, baixando de uma média de 7%, registrada ao longo da década de 1970, período em parte conhecido como Milagre Brasileiro, para somente 2% de crescimento na década de 1980. No final dessa década, em 1990, havia no país 32 milhões de trabalhadores desempregados e igual número de crianças e adolescentes vivendo em famílias com renda mensal menor do que meio salário mínimo.

No contexto salarial, outra situação a ser analisada é em relação aos trabalhadores das firmas terceirizadas, entre elas a Samaúma Agrosilvipastoril; Maquitratores; Almeida Santana; Montadora Sdemep; Mineração Tora; Geplan Engenharia e Múltipla Engenharia, que foram importantes na construção de boa parte da infraestrutura do complexo minerador e da rotina do próprio processo produtivo. Segundo José Menezes, havia uma diferença entre os salários pagos aos empregados da Mineração Taboca, Construtora Paranapanema, Cooperativa de Consumo Cooptinga e Sequimina em relação aos terceirizados que chegava a 20% ou 30% a menos. Além de protestarem por serem segregados em alojamentos de padrão inferior aos destinados aos empregados diretos, os terceirizados também reclamavam por causa dos baixos salários, pois não davam condições dos pais de família que trabalhavam no Pitinga mandar dinheiro para casa.

Para José Menezes, "os administradores da mina não admitiam essa situação de baixo salário, mas que os empregados das firmas terceirizadas eram mal pagos, isso é verdade". (Entrevista, 2009). Neste sentido, o trabalhador que se posicionasse contra

esta situação de super exploração da mão-de-obra era imediatamente demitido. Após a demissão, os trabalhadores eram colocados em um ônibus da Catani e despachados para Manaus, onde tinham suas rescisões homologadas e recebiam seus direitos trabalhistas. Caso necessário, também recebiam passagens para retornarem a seus estados de origem.

Na década de 1980, o número de profissionais terceirizados foi expressivo e correspondia a cerca de um quarto ou mesmo metade dos trabalhadores que atuaram na empresa. José Menezes calcula que, em 1987, havia 1.000 trabalhadores terceirizados contra um total de 5.800 trabalhadores empregados diretamente pela Mineração Taboca e Paranapanema. Esta proporção não se modificou muito ao longo dos anos, pois em maio de 2006, havia 640 empregados diretos e 350 terceirizados trabalhando no projeto minerador (PARANAPANEMA, 2006). Menezes calcula que a proporção entre os dois grupos de trabalhadores chegasse à metade na primeira década de 1980 devido, principalmente, à construção da vila, em que as firmas terceirizadas tiveram papel preponderante.

As terceirizações caracterizam-se pela precarização das condições trabalhistas, retirando os direitos que os contratados deveriam ter, e pelo aviltamento dos salários, sendo estes constantemente puxados para baixo em meio a negociações assimétricas, diretas, feitas sem a intervenção do sindicato da classe. Em caso de acidentes de trabalho ou denúncias de trabalho escravo, por exemplo, as empresas terceirizadas geralmente não assumem sua responsabilidade perante o trabalhador, nem tampouco as empresas para as quais se realiza o serviço terceirizado. Perante as leis trabalhistas brasileiras, as empresas contratantes das firmas terceirizadas são co-responsáveis pelo que acontece ao trabalhador.

A compreensão dos aspectos sócio-culturais dos trabalhadores pioneiros do Pitinga passa, necessariamente, pelo reconhecimento da centralidade do trabalho em suas vidas. Também é necessário levarmos em conta a presença concreta e efetiva da empresa em todos os aspectos da vida laboral e privada do operariado. Essas duas pernas, ao seu modo e ao seu tempo, contribuíram decisivamente na sedimentação das identidades sociais dos trabalhadores pioneiros. No Pitinga, a absoluta predominância do trabalho industrial-extrativista resultou na construção de uma identidade social caracterizada pelas especificidades da singular combinação de tempo, lugar e atores

sociais, essencialmente diversa daquela engendrada no cenário do Pólo Industrial de Manaus por volta da mesma época.

No entanto, mesmo considerando as especificidades do processo sócio-cultural desenvolvido nesse tempo e lugar, é preciso enfatizar as características mais gerais que enquadram Pitinga no padrão “mina com vila operária”, reportadas em trabalhos acadêmicos realizados em outras empresas extrativistas minerais da Amazônia. Tal padrão é o resultado de uma configuração singular da relação entre a força de trabalho industrial-extrativista e o patronato, sobressaindo-se aí um rígido controle do tempo e da vida pessoal dos trabalhadores, situação de certo modo extensiva aos seus familiares. Mesmo sob tais impedimentos, os trabalhadores pioneiros do Pitinga conseguiram se articular aos movimentos sindicais estadual e nacional, tendo como referência de ação e estratégias as greves dos metalúrgicos do Pólo Industrial de Manaus que se deram em 1985 e 1986, desembocando na constituição de um sindicato alternativo, formado exclusivamente por trabalhadores da mineradora, em 1990.

Capítulo III

Trabalhadores do Pitinga e o fazer-se classe

3.1 – A organização sindical dos trabalhadores do Pitinga

A questão subjacente ao tema central deste estudo, que diz respeito à expectativa de como desenvolver a região sem agredir o meio ambiente, com geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população local e respeito às culturas autóctones, está diretamente relacionada aos processos sociais de organização política dos trabalhadores amazonenses. Pode-se dizer, a partir de Torres (2005, p.107), que as “determinações históricas da existência engendram multiplicidades de relações simétricas, assimétricas, complexas e imprevisíveis próprias das imperfeições, desvios e indeterminações humanas” que influenciam de modo decisivo na construção do bem-estar social.

No Amazonas, o contexto histórico do último quartel do século XX, em que houve aumento expressivo do número de trabalhadores nas indústrias do PIM, criou o cenário indispensável ao processo de desenvolvimento de um fenômeno típico das sociedades capitalistas, a classe operária. Essa categoria de trabalhadores, incluindo algumas profissões da era pré-industrial, constituiu-se no objeto da atenção do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993), cujas análises conceituais servem como referencial teórico para as questões abordadas nesta pesquisa. Ao longo de sua trajetória intelectual e política, de formação francamente marxista, Thompson tornou-se referência para os pesquisadores de tendência humanista que buscam colocar em visibilidade as categorias de baixo *status* social, “centrando-se na qualidade de vida, no sofrimento e satisfações daqueles que vivem e morrem num tempo não redimido” (THOMPSON, 1998, p.72).

Em relação à nossa pesquisa, demos especial atenção àqueles que estão nas camadas subalternizadas da hierarquia do complexo minerador e procuramos registrar a experiência de vida e de trabalho de pedreiros, carpinteiros, eletricitas, mateiros, roceiros, cozinheiros, motoristas, operadores de moto serra e de auxiliares e ajudantes

de serviços gerais. Com muita dedicação, esses trabalhadores brasileiros, praticamente anônimos, ergueram na selva amazônica uma estrutura urbano, extrativa e industrial formidável, que se iguala em tamanho e funcionalidade aos maiores e melhores complexos mineradores instalados em todo o mundo.

Thompson (1987) considera que a classe operária já existia ante mesmo da industrialização. Teve origem entre os anos de 1790 e 1830, na Inglaterra, especialmente entre aqueles trabalhadores dedicados a ofícios e ocupações simples como os sapateiros, tecelões, pedreiros e similares. Uma das principais características dessa nova forma de associação entre iguais é, segundo o autor, o antagonismo existente entre a classe operária que se auto-formava e aquela composta pelos patrões. Por volta de 1832, segundo o autor, já existiam na Inglaterra instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes. Outra questão posta por Thompson é em relação ao fazer-se da classe operária. Diferentemente da tradição marxista, ele não considera que a formação da classe operária, o seu fazer, foi obra do partido político. Para este pensador,

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior - a 'revolução industrial' - atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível da humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma 'vigorosa raça de seres' [...]. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (THOMPSON, 1987, p. 17, 18).

Como conceito e objeto de análise, a classe vincula-se diretamente ao conceito de relação histórica, não sendo viável determinar sua emergência neste ou naquele período de tempo específico. A ação coletiva dos sujeitos sociais acontece sempre no espaço público e dentro de experiências concretas. Essas experiências refletem interesses comuns porque estão fincadas em sentimentos de pertença e de associação entre iguais. Com a ação coletiva, presente na luta de classe, rompe-se um ciclo aparentemente imutável em que o trabalhador está inserido, surgindo então a possibilidade de se transformar as estruturas sociais existentes. Numa perspectiva thompsoniana pode-se dizer que,

Os sujeitos sociais são os protagonistas dos processos sociais, ou seja, eles vão se fazendo nesses processos como seres individuais e coletivos. Não estão dentro dos processos simplesmente, eles se fazem em meio às práticas sociais. Portanto, as classes enquanto significações valorativas vão tomando forma no entrelaçamento das relações sociais (TORRES, 2000, p. 65).

A consciência de classe é a forma como as experiências cotidianas vividas no processo de trabalho "são tratadas em termos culturais e de como se relacionam com as tradições, sistemas de valores e formas institucionais" presentes nos interstícios sociais (THOMPSON, 1997, p. 24). Neste processo dinâmico da experiência vivida, de valores de pertença compartilhados e de interesses comuns pactuados, é que os trabalhadores se fazem enquanto classe. Torres considera que, no Amazonas, a classe operária, como corpo representativo das diversas categorias de trabalhadores, ainda está em processo de formação, pois esta "supõe estruturas consolidadas de emprego assalariado e políticas públicas" (TORRES, 2000, p. 65).

Além de coincidir com o início do processo de formação da classe operária no Amazonas, a implantação da Mineração Taboca, no começo da década de 1980, deu-se concomitantemente à efervescência dos movimentos sindicais em todo o país. Como entidades representativas dos trabalhadores, os sindicatos têm um papel estratégico na reivindicação de políticas públicas que remetam para a superação das desigualdades existentes na sociedade capitalista, assentada em classes antagônicas. Em sua gênese, as associações de trabalhadores, entre elas as caixas de socorro e de assistência mútua, surgidas primeiramente na Inglaterra no final do século XVIII, tinham também a função de evitar uma disputa fratricida pelo mercado de trabalho ou pelo menos atenuar as conseqüências danosas da concorrência entre eles.

As associações precursoras dos sindicatos eram caracterizadas pela solidariedade existente entre seus associados. Essa característica ainda permeia o atual sindicalismo classista, embora o caráter revolucionário dos sindicatos, preconizados por Marx (2000) como "indispensáveis na guerra de escaramuças entre o trabalho e o capital", tenha sido relegado a um segundo plano. Para Marx (2000), os sindicatos constituem-se em "força organizada para suprimir e substituir o sistema do trabalho assalariado", o que torna os sindicalistas atores indispensáveis nos embates políticos para a superação da exploração dos trabalhadores promovida pelo capital.

A mediação dos interesses dos trabalhadores pelo sindicato classista torna-se necessária pelos seus aspectos práticos, pois é inviável que cada trabalhador possa, de maneira objetiva e eficiente, defender sozinho tais interesses. A associação de iguais torna-se um fator de coesão para a superação da situação desfavorável em que se encontram os trabalhadores diante das injunções do sistema capitalista.

No Brasil, a liberdade sindical é um direito de natureza individual, garantido constitucionalmente nos artigos 5º, XVII e 8º I, assegurada a todos que desejam manifestá-la coletivamente por meio de associação profissional ou sindical. Francisco Chagas Costa conhecido no meio sindical amazonense como Mazinho, atual secretário regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), avalia que "o trabalhador é representado pelo sindicato de sua categoria sem que haja uma outorga de poderes para o exercício dessa representação" (Entrevista, 2009). O nosso entrevistado destaca que o ônus da manutenção dessa instituição, coberto pelo imposto sindical, é compulsório e independe de filiação à entidade sindical.

Na atualidade vigora o sistema sindical unitário, também denominado de unicidade sindical, como forma prevista na legislação para a organização dos sindicatos. De acordo com este sistema de organização, somente é possível a existência de uma entidade sindical por categoria para uma mesma base territorial, composta, no mínimo, por um município. Nenhum sindicato poder ter base territorial menor que esta divisão territorial, mas pode ter base em mais de um município, em um Estado inteiro e até mesmo pode ter como base todo o território nacional.

Em retrospectiva, diante das evidências encontradas em Reis (2008) e Torres (2005), é razoável supor que a organização sindical, como "forma elementar da consciência de classe" (HOBBSAWM, 2000, p. 88), estivesse bem disseminada entre o operariado do PIM no final da década de 1980. Do mesmo modo, diante das falas dos 12 entrevistados, acreditamos que o operariado do chão de mina do Pitinga, especialmente aquele oriundo dos estados nordestinos e das outras regiões brasileiras e egresso de empresas de grande e médio portes atuantes na Amazônia, também comungasse da mesma consciência sindical.

Durante as entrevistas, dois trabalhadores pioneiros da Mineração Taboca de origem nordestina, Antônio Almeida, do Ceará, e José Adelmo de Oliveira, de

Pernambuco, que tinham passagem por grandes empresas, ressaltaram a importância do sindicato e dos movimentos da sociedade civil para a melhoria da qualidade de vida da população. Para Antônio Almeida,

Este tipo de representação é importante, sim, sem dúvida, pois o sindicato ainda é um fiscalizador das ações dos patrões que dizem respeito aos trabalhadores, mas não tive nenhum envolvimento com o sindicato na década de 1980. Não curto. Sempre tive bom relacionamento com as empresas nas quais trabalhei, por isso nunca precisei do sindicato para resolver meus problemas. Procurava ter sempre um relacionamento bom com a empresa. (ANTÔNIO ALMEIDA, entrevista, 2009).

José Adelmo de Oliveira acredita que,

Em parte sim, acho positiva a existência do sindicato, mas os sindicatos precisam de pessoas no comando que realmente queiram trabalhar. Digo isso porque algumas entidades sindicais têm pessoas não qualificadas no comando. Sempre procurei trilhar o que fosse bom para a empresa e para o empregado, pois a empresa sempre procurou ajudar o trabalhador, sempre procurou fazer uma distribuição justa do trabalho. Acho que tem que ter sindicato, sim, porque é uma representação do empregado, mas pessoalmente nunca fui filiado ou associado a um sindicato. (JOSÉ ADELMO DE OLIVEIRA, entrevista, 2009).

Quanto à parte do operariado que teve origem na própria região e era portadora de conhecimentos tradicionais em relação à realização do trabalho, as falas sugerem que o aprendizado das questões relativas ao mundo do trabalho extrativista industrial, com seus direitos e deveres, estivesse em fase de consolidação.

Ao tomar consciência de seu próprio poder e de sua capacidade de alterar o curso da história da sociedade em que está inserida, a classe operária foi capaz de partir para a ação na esfera pública. A cultura operária do Pitinga, forjada ainda na década de 1980, sinaliza que os trabalhadores explorados resistiram e não se entregaram à cooptação promovida pelo capital. No meio desta cultura, surgiram indivíduos que, embora limitados pelas condições adversas, tomaram consciência mais profunda da situação em que viviam e passaram a fazer o intercâmbio de suas idéias. O pedreiro Edmar da Silva Fonseca fez parte dessa corrente de trabalhadores que viam a luta sindical como fundamental para a melhoria das condições de trabalho e de vida no

Pitinga. No entanto, Edmar Fonseca critica o modo como o sindicato de base estadual, atrelado aos patrões e ao receituário do Ministério do Trabalho, atuava:

O sindicato poderia se envolver mais com as questões trabalhistas, pois os trabalhadores sofriam maus tratos. Já que são representantes do trabalhador, que o trabalhador seja amparado. O sindicato não é só para ver os salários, mas muitas coisas. É necessário que os trabalhadores se organizem, formando grupos para pressionar os sindicatos a lutar de verdade pela classe. Se os sindicatos crescem e os trabalhadores não, tem algo errado aí. (ENTREVISTA, 2009).

Este reconhecimento de si mesmos como iniciadores e protagonistas da ação política, sob a orientação de uma organização que visava à defesa de seus direitos enquanto trabalhadores assalariados, é analisado por Arendt (2005, p.231) nos seguintes termos:

O vasto potencial de poder que esses movimentos adquiriram em tempo relativamente curto e muitas vezes nas circunstâncias mais adversas, deve-se ao fato de que, a despeito de toda a conversa e teoria, os operários foram o único grupo no cenário político que, além de defender seus interesses econômicos, travou uma batalha inteiramente política. Em outras palavras, ao despontar no cenário público, o movimento operário era a única organização na qual os homens agiam e falavam *enquanto* homens, e não *enquanto* membros da sociedade.

No contexto histórico regional, as vertentes industrial e o extrativista mineral do modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo governo brasileiro, especialmente no período pós-64, tornaram-se cenário do início do processo de fazer-se classe no Amazonas, que envolveu milhares de trabalhadores decididos a lutar por seus direitos enquanto agentes sociais. Um de nossos entrevistados, o ajudante de serviços gerais Nilton Francisco de Lima, afirma que,

Na década de 1980, eu tinha a expectativa de que o sindicato resolvesse a nossa situação salarial e, também, melhorasse as condições de trabalho, principalmente em relação ao horário. Nossa vida naquela época era meio complicada, pois a nossa turma de trabalhadores dormia de dia e trabalhava à noite. Essa rotina começava às 19 horas e só terminava às 07 da manhã. No meu caso, foram três anos e meio trabalhando neste horário (NILTON LIMA, entrevista, 2009).

Tanto em Manaus quanto em Presidente Figueiredo, a situação enfrentada pela classe operária em formação, composta, sobretudo, de industriários e operários do chão de mina, sinaliza para um contínuo embate entre patrões e empregados, representantes de classes antagônicas que constituem o cerne da sociedade capitalista fragmentada e eivada de contradições.

No ano da formalização da Mineração Taboca, 1982, o Brasil era considerado um país industrial de desenvolvimento médio, sob a presidência do general João Figueiredo (1979-1985). Por volta desse ano, os trabalhadores das regiões metropolitanas brasileiras viviam um clima de apreensão, com milhares de companheiros sendo despedidos de seus empregos devido aos efeitos da primeira recessão econômica desde a década de 1960, que se alastrou a partir de 1981. Muitos desses desempregados estavam filiados ao maior sindicato da América Latina, o dos metalúrgicos de São Paulo, que na época tinha mais de 400 mil filiados (WWW.VERMELHO.ORG.BR, site pesquisado em 12/07/2009).

Vivia-se o período pós Milagre Econômico (1968-1973) promovido pelos dirigentes militares e movido pelos dólares abundantes dos empréstimos contraídos pelo Brasil no mercado financeiro internacional, o que, em parte, resultou numa crescente industrialização e urbanização do país e no fortalecimento do patronato como classe dominante. Do Milagre Econômico, caracterizado na Amazônia pelos grandes projetos de desenvolvimento regional, o país mergulhou em um período de estagnação econômica na década de 1980, com restrições econômicas e financeiras de toda ordem e com o crescente peso do pagamento da dívida externa, que nesta década superou a casa dos US\$ 100 bilhões. A luta pelo Estado Democrático de Direito aglutinou as forças sociais contra o governo de João Figueiredo, que foi substituído por um governo civil, também de direita, presidido por José Sarney (1985-1990). Neste contexto de mudanças políticas e sociais, a classe operária e os trabalhadores rurais, por intermédio de suas entidades representativas, passaram a ter mais visibilidade no cenário político nacional, pressionando o Estado e patrões a considerar suas reivindicações.

No Amazonas, o projeto Zona Franca de Manaus ganhava impulso e lançava as bases estruturais para substituir as importações de produtos de consumo, principalmente eletroeletrônicos e de duas rodas, pela via da produção industrial. Os dois governadores

desse período, eleitos em votação popular direta, foram Gilberto Mestrinho (1981-1985) e Amazonino Mendes (1985-1990), que adotaram o receituário econômico do Governo Federal, dando prosseguimento à política de apoio aos investimentos capitalistas em curso no PIM. Podemos considerar como os fatos mais significativos deste período foi a vinda de parte significativa da população amazonense, acreana e do oeste paraense para Manaus, que resultou numa caótica expansão urbana; o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente dos setores comerciais e de serviços; e o desenvolvimento do processo de formação da classe trabalhadora.

No contexto das transformações sociais, o fato marcante deste período foi o surgimento de novos sujeitos sociais dispostos a rever as estruturas de dominação capitalista e a contestar o sistema político orientado para dar apoio ao setor econômico. A formação ideológica desses novos atores, sobretudo sindicalistas e trabalhadores de chão de fábrica, foi marcada por influência socialista (REIS, 2008), em suas várias vertentes, o que tornava o movimento sindical um alvo preferencial das elites econômicas. Contra tais atores, tanto a política patronal quanto a política de Estado usaram a repressão policial como forma de conter os avanços do movimento sindical amazonense, sempre visando a neutralizar qualquer greve ou ação "danosa" por parte dos trabalhadores. Assim, a repressão policial, com seus cordões de isolamento em frente às fábricas, passou a ser uma característica marcante desse período de transição.

A evolução dos acontecimentos da sociedade brasileira no pós-64 foi influenciada diretamente pelo processo de organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais iniciado na década de 1970, que buscavam, sobretudo, o fim do regime ditatorial e melhores condições de vida para o povo brasileiro. Fundado em 1980, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no cerne das lutas contra a ditadura militar, tendo sido a principal alavanca política para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e de outras entidades sindicais.

A intervenção direta da CUT nos processos decisórios governamentais contou com a participação de Douglas Gérson Braga, que representou a entidade sindical no Conselho Curador do FGTS no período correspondente, em parte, aos governos Sarney e Collor de Mello. Nessa época, o conselho contava com representantes do Governo e

dos trabalhadores, que eram indicados pelas centrais sindicais CUT, CGT e Força Sindical. Para Braga (1993, p. 207):

A CUT entende que a construção de uma sociedade efetivamente democrática e justa do ponto de vista econômico-social passa pela necessidade de se criar mecanismos de autodefesa, de intervenção, de fiscalização e de controle do Estado e da gestão dos recursos públicos. Ou seja, é imprescindível que a própria sociedade construa instrumentos de participação direta com os quais possa materializar sua relação no processo decisório dos assuntos prioritários e de interesse fundamental para a cidadania.

A concepção de sindicalismo classista, combativo e democrático levou a CUT a exercer o papel de um dos principais protagonistas da luta social brasileira nas duas últimas décadas do século XX. Na década de 1980, as principais lutas e vitórias da classe trabalhadora brasileira foram realizadas pelo sindicalismo cutista, sob a forma de horizontalização da organização sindical. Assim, os operários das regiões metropolitanas e das grandes cidades brasileiras, entre elas Manaus, se organizaram em suas bases com autonomia e encaminhamentos próprios, longe do sistema federalizado e verticalizado do velho sindicalismo, amorfo e ultrapassado, especialmente no que se referia à retirada de parte de seus direitos adquiridos ao longo dos anos.

Também a privatização das empresas estatais estava na lista de contestações dos trabalhadores, o que de fato veio a acontecer parcialmente. Para Boito Jr. (2005),

Essa nova força social, representada pelo par PT/CUT, será um dado novo na conjuntura, elevando a crise da ditadura militar para um patamar superior. Nem mesmo a campanha das diretas [Diretas Já] pode ser entendida sem a criação dessa nova força social no cenário político nacional. De novo, o comportamento do movimento sindical apresentou-se vinculado ao processo político do País e influenciou, de modo decisivo, o desdobramento dos acontecimentos políticos. A ação do movimento sindical foi um fator fundamental na crise e na superação da ditadura militar.

Por conta de seu capital simbólico e ativo social, essa vertente do movimento sindical brasileiro tomou para si a denominação de Novo Sindicalismo, em oposição àquele dito pelego e reacionário, que apoiava a intervenção do Estado, por intermédio do Ministério do Trabalho, nas relações trabalhistas. Blass (1992) afirma que esta nova tendência sindical somente foi possível de existir graças aos grupos de trabalhadores

que se lançaram contra as lideranças sindicais acomodadas, citando como exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que acabaram originando o Novo Sindicalismo ou "sindicalismo autêntico". A autora analisa que,

As lutas sociais questionam a legislação salarial e sindical vigentes na época, partindo de questões referentes ao cotidiano de trabalho e de vida. Politizam os locais de trabalho, ao questionarem as relações estabelecidas de poder, o autoritarismo das chefias e da gerência, o ritmo estafante de trabalho, o controle sobre o uso de "seu" tempo pelas empresas etc (BLASS, 1992, p. 59).

Neste contexto, Reis Filho (2008, p. 84) coloca em evidência a existência de dois blocos sindicais distintos e antagônicos: o próprio Novo Sindicalismo e o "velho sindicalismo", dirigido pelos denominados sindicalistas vanguardistas, sendo este bloco caracterizado por um comando de intelectuais que não via necessidade do apoio das massas trabalhadoras.

Para Mangabeira (1993, p.14-15), o Novo Sindicalismo "deve ser definido por oposição ao sindicalismo populista e burocrático" e por um conjunto de três proposições, a saber: combatitividade; representatividade das bases; e pelo fato de não ser apenas mais uma tendência sindical, mas "a) representa uma arena de luta em defesa dos direitos sociais e políticos; b) questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidades de expansão da cidadania operária". Ao analisar a situação sindical do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai na década de 1980, Abramo (1993, p. 201) revela aspectos pontuais do processo de construção do Novo Sindicalismo:

Em alguns casos, as práticas em torno das negociações coletivas (em nível de setor ou de empresa), foram o caminho principal de reconstituição do movimento sindical sob condições autoritárias. O Brasil talvez seja o país onde isso se expressou de modo mais claro. A política sindical inovadora que conseguiu romper com os históricos padrões corporativos herdados dos anos 30, dando origem ao 'novo sindicalismo', se desenvolveu justamente a partir dos estreitos espaços de negociação abertos pela legislação autoritária (a obrigatoriedade da renovação anual dos contratos de trabalho).

No Amazonas, Torres (2005) e Reis Filho (2008) convergem ao afirmar que a Pastoral Operária participou ativamente da construção do Novo Sindicalismo dando apoio à luta dos operários do Pólo Industrial de Manaus ao lado de instituições como a

Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (Adua); e Associação Profissional do Professores do Amazonas (APPAM), além de militantes do movimento estudantil, especialmente por intermédio do Diretório Universitário (DU). Torres (2005, p. 229) ressalta que, em Manaus, a Pastoral Operária "foi o organismo formador do operariado da vertente cutista". Para a autora,

A CUT coloca-se como um projeto de organização dos trabalhadores respeitando e valorizando as identidades específicas, travando um combate sem trégua à concepção fascista. A intolerância fascista que oprime as minorias sociais e corta de seu convívio todo e qualquer indivíduo que se coloque criticamente frente a essa concepção, é incompatível com o desenvolvimento pleno do sindicalismo classista da CUT (TORRES, 2005, p. 251).

No Amazonas, os objetivos traçados pelos representantes do Novo Sindicalismo eram eminentemente revolucionários, conforme afirma Reis:

Nesse processo, a tarefa consistia em tomar o sindicato e derrubar o regime militar, que estava em inflexão com a crise econômica daquela época. Mas, não era só isto, ali existia a dupla tarefa, não só de tomar o sindicato das mãos da *pelegada*, como se convencionou chamar os dirigentes ligados às empresas e ao patronato, mas também era necessário responder a um desafio político gigante, que era a mudança do regime político no país. Esse regime duro, feroz, era responsável por vários assassinatos, várias perseguições de ativistas de movimentos sindicais. Então, essa era a grande perspectiva que conduziu essa vanguarda a se envolver no processo de tomada do poder e da organização do sindicato aqui em Manaus, principalmente no Distrito Industrial (2008, p. 77).

Esta perspectiva revolucionária estava longe de aglutinar as forças dos operários do Pitinga em prol da defesa de seus próprios interesses. A fala de José Adelmo de Oliveira e Antônio Almeida, representativa de boa parte dos 12 sujeitos dessa pesquisa, sinaliza que a organização sindical era encarada como uma atividade secundária ou mesmo distante da cultura operária daqueles trabalhadores pioneiros. O motivo talvez residisse no fato que a representação sindical dos trabalhadores do Pitinga estivesse nas mãos de representantes do velho sindicalismo.

Ao opinar sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minérios do Estado do Amazonas, ligado ao velho sindicalismo, José Adelmo de Oliveira disse que "eles atuavam bem, se bem que o sindicato não tivesse muito poder, pois acho até que a relação entre o sindicato e a empresa era muito boa" (Entrevista, 2009). Esta declaração de um empregado de nível gerencial da empresa mineradora evidência uma nítida simbiose entre duas das três partes envolvidas, num contexto em que os trabalhadores, como o terceiro eixo desse tripé, eram a parte mais numerosa e a mais prejudicada.

O desinteresse por parte dos trabalhadores em relação às atividades sindicais é exemplificado no episódio da tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo, fato ocorrido em 1990. A fala de Antônio Almeida revela pouca ou nenhuma atenção ao assunto:

Embora tenha assinado o documento da fundação do sindicato, participei como expectador. Fiquei de fora da bronca. Não me envolvi na paralisação tampouco participei de modo efetivo desse movimento. É que sempre achei o sindicato uma briga meio maluca. Acho muito atropelada a negociação sindical. Sou muito a favor do diálogo direto com o patrão (ANTÔNIO ALMEIDA, entrevista, 2009).

O esforço dos companheiros de trabalho para a fundação do sindicato alternativo foi acompanhado de longe por José Adelmo de Oliveira:

Me lembro dessa época, pois houve algumas tentativas de paralisação, alguma coisa desse tipo. Algumas pessoas foram retiradas às pressas, pessoas que participavam desses movimentos. Naquela época ocorreram alguns conflitos, mas muito poucos e foram ocasionados pela ganância dos trabalhadores, que achavam que precisavam ganhar mais. Essas pessoas às vezes não são bons profissionais, alguns são até mesmo gananciosos. O que os trabalhadores devem fazer é procurar sempre ser efetivo em seu trabalho, na produção, procurar fazer bem feito, produzindo com segurança e eficiência, para o trabalhador e empresa crescerem juntos. Os sindicatos, desde que sejam conduzidos por boas pessoas, têm condições de ajudar o trabalhador, que, neste caso, sai ganhando (JOSÉ ADELMO DE OLIVEIRA, entrevista, 2009).

Oliveira e Almeida representam, respectivamente, tanto os trabalhadores que, desde a década de 1980, permaneceram como empregados da Mineração Taboca quanto

aqueles que dela se desligaram; tanto aqueles que se mantiveram à distância da fundação do sindicato alternativo quanto os que dele foram signatários; e tanto aqueles que fazem parte da direção da empresa quanto aqueles que atuaram no chão da mina. As opiniões emitidas pelos dois interlocutores convergem para um quadro de aparente alienação do trabalhador do Pitinga em relação à luta de classes e explícito distanciamento do movimento sindical.

Entendemos que o cenário sindical brasileiro da primeira década do século XXI seja caracterizado por relativa apatia das lideranças e pelo esvaziamento das propostas políticas em meio a uma conjuntura desfavorável criada pelo neoliberalismo que impõe limites às reivindicações e à luta da classe trabalhadora. No entanto, reiteramos que os sindicatos são e continuarão sendo atores indispensáveis à democracia do país e à defesa dos interesses da classe trabalhadora no mundo ocidental. Independentemente deste fato, estas entidades têm, de agora em diante, a missão de repensar seus objetivos enquanto agentes estratégicos para a superação da luta de classes, revendo seus próprios paradigmas políticos e, a partir de um processo democrático, planejando uma possível revitalização de suas ações e de seu comprometimento com a classe trabalhadora.

3.2 – Conquistas e recuos dos trabalhadores do Pitinga

Esta pesquisa sobre os trabalhadores pioneiros do Pitinga tem como pano de fundo a agitação política característica da década de 1980, que resultou na volta do país ao Estado de Direito, tendo como ápice a elaboração de uma nova Carta Magna pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Por meio das falas de operários e sindicalistas, buscamos repensar as perspectivas sociais existentes naquele momento histórico, ligando as experiências dos trabalhadores do Pitinga, suas lutas, organizações sindicais e greves com o movimento operário mais amplo.

O movimento sindical amazonense do período focado estava se libertando da ação repressora do Estado. Mas, na prática, as falas dos operários do Pitinga sugerem que os sindicatos, naquela época, ainda eram vistos como agentes defensores dos interesses do Estado e do patronato. O conceito negativo a respeito do movimento sindical é percebido nas falas de vários interlocutores, impregnando de tal modo a mentalidade dos trabalhadores que muitos não viam a necessidade de apoiar ou mesmo filiar-se a um determinado sindicato para fazer valer seus direitos como cidadão e trabalhador. Para Edmar Fonseca,

A principal razão de eu não ter participado do movimento sindical no Pitinga era que achava que o pessoal do sindicato, por debaixo dos panos, era a favor do patrão e não estava nem aí para resolver nossos problemas. Mesmo lá no Pará eu via esse tipo de atitude por parte dos sindicalistas. Achava uma ilusão as pessoas dizerem que o sindicato servia para melhorar as coisas entre os patrões e os trabalhadores. Para mim, o sindicato está a serviço dos patrões, que de uma maneira ou de outra mandam nele. (EDMAR FONSECA, entrevista 2009).

A análise feita por Edmar Fonseca sobre o sindicalismo reflete a situação em que se encontrava o movimento operário na década de 1970 e início da década seguinte, em que os sindicatos atrelados aos patrões e subservientes ao Ministério do Trabalho ainda eram maioria. Esta corrente do sindicalismo brasileiro foi, em parte, contida com a expansão do Novo Sindicalismo na década de 1980, que retomou a

luta de classe e promoveu uma forma de se fazer sindicalismo voltada para a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, tendo como referência as bases sindicais.

O sindicato, como agente de promoção dos interesses dos trabalhadores, instalou-se na mina do Pitinga concomitantemente à formalização do projeto minerador, em 1982. As primeiras ações neste sentido foram protagonizadas pelo comerciário Akel Antônio Akel, que passou a atuar na mina como sindicalista desde aquele ano, vinculado ao Sindicato dos Comerciários do Estado do Amazonas, com sede em Manaus e atuação em todo o Estado, para o qual a Mineração Taboca destinava as contribuições sindicais de seus empregados. Essa situação era provisória, pois a categoria dos comerciários não é a mais adequada para representar os trabalhadores do segmento extrativo mineral.

Para suprir esta lacuna no sindicalismo amazonense, Akel fundou, em agosto de 1983, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado do Amazonas (STIEEA-AMAZONAS), de base estadual, do qual foi seu primeiro presidente, atuando nesta função de 1983 a 1993 e de 1997 aos dias atuais (2009). De 1993 a 1997, o sindicato foi presidido pelo sindicalista Francisco Braga. Desde sua criação em 1983, o sindicato passou a representar todas as categorias profissionais integrantes do quinto grupo, ou seja, dos trabalhadores nas indústrias extrativas, inserido no plano da Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo como base territorial o Estado do Amazonas.

Como sindicato, o STIEEA-AMAZONAS promovia convenções coletivas com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e recebia as contribuições sindicais de seus associados, majoritariamente os trabalhadores empregados na Mineração Taboca. Conforme declaração pública (MINERAÇÃO TABOCA, 1990) feita em maio de 1990 pelo chefe administrativo Lourival Soares de Souza, por volta de 1987 este sindicato passou a dispor de um local para funcionar como delegacia sindical no Pitinga.

É uma constante no sindicalismo brasileiro a disputa entre sindicalistas tendo como objeto as bases onde estão inseridos os trabalhadores que, como contribuintes, viabilizam o funcionamento dos sindicatos. Alegando falta de representatividade nas

negociações coletivas de trabalho por parte do sindicato de base estadual, um grupo de 26 empregados da Mineração Taboca, liderados por Edson de Souza Santos, fundou o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minérios de Presidente Figueiredo Pitinga (STIEMPF-PITINGA), considerado um sindicato alternativo, de base local. Este ato se deu em 25 de março de 1990, com a realização de uma assembleia que contou com exatos 470 presentes, que ratificaram a proposta de constituição do sindicato alternativo. Contando com menos de 20% de um universo estimado naquele momento em 3.000 trabalhadores, a assembleia ocorreu por voltas das 19 horas em local não especificado da vila do Pitinga, segundo a ata de fundação (STIEMPF-PITINGA, 1990, p. 01).

O auxiliar de almoxarifado Antonio Dourado Almeida esteve presente na assembleia de fundação do sindicato alternativo, sendo o 106º signatário da ata contendo o abaixo assinado. A falta de um local apropriado para a reunião evidencia que o grupo não tinha o apoio ou, sequer, a anuência da empresa mineradora para a fundação do sindicato alternativo. Em 22 folhas de papel almaço, os 470 signatários validaram a proposta introdutória do documento, lavrado a mão conforme transcrito integralmente, a saber:

Os trabalhadores mineradores de Pitinga do município de Presidente Figueiredo, funcionários da Mineração Taboca. Como participantes da assembléia realizar hoje em (25/03/90) vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa às 19:00 hs. Para tratarmos da entidade representativa de classe nesta base, abaixo assinam. Bem como, solicitam aos órgãos competentes da classe o registro oficial, a qual virá substituir neste município, o Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Extrativas do Estado do Amazonas, o qual não representa a categoria desta base territorial, por ser sediado em Manaus assim como seus dirigentes, e, por não terem acesso a esta localidade devido as dificuldades que tem esta entidade nunca foi realizada assembléia, e nem a sindicalização. Portanto nós trabalhadores desta base legitimamos a criação de nosso sindicato neste município como é de direito nosso, a nos representar legalmente (STIEMPF-PITINGA, 1990).

A omissão por parte dos dirigentes do sindicato de base estadual figurava oficialmente como o principal motivo da criação do sindicato alternativo de base municipal. No dia 30 de abril, a diretoria do sindicato alternativo deu entrada na

ficha de inscrição do estabelecimento no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), do Ministério da Fazenda, em Manaus, como "entidade de classe", recebendo o número 34.570.689/0001-01. Concomitantemente, a diretoria deu entrada no registro civil das pessoas jurídicas no Cartório do Registro Especial, recebendo o número 5.438, e na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), recebendo o número 2062/90. Em 15 de maio de 1990, com os três documentos em mãos, a diretoria do sindicato alternativo enviou correspondência para que a Mineração Taboca tomasse ciência da substituição que deveria ocorrer, passando o sindicato alternativo a ser o representante oficial dos trabalhadores do Pitinga.

Originada em Pitinga, Presidente Figueiredo, e datada de 15 de maio de 1990, a correspondência endereçada à Mineração Taboca, em atenção aos departamentos administrativo e de recursos humanos, continha uma informação, em tom de direcionamento, vital para a viabilização do sindicato como instituição representativa autônoma, a saber:

[...] os descontos e contribuições sindicais e assistencial da classe em folha sejam a partir dessa data repassados a esta Entidade substituta sob a conta bancária número 03573/39 do Banco Bamerindus Agência de Pitinga do Município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas em nome da Entidade, assim como a relação nominal (STIEMPF-PITINGA, 1990).

Este aspecto pragmático da correspondência reveste-se de toda a importância, pois a contribuição dos trabalhadores repassada pela empresa ao sindicato deveria cobrir todas as despesas com sua manutenção. Naquele ano, a contribuição sindical de cada empregado, conforme a folha de pagamento (MINERAÇÃO TABOCA, 1990) foi de Cr\$ 97,81. Multiplicando-se este valor por 3.000 contribuintes, que foi o universo de operários da empresa naquele período registrado na documentação oficial do processo de anulação do sindicato alternativo (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1997, p.625), obtém-se a quantia de Cr\$ 293.430,00. Por uma questão de entendimento, ressaltamos que a contribuição sindical é um valor invariável para todos os trabalhadores, independentemente das diferenças salariais existentes.

Para se estabelecer uma comparação com valores atuais, esta quantia correspondia a 79 salários mínimos em vigor em maio de 1990, que era de Cr\$ 3.674,06. Multiplicando-se 79 pelo valor do salário mínimo atual (2009), de R\$ 465,00, temos a quantia de R\$ 36.735,00. Este valor torna-se praticamente insignificante quando se leva em conta que deveria manter uma estrutura administrativa sindical durante os 12 meses do ano, cabendo a cada mês a quantia de R\$ 3.061,25. Visto desta maneira, cada trabalhador despendia com o sindicato classista cerca de R\$ 1,00 por mês ou R\$ 12 por ano. Considerando o salário de um motorista de carro pesado em fevereiro de 1992 como sendo de US\$ 250,00 (OLIVEIRA, 2000, p. 121), ou seja, R\$ 460,00¹⁶, temos o valor de R\$ 15,33 como a diária de um trabalhador mediano do Pitinga, o que daria para pagar o sindicato e ainda sobrar R\$ 3,33 como troco.

A direção do sindicato alternativo era composta por 26 militantes empregados da Mineração Taboca, a quem se pode chamar, a partir de Thompson (1987, p. 57), de 'minoridade de linguagem articulada', muitos dos quais exercendo alguma função subalterna na empresa mineradora. Dois exemplos são assertivos neste sentido: o presidente Edson Sousa dos Santos era almoxarife II, e o vice, Clealmir Vieira de Queiroz, era operador de máquinas, vinculado diretamente ao processo produtivo extrativo. Como secretários foram designados Ciro Roberto Soares Segtovich; Antonio Santos Souza Filho; José Lúcio Pedrotti; Carlos Magno Bueno Santos; Edmar Queiroz Oliveira. Para o conselho fiscal, João Fidelis de Oliveira; Evandro de Jesus Xavier; e José Joaquim Costa, tendo como suplentes Antonio da Silva Araújo; Evandro Araújo dos Santos; e Sandoval de Oliveira. Foram designados como representantes da entidade Ilton Santos Carvalho; Elizio de Souza Lucena; e Valdeci Rodrigues da Silva, que tinham como suplentes Fabiano de Cristo Moura; Francisco Aires de Sousa Penin; e Raimundo Raul de Assis. Os sete membros restantes não constam na correspondência (STIEMPF-PITINGA, 1990) endereçada à Mineração Taboca, datada de 15 de maio de 1990, com a lista dos 26

¹⁶ Dólar norte-americano cotado em 25 de agosto de 2009: R\$ 1,84, conforme site do Banco Central do Brasil.

diretores. Nessa correspondência, o endereço da sede provisória da entidade era na rua Cupiúba, 2007, em Presidente Figueiredo.

Entre os 470 signatários, identificamos três mulheres, Alice Silva e Silva; Raimunda Maria Souza Muniz; e Marieta Carvalho, sendo o restante composto por nomes masculinos, repletos de Silvas, Santos e Souzas, evidenciando a origem nordestina ou nortista desses trabalhadores. De fato, em 1991, segundo Oliveira (2000, p. 119), de um universo de 1.374 empregados diretos da Mineração Taboca, registrados em 1992, o primeiro e o segundo lugar do ranking das origens pertenciam a Estados do Nordeste (com 298 maranhenses e 275 cearenses) e o terceiro lugar pertencia a um Estado do Norte (203 trabalhadores do Pará), sendo que o Amazonas figurava em quarto lugar, com 172 trabalhadores. Percentualmente, a região Nordeste era absoluta como origem dos trabalhadores, com 56,7% do universo, seguida da região Norte, com 29,9%, sendo que o Sul e o Sudeste estavam presentes com 7,4%, trabalhadores que, em sua maioria, ocupavam cargos técnicos ou de chefia na empresa. A contribuição do Centro Oeste era mínima, com 38 trabalhadores, universo completado com 11 trabalhadores de origem estrangeira.

Dos 12 sujeitos desta pesquisa, o auxiliar de almoxarifado Antonio Dourado Almeida foi o único a participar diretamente da fundação do sindicato alternativo, sendo que, além dele, cinco entrevistados estavam trabalhando no Pitinga por volta desta época: o chefe de seção de transporte José Adelmo de Oliveira; o auxiliar de cozinha Francisco Firmino Trajano; o auxiliar de sondagem Luciano Santos da Silva; o técnico em mineração Almir Fernandes Cavalcanti; e sua esposa, a professora Debora Marília Solart Cavalcanti.

Antonio Dourado Almeida, que trabalhou na empresa no período de 1987 a 2000, e José Adelmo de Oliveira, que atua na empresa desde 1984, ao fazerem um balanço da prática sindical e seus desdobramentos na mina do Pitinga, deixam transparecer o caráter eminentemente conservador da cultura operária construída ao longo dos anos no espaço geográfico da cidade empresa. Após 19 anos da principal manifestação do movimento operário no Pitinga, ocorrido em 1990, a lembrança da fundação do sindicato alternativo não desperta interesse aparente nos interlocutores,

que apresentaram reação diametralmente oposta quando foram indagados a respeito de suas experiências de vida enquanto trabalhadores do empreendimento minerador.

Levando-se em consideração a perspectiva histórica, podemos afirmar que a constituição do sindicato alternativo, aparentemente construído pela base, significou o ápice da trajetória do movimento sindical no âmbito da Mineração Taboca. Essa passagem da luta dos trabalhadores do Pitinga se insere de forma coadjuvante no cenário sindical amazonense, marcado preponderantemente pelos históricos embates que aconteceram no PIM. Tem sua dimensão valorizada quando se coloca em evidência o processo de formação da classe operária amazonense como um todo indivisível.

A maioria das greves que se deram no PIM eram por melhores salários e por condições de trabalho decentes, motivos relacionados muito mais ao dia a dia dos operários do que propriamente a uma possível conscientização ideológica ou mesmo aos aspectos conjunturais relacionados à política nacional. No Pitinga, a única greve digna desse nome se deu em maio de 1993, quando os administradores da mina se mantiveram irredutíveis na decisão de não reajustar os salários tendo como base o percentual nacional destinado à categoria. Diante disso, o resultado foi simplesmente a dissolução do movimento paredista, que durou quatro dias e obteve cerca de 30% de adesão, sem maiores conseqüências nem para os próprios trabalhadores e nem para o movimento sindical. O sindicalista Roberto Miranda credita esse aparente desinteresse por greves aos salários relativamente altos pagos aos empregados diretos da Mineração Taboca e às condições de vida e de trabalho, consideradas boas, oferecidas pela empresa. Miranda considera que no Pitinga, praticamente, "não houve greve, pois o salário da Mamãe Taboca só perdia para o da Petrobras e por isso não havia clima para uma paralisação grevista". (ENTREVISTA, 2009).

Ao analisarmos o cenário em que se deu a criação do sindicato alternativo, marcado pela atuação de uma guarda patrimonial truculenta, de caráter paramilitar, torna-se necessário destacar a coragem e a determinação do grupo de 26 trabalhadores que assumiu a liderança do movimento. Tendo a indispensável anuência dos próprios trabalhadores, o que sugere uma efetiva representatividade laboral por parte do grupo líder, foi possível articular o movimento de criação do

sindicato alternativo ao longo de 1989 e no início de 1990 sem despertar suspeitas por parte da direção da Mineração Taboca.

A repressão ao novo sindicato desencadeada pelo patronato teve como face visível a ação de anulação do sindicato alternativo, formalizada em junho de 1990 e promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado do Amazonas (STIEEA-AMAZONAS), naquela época presidido pelo sindicalista Akel Antônio Akel. Julgada no Fórum de Presidente Figueiredo, a alegação de que o sindicato alternativo era composto única e exclusivamente pelos trabalhadores da Mineração Taboca, caracterizando-o como "sindicato de empresas", foi considerada procedente pela juíza Alzira Ewerton. No Tribunal de Justiça do Amazonas (TJA), a anulação decretada pela juíza foi ratificada pelo desembargador G. Catunda de Souza, tendo a direção do sindicato alternativo apelado da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na apelação ao STF, a defesa do sindicato alternativo reportou-se à inoperância do sindicato de base estadual, colocando sob suspeição a eficácia do sistema de contribuição sindical. A defesa argumentou que,

Ao enveredar pela aplicação das restrições à formação de um sindicato, enxergando "Sindicato de Empresas" onde este não existe, a culta julgadora acabou por deixar de lado o objetivo da Lei Maior para defender, sem querer, os interesses de uma empresa - a Mineração Taboca - que utiliza um contingente superior a 3.000 trabalhadores, resguardando-a de uma atividade sindical que seja capaz de lutar por reajustes salariais e de fiscalizar as condições de trabalho dos operários utilizados na extração de minérios, visto que o Sindicato eclético estadual não desenvolve nenhuma atividade dessa ordem, limitando-se a beneficiar-se antes das contribuições sindicais obrigatórias (imposto sindical) e agora das "contribuições assistenciais" que não são utilizadas em nenhuma forma de assistência aos trabalhadores sediados em Presidente Figueiredo (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, p. 625).

O STF julgou o recurso extraordinário número 165.460-1 AM em 8 de abril de 1997, tendo como relator o ministro Sydney Sanches. Os ministros do STF

acordaram em não levar em consideração o recurso extraordinário movido pelo sindicato alternativo:

A organização sindical brasileira não admite Sindicato de Empregados da mesma Empresa, exigindo que envolva categoria econômica ou profissional, como está expresso no inciso II do art. 8º da Constituição Federal, de sorte que o acórdão não o contrariou (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, p. 625).

Para além das aparências e dos discursos prontos, cabe refletir sobre o processo de criação do sindicato alternativo e averiguar, nas entrelinhas, a possibilidade de existência de outras motivações e objetivos que não a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores pioneiros do Pitinga. O aspecto econômico, fulcro de toda ação na seara capitalista, aparece a priori nas falas dos sindicalistas Akel Antônio Akel e Francisco Chagas Costa, o Mazinho. Os dois apresentam pontos de vistas antagônicos que, no entanto, se aglutinam no aspecto econômico como sendo a base da motivação dos líderes do sindicato alternativo. Para Akel,

A criação do sindicato alternativo não foi um movimento espontâneo da categoria, pois a diretoria era composta só por chefes da Mineração Taboca. Os trabalhadores tinham raiva dos chefes. Esses chefes estavam com grana para bancar o sindicato alternativo e queriam ter acesso às contribuições sindicais dos trabalhadores do Pitinga, pois todo mundo pagava o sindicato. (ENTREVISTA, 2009).

O sindicalista Mazinho, que assessorou o sindicato presidido por Akel, acrescenta um novo personagem ao processo de criação do sindicato alternativo, Francisco Braga, conhecido no meio sindical como Chico Braga, nome que não aparece em nenhum momento nos autos da ação de anulação dessa entidade sindical. Para Mazinho,

O empresário e sindicalista Chico Braga, que não era e nunca foi empregado de nenhuma empresa mineradora, foi quem manipulou e assessorou o grupo de 26 trabalhadores para a formação do sindicato alternativo à entidade presidida pelo Akel. Nessa época era ele quem fazia a negociação sindical com os diretores da Taboca, representando o Akel. Com o sindicato alternativo, o Braga colocaria o Akel fora da jogada, ficando sozinho na presidência desse

novo sindicato. Mas não deu certo, pois a Taboca mexeu seus pauzinhos e detonou o sindicato alternativo. Braga saiu sem nenhum arranhão dessa embrulhada toda (ENTREVISTA, 2009).

Três anos depois da criação do sindicato alternativo do Pitinga, Braga assumiu de fato e de direito a presidência do sindicato de base estadual, atuando neste cargo de 1993 a 1997, ano em que esteve envolvido no processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Terceirizados nas Indústrias de Extração e Beneficiamento de Minérios de Presidente Figueiredo (STTIEBMPF-PRESIDENTE FIGUEIREDO), de base municipal. Para Mazinho, o sindicalista Chico Braga "foi o mentor da constituição de um novo sindicato, em 1997. Nisso ele contou com o apoio de alguns trabalhadores da mina, que tinham experiência sindical em estados do Sudeste e na Bahia", (ENTREVISTA, 2009). Com a posse de Braga no sindicato de Presidente Figueiredo, Akel reassumiu a presidência do sindicato de base estadual.

Atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleos (SITRAMICO-AM), o sindicalista Roberto Miranda vem acompanhando o desenrolar do movimento sindical dos trabalhadores da Mineração Taboca desde 1983, quando atuou em conjunto com Akel. Miranda analisa a situação do movimento sindical em Presidente Figueiredo:

Por volta de 1997, fiz assessoria para o Chico Braga na fundação do sindicato de Presidente Figueiredo. Vi como direito líquido e certo dos trabalhadores esta atitude do Braga. Havia necessidade da entidade atuar lá dentro da mina do Pitinga. O sindicato presidido pelo Braga ficou em Presidente Figueiredo e o do Akel ficou atuando em nível estadual. O novo sindicato foi fundado e reconhecido logo depois. Com o Chico Braga na presidência, o sindicato avançou em várias conquistas, sempre atuando 24 horas com o trabalhador. O Akel é reconhecido como o sindicalista pioneiro do Pitinga, quando as barracas ainda eram de lona.

Miranda recorda que, na primeira metade da década de 1980, a luta sindical era por melhores condições de trabalho, principalmente por alojamento digno, pois os pioneiros dormiam em alojamentos precários, sobre colchões de espuma muito fina, sem nenhum conforto, e por uma boa alimentação, pois as marmitas dos trabalhadores chegavam "geladas" aos locais onde eles trabalhavam. Em relação aos acidentes de trabalho, Miranda considera que esta não era uma questão crítica no

Pitinga, pois avalia que o número de acidentes que aconteciam estava dentro da normalidade. Atualmente, o sindicalista vê esses problemas como uma fase natural do processo de implantação do projeto minerador. "As condições de trabalho foram melhorando ao longo dos anos. Acredito que Pitinga seja atualmente um dos projetos mais vitoriosos do Amazonas" (ENTREVISTA, 2009).

A iniciativa sindical alternativa teve um fim melancólico, sendo os 26 trabalhadores militantes sumariamente demitidos da Mineração Taboca, todos por justa causa, alguns sendo "retirados às pressas" do Pitinga, conforme as palavras de José Adelmo de Oliveira (ENTREVISTA, 2009). Ficaram sem proteção por parte da legislação sindical brasileira, pois, como a fundação do sindicato alternativo foi anulada, estes trabalhadores não puderam ser considerados, para os efeitos legais, como sindicalistas, com direitos assegurados pela constituição de 1988, entre eles o de não serem demitidos em razão de sua atuação sindical. Do líder da minoria de linguagem articulada, Edson Santos, não se tem mais notícia, nem em Manaus nem em Presidente Figueiredo, mas, na mente e no coração de seus colegas, ficou a lembrança da bravura dos seus atos.

A resistência ao sistema patronal caracterizada pela fundação do sindicato alternativo é um aspecto positivo que não deve ser esquecido, pois, na perspectiva thompsoniana (1987, p. 13), seria reducionista a visão da história tendo como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem ou de um grupo de homens se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior dos acontecimentos. A leitura dessa realidade polissêmica sinaliza que a anulação do sindicato alternativo e as perseguições promovidas pela Mineração Taboca não representaram a derrota definitiva para aqueles 26 militantes ou mesmo para os 470 signatários da ata de fundação nem sequer para os 3.000 trabalhadores que atuavam na empresa naquele ano específico.

Representou, sim, uma demonstração de resistência, ainda que o sindicato tivesse sido marcado por vieses próprios da natureza humana, e, inequivocamente, uma atitude de não resignação diante das forças opressoras do sistema capitalista de produção. A vida dos trabalhadores pioneiros do Pitinga continuou desde a década de 1990, ou, pelo menos, a vida da maioria deles, alguns atuando na Mineração

Taboca e outros "pegando o trecho". Na atualidade, a parte que nos cabe nessa história é fazer um balanço social dessas trajetórias de vida curtidas a selva, suor e lágrimas, centradas e representadas pelos 12 trabalhadores pioneiros do Pitinga.

3.3 – Por onde andam os trabalhadores pioneiros do Pitinga?

A rua é estreita, mas asfaltada. Tem pouco mais de seis metros de largura e um ângulo que facilmente ultrapassa os 30 graus, obrigando o motorista que trafega nela pela primeira a ter uma atenção redobrada, sobretudo por causa dos diversos carros estacionados no acostamento e daqueles que vêm em sentido contrário. O casario daquela parte do bairro da Redenção é relativamente recente, mas sua aparência, às vezes, nos remete à imagem de um gueto superlotado habitado pelas classes menos favorecidas da Roma Imperial, com seus prédios decrepitos em desalinho, trânsito caótico e evidente falta de saneamento básico. Uma realidade que atravessa os séculos para desembocar em qualquer local da periferia de Manaus. Na parte mais baixa da via, onde deveria correr livremente um igarapé, está localizada a casa de Francisco Pedro Vale de Souza, um simpático senhor de 52 anos que, na década de 1980, trabalhou durante três anos como carpinteiro na Mineração Taboca.

A outra rua é mais apresentável, com predominância de residências assobradadas, mas igualmente sem reboco ou pintura, sendo a ondulação do terreno pouco acentuada e tendo a via o sentido norte sul, em contraste daquela em que mora Pedro Vale, de sentido leste oeste. As poucas árvores plantadas no acostamento produzem sombras miúdas que, ao sol da manhã, se projetam diretamente sobre o asfalto, amenizando muito pouco ou quase nada a quentura matinal. A temperatura passando dos 30 graus Celsius e a falta de uma brisa refrescante parecem acentuar o odor desagradável emanado pelo esgoto a céu aberto que corre em ambos os lados daquela rua do bairro de São José I. Na parte mais alta, um sobradinho de pouco mais de dez metros de largura por outros tantos de comprimento, sem reboco e sem pintura, para não destoar das casas vizinhas, é o lar do pedreiro José Raimundo Fonseca, de 73 anos, que foi colega de Pedro Vale no período de ouro da Mineração Taboca.

Redenção e São José I, os bairros onde moram os dois trabalhadores pioneiros, são representativos da complexidade e da dinamicidade do espaço urbano da capital amazonense. Atualmente, Manaus é uma síntese da subversão das regras de arquitetura e urbanismo largamente difundida em todo o país, sem praticamente nenhuma concessão aos aspectos estéticos e climáticos e à sociabilidade democrática entre seus

habitantes, sendo cada vez mais caracterizada como cidade industrial periférica inserida na dinâmica da globalização e da divisão transnacional do trabalho. Daí o crescente exército industrial de reserva e a expansão urbana desordenada, com suas áreas periféricas onde se inserem plantas industriais e condomínios residenciais que acomodam em seus interstícios um número sempre crescente de habitações precarizadas e instalações comerciais e de serviços caracterizadas pela informalidade.

O principal questionamento a respeito desta expansão é que ela vem se dando sobre áreas de floresta tropical sem as devidas medidas para eliminar ou mesmo mitigar os efeitos ambientais adversos dessa ação antrópica. A dinâmica urbana equivocada vem agravando a cada dia o desastre ambiental evidenciado, principalmente, na utilização dos cursos d'água como meios condutores de eflúvios industriais e urbanos. Basicamente, são estas as condições sociais, urbanas e ecológicas em que vivem José Fonseca e Pedro Vale e suas famílias.

Os ex-operários do Pitinga Pedro Vale e José Fonseca relatam que estão relativamente bem de vida, com o sonho da casa própria realizado, filhos criados, saúde relativamente em dia, com planos para o futuro e um passado de honradez e de boas lembranças, principalmente quando recordam os tempos heróicos da construção da vila do Pitinga.

O primeiro passando dos 50 anos e o segundo na casa dos 70, ambos continuam trabalhando, sendo Pedro Vale como carpinteiro de uma empresa de construção civil e José Fonseca como mestre de obras de construções eventuais, o que complementa seus vencimentos como aposentado do INSS. O primeiro atingiu o status de comerciante com uma vendinha no andar térreo de sua residência e o segundo ainda luta para finalizar, com as próprias mãos, a construção de alguns cômodos na parte superior de seu sobrado, que terão como destino o aluguel, situação que dará a José Fonseca o título de senhorio e uma renda extra no final do mês.

O grupo que estamos considerando como representativo dos trabalhadores pioneiros do Pitinga é composto por dez homens e duas mulheres, sendo que a lavadeira Edite Braga, de 80 anos, recentemente ficou viúva e os demais ou são casados ou vivem em situação marital estável. Em relação à procedência, o grupo respalda a estatística apresentada por Oliveira (2000) na medida em que contém quatro cearenses, das

idades de Fortaleza, Meruoca, Aracati e Granja; dois maranhenses, de Tutóia e Palmeirandia; um pernambucano de Belo Jardim; um potiguar de Natal; dois paraenses de Santarém; e os amazonenses José Gonçalves Menezes, de 46 anos, e Debora Marília Solart Cavalcanti, de 45 anos, ambos nascidos em Manaus, além de Edite Braga, oficialmente nascida em Coari, mas, segundo ela própria, proveniente de Juazeiro do Norte, no Ceará, de onde saiu aos cinco anos de idade. As duas representam o gênero feminino em um reduto de trabalho praticamente masculino, a mina do Pitinga, que em sua fase de implantação contava com menos de 1% de mulheres na folha de pagamento.

Quanto à escolaridade, devido ter se passado mais de duas décadas, procuramos demonstrar se houve ou não evolução neste sentido por parte de cada um dos trabalhadores pioneiros. O auxiliar de almoxarifado Antônio Dourado Almeida, com 45 anos, e o ajudante de serviços gerais Nilton Francisco de Lima, o caçula do grupo com 39 anos, são emblemáticos no item escolaridade, pois, apesar das adversidades da vida, lutaram para concluir o ensino fundamental ainda em suas cidades de origem e mais ainda para, depois de deixaram a Mineração Taboca, concluir o ensino médio. Atualmente, ambos são graduandos em Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tendo aulas presenciais e mediadas por tecnologia educacional a distância em Presidente Figueiredo, onde trabalham e moram. O terceiro graduando é José Menezes, cursando Pedagogia no Centro Universitário do Norte (Uninorte), atualmente em fase de conclusão do curso em Manaus.

Administração de Empresas também foi a opção de Almir Cavalcanti, que, concomitantemente à sua função de supervisor de Produção na Mineração Taboca, dirige, em Pitinga, a representação de uma instituição de ensino superior a distância sediada no Estado do Tocantins. Com formação técnica em seu Estado de origem, o Rio Grande do Norte, foi relativamente fácil para Cavalcanti graduar-se em Administração de Empresas, embora mantivesse seu vínculo empregatício com a Mineração Taboca durante a graduação, realizada em Manaus na década de 1990.

Os outros oito componentes do grupo apresentam ou ensino fundamental ou médio, sendo que alguns concluíram este ou aquele na própria Mineração Taboca, como o ajudante de sondagem Luciano Santos da Silva, que terminou o ensino fundamental e cursou todo o ensino médio no sistema educacional disponibilizado pela empresa. Em

resumo, temos um graduado em Administração de Empresas; dois graduandos deste mesmo curso; um graduando de Pedagogia; três com ensino médio; três com ensino fundamental; e dois, Edmar Fonseca e Edite Braga, com o ensino fundamental incompleto, tendo a lavadeira cursado até a 4a. série.

Dos 12 componentes do grupo pioneiro, cinco continuam trabalhando e vivendo na vila do Pitinga, sendo que a professora Débora Cavalcanti tornou-se proprietária de uma pequena loja de presentes e utilidades domésticas, localizada na rua comercial da Vila C. Este fato se deu após seu desligamento da empresa mineradora, ocasião em que atuava como bibliotecária. Dos sete trabalhadores restantes, três passaram a viver e a trabalhar na sede municipal e uma, Edite Braga, na zona rural de Presidente Figueiredo e três optaram por Manaus para refazerem suas vidas. Em termos profissionais, os sete trabalhadores que se desligaram da mineradora e saíram da vila do Pitinga têm algum tipo de ocupação, sendo três com empregos formais e quatro na informalidade.

O pernambucano José Adelmo de Oliveira, de 57 anos, trabalha na empresa desde junho de 1985, atualmente como supervisor técnico de transporte, o que lhe garante certa estabilidade financeira. Mora na Avenida Cristal, localizada na vila A, a mais chique da vila do Pitinga, mas, logo que chegou à mina, morou em alojamento de madeira durante um ano. Ele conta que,

Por volta de 1987, fui um dos primeiros a habitar a vila C. Mas enquanto estava no alojamento, sofri com a família distante, que veio de Pernambuco e ficou morando em Manaus durante um ano e pouco. A primeira vez que minha mulher veio pro Pitinga ela chorou desolada com a situação da estrada. Na ocasião ela veio com as nossas quatro filhas. A mais nova estava com dois anos de idade. Como trabalho na administração da Taboca, minha relação com os diretores sempre foi muito boa, tanto que o presidente Octávio Lacombe, quando estive no Pitinga em 1990, participou da colação de grau de uma das minhas filhas. Aos 57 anos, me considero uma pessoa forte e ainda posso dar uma boa contribuição para o Brasil (JOSÉ ADELMO DE OLIVEIRA, entrevista, 2009).

O potiguar Almir Fernandes Cavalcanti, com 49 anos, é atualmente supervisor de produção, sendo vizinho de Oliveira na Avenida Cristal e tendo igualmente passado pelo alojamento de madeira. Cavalcanti recorda que,

Comecei a trabalhar em 1984 e dois anos depois já estava casado com uma colega de trabalho, a Débora Marília Solart, que era professora na época. O casamento me permitiu passar para uma casa, de madeira mesmo, e, no ano seguinte, 1987, subi para a vila recém construída, quando as casas de alvenaria começaram a ser liberadas para os empregados casados. Nessa época comecei a organizar partidas de futebol e vôlei, esportes para os quais formei vários times. Tinha muitos torneios entre os trabalhadores. Também organizava as festas e as comemorações cívicas, além de iniciar um movimento cultural na vila, sempre com a ajuda indispensável da Débora (ALMIR CAVALCANTI, entrevista, 2009)

Como empregado graduado da empresa, Cavalcanti recebe todos os anos passagens aéreas para sua cidade de origem, no caso Natal, no Rio Grande do Norte, direito extensivo aos dois filhos e à esposa. O casal considera sua dedicação à empresa mineradora como sendo recompensadora em termos financeiros, pois está com os dois filhos crescidos, ambos cursando faculdade, e uma renda familiar que lhes permite um padrão de vida decente. O único senão é em relação à saúde de Almir Cavalcanti que, embora tenha sido esportista e praticamente nunca tivesse necessidade de ir ao médico, atualmente padece com problemas nas articulações das pernas, tendo recentemente sofrido uma delicada intervenção cirúrgica no joelho esquerdo.

O cearense Luciano Santos da Silva, que em dezembro completará 50 anos, entrou na empresa como ajudante de sondagem, função em que atuou por cerca de um ano e meio e rendeu o mais emocionante relato de vida entre aqueles prestados pelos 12 trabalhadores pioneiros do Pitinga. Dessa função passou para laboratorista C e daí para a profissão atual, laboratorista de Análise Mineral, estas duas bem menos atribuladas do que a primeira.

Atualmente eu trabalho num laboratório de Análise Mineral que considero muito bem equipado, onde o risco de morte é praticamente zero. Nessa função eu dei minha contribuição para a formação dos alunos da Escola Técnica de Mineração Gilberto Mestrinho, sediada em Manaus. Nesses prédios atualmente está instalada a prefeitura municipal. Esta iniciativa da Mineração Taboca era uma contrapartida social pelos lucros da empresa. Deu praticamente em nada, pois só me lembro de terem sido formadas duas turmas com cursos técnicos profissionalizantes, com um total de apenas 50 alunos. A escola funcionou de 1989 a 1991 (LUCIANO SILVA, entrevista, 2009).

Embora tenha se aquietado na vila do Pitinga, Luciano Silva encarna perfeitamente o espírito do peão de trecho, tendo saído do Ceará para trabalhar em construção civil na vila da Serra dos Carajás, no Pará para uma empresa do Grupo Paranapanema. Nessa vila ouvia dizer que a Mineração Taboca, no Amazonas, era muito boa para se ganhar dinheiro, por isso decidiu largar seu emprego e ir para Manaus aventurar a sorte. Coincidentemente, a mesma pessoa que o havia selecionado no Pará o reconheceu em Manaus e ofereceu o emprego de ajudante de sondagem na mina do Pitinga. Ele considera que sua participação como trabalhador pioneiro do Pitinga contribuiu de maneira positiva para a sua vida profissional. Morando na vila C, leva uma vida familiar relativamente boa, com dois filhos adolescentes, sendo que o mais velho nasceu em Manaus e o outro no hospital da vila do Pitinga, em Presidente Figueiredo.

O cearense Francisco Firmino Trajano, com 42 anos, trabalha na Mineração Taboca desde 1988, inicialmente como ajudante de cozinha, passando a exercer, logo em seguida, a profissão de copeiro. Após um curso profissionalizante oferecido pela empresa, tornou-se eletricitista de alta tensão, atuando nesta função desde 1999. Trajano trabalhava na roça em seu Estado de origem, ocupação que não condizia com seus objetivos de vida. Jovem e solteiro, resolveu migrar para o Amazonas com intenção de conseguir um emprego com carteira assinada, o que de fato veio a conseguir com relativa facilidade. Com o tempo, Trajano casou-se com Maria das Graças Silva Menezes, com quem tem três filhos adolescentes, todos ainda morando na vila do Pitinga, onde estudam. Maria das Graças Trajano é irmã de José Menezes.

Francisco Firmino Trajano conta que,

Quando entrei na Taboca tudo era fartura. Aos domingos, era servido vinho tinto suave para os funcionários, além de um barril de chope, o que fazia o trabalhador se sentir bem. Quando entrei, o refeitório era abastecido com frutas e verduras pelas empresas Kiba e Fábio Brandão de Albuquerque, de carne congelada pela Cofrima e os enlatados vinham da M. G. Vieira, todas essas eram empresas de Manaus. Depois o fornecimento desses produtos passou a ser feito diretamente por São Paulo, em parte com carretas refrigeradas da empresa Takigawa, que fornecia frutas e verduras. Atualmente o refeitório é administrado por uma empresa especializada em fornecimento de alimentação. Acho que os trabalhadores estão bem

servidos com essa empresa de comida (FRANCISCO FIRMINO TRAJANO, entrevista, 2009).

Os quatro pioneiros que moram na vila do Pitinga e continuam a serviço da empresa representam uma parcela ínfima da multidão de trabalhadores que passaram pela Mineração Taboca, quer como empregados diretos ou terceirizados. A permanência deles na empresa, no entanto, passa a ideia de que houve aqueles que se adaptaram às regras rígidas de convivência e ao trabalho árduo exigido, situação da qual emergiu uma cultura operária essencialmente conservadora e resiliente. Não nos foi possível mensurar quantos exatamente permaneceram na empresa desde a década de 1980, mas é razoável afirmar que se trata de uma parcela realmente ínfima, o que denota a alta rotatividade nos postos de trabalho do Pitinga, característica marcante da gestão dos grandes projetos da Amazônia.

No contexto laboral, a ameaça de perder o emprego a qualquer momento, estratégia colocada em prática pela administração da empresa, persistiu ao longo dos anos, tanto que, em nossa pesquisa de campo, a primeira impressão de alguns depoentes era que estávamos a serviço da mineradora para realizar um levantamento dos possíveis nomes a serem "engolidos pelo jacaré", ou seja, a serem sumariamente demitidos por causa da reestruturação interna promovida pela direção da empresa ao longo de 2009. Veladas ou explícitas, as ameaças de desemprego foram reforçadas pelos aspectos conjunturais da economia brasileira e internacional e os acontecimentos cotidianos corporativos, como queda na produtividade e rentabilidade da mina e a morte do presidente da empresa, fato que ocorreu em 1992 e que praticamente deixou acéfalo o próprio Grupo Paranapanema, além das transferências de controle acionário da mineradora, que aconteceram em 1996 e em 2008.

É necessário ressaltar que, de 1996 a 2008, a Paranapanema foi controlada por fundos de pensão, tendo como principal acionista a Previ (fundo dos funcionários do Banco do Brasil, com 50,3% das ações), cujo conselho deliberativo ficou com o poder de decisão sobre o destino da Mineração Taboca. De 1996 até 2004, o grupo empresarial era considerado um sumidouro de dinheiro, sendo por isso apelidada de Parana-problema. Sob o comando do executivo Geraldo Haenel (2004-2008), a Mineração Taboca sofreu profunda reestruturação administrativa e financeira, necessária para ser colocada à venda, o que de fato ocorreu em novembro de 2008, por

US\$ 400.000.000,00 (cerca de R\$ 850.000.000,00 na época). A compradora foi a Serra da Madeira Participações, empresa constituída especificamente para este negócio pelo grupo empresarial peruano Minsur, controlado pela família Brescia, o maior produtor de estanho da América Latina e um dos maiores do mundo, com participação em mais de 30% do mercado mundial.

Voltando à análise sobre a vida atual dos pioneiros, outra situação que deve ser encarada em breve pelos quatro trabalhadores que ainda estão a serviço da Mineração Taboca é em relação à aposentadoria. José Adelmo de Oliveira, atualmente com 57 anos, completou em junho de 2009 exatos 24 anos de serviço ininterrupto à mineradora. Com mais 13 anos de contribuição à Previdência Social de seu primeiro emprego, na construtora Mendes Júnior, em operação no Estado da Bahia, Oliveira totaliza 37 anos, dois a mais que o tempo necessário, de 35 anos, para requerer a aposentadoria integral. Para as mulheres este tempo é reduzido em cinco anos, o que significa contribuir durante 30 anos ininterruptamente para fazer jus a 100% do "salário de benefício", que corresponde, via de regra, a 40% do salário da ativa. Mais do que sonhar com a aposentadoria, a preocupação dos empregados da mineradora é em relação a permanecer no emprego o maior espaço de tempo possível, pois, do contrário, não poderão continuar morando na vila, que é para muitos o lugar onde passaram a maior parte de suas vidas e ali lançaram raízes.

A aposentadoria significaria, assim, a expulsão automática não somente do local de trabalho mais também de "sua própria casa". Em relação aos empregados graduados previdentes, supõe-se que tenham adquirido algum imóvel, em qualquer cidade do país, para essa fase crucial da vida, o que é confirmado no caso específico de Almir e Débora Cavalcanti. Para os demais empregados, que ao longo dos anos vêm sobrevivendo com um salário médio mensal de US\$ 250,00 (OLIVEIRA, 2000), valor equivalente mais ou menos a um salário mínimo, fica difícil prever uma situação em que eles possam sair tranquilamente do emprego e da casa onde moram com suas famílias. O propalado alto salário pago pela "Mamãe Taboca" foi minguando após a década de 1980 junto com a carga excessiva de horas extras, características marcantes dos anos de ouro do Pitinga, sendo razoável supor que poucos empregados que permaneceram na empresa desde aquela época possam ter economizado o bastante para comprar uma casa em Manaus ou mesmo em Presidente Figueiredo.

Dando prosseguimento às considerações sobre o destino dos 12 trabalhadores pioneiros, nos reportamos a Antônio Dourado Almeida, o único que assinou a ata de fundação do sindicato alternativo do Pitinga. Atualmente ele é secretário de Esportes do município de Presidente Figueiredo, morando no bairro José Dutra. Almeida avalia positivamente sua passagem pela Mineração Taboca. "Fiz carreira, pois entrei na empresa como ajudante e saí como profissional. Financeiramente não foi bom, não, mas devido a problema meu mesmo. Me dou bem em Presidente Figueiredo, pois é uma cidade tranquila, sem violência". (ENTREVISTA, 2009).

Nilton Lima em seu período de permanência na empresa, de 1989 a 1997, conheceu sua esposa, filha de um colega de trabalho, com quem tem dois filhos. Atualmente é coordenador de Projetos da prefeitura de Presidente Figueiredo, um cargo de confiança na estrutura administrativa, além de presidir uma associação de mototaxistas, com cerca de 30 associados.

O pedreiro Edmar Fonseca, com 45 anos, é filho de José Fonseca. Atualmente trabalha como mestre-de-obras em Presidente Figueiredo e se dá por satisfeito por ter sempre algum serviço para fazer, como o piso externo de uma pousada local, trabalho que estava executando quando participou da pesquisa de campo. Ele conta que,

O tempo em que eu fazia piso de canil na Taboca ficou para trás sem deixar saudade. Há alguns anos tentei me eleger vereador, mas fui derrotado no tapetão por causa das alianças que deixei de fazer. Considero tranquila a minha situação atual. Vivo com minha mulher, que é professora, e tenho dois filhos. A nossa casa de alvenaria eu mesmo construí. Ela fica bem próxima da Escola Municipal Octávio Cavalcanti Lacombe, no bairro José Dutra. Com a minha Kombi, ainda dá pra fazer frete também. Isso me garante um dinheirinho bom de vez em quando (EDMAR FONSECA, entrevista, 2009).

Edite Braga em junho de 2009 completou 80 anos de uma vida bem vivida e, sobretudo, produtiva e dedicada à família, atualmente composta por três filhos e duas filhas, além de quatro netos. No início de 2009, faleceu seu marido, Silvino Nicácio Pereira, de 89 anos, pondo fim a uma relação conjugal que durou 57 anos e deixou para ela boas lembranças, inclusive aquelas do tempo de namoro, quando o casal se comunicava por bilhetes escritos, não em folhas de papel, mas em folhas de bananeira. Ela conta que,

Quando o meu marido ficou doente, no ano passado, a gente não tinha nenhum plano de saúde. O Silvino precisou contar com a boa vontade dos políticos daqui de Figueiredo para receber um tratamento mais ou menos. Isso só foi possível graças aos conhecimentos que a gente tem, das amizades que a gente faz, de muitos anos. Eu fico meio assim ... quando penso na minha própria situação. O que vou fazer se eu cair doente? Eu já tenho uma idadezinha e apesar de eu ainda me sentir forte, qualquer dia vou precisar de médico. Aí eu vou ter de ir pra fila do SUS (EDITE BRAGA, entrevista, 2009).

Juntos, o casal construiu um pequeno sítio na comunidade Cristo Rei do Uatumã, localizada no quilômetro 28 da Estrada de Balbina, em Presidente Figueiredo, que proporciona duas safras anuais de cupuaçu e o honroso título de produtora rural à Edite Braga. Mas, nem em seu retiro rural ela se vê livre de um dos principais males que afetam as grandes cidades brasileiras, a insegurança física e patrimonial. Depois do falecimento do marido, a produtora rural encontra-se praticamente sozinha no sítio, tendo a companhia eventual de um de seus genros, que nele trabalha. Para a defesa pessoal, a octogenária porta um revólver calibre 32, devidamente registrado na delegacia de polícia local, deixando todos de sobreaviso que tem a disposição e a perícia necessárias para usá-lo se houver necessidade. "Se alguém entrar no meu sítio sem ser convidado, eu passo fogo. A danadinho aqui atira bem pra caramba, viu? (EDITE BRAGA, entrevista 2009).

Atualmente, a produtora rural não tem nenhuma bolsa do governo e conta com a aposentadoria do INSS, de R\$ 432,00, para sua sobrevivência. A renda é complementada com idas freqüentes à sede municipal de Presidente Figueiredo e, ocasionalmente, às vilas de Pitinga e de Balbina, para vender polpas de fruta, principalmente de cupuaçu, que colhe em seu sítio. Também complementa sua renda o aluguel de uma pequena casa localizada no bairro da Cachoeirinha, em Manaus, que lhe garante R\$ 400,00 a mais em seu orçamento mensal, que, ao todo, gira em torno de R\$ 1.200,00. "Esse dinheiro dá para eu pagar as minhas contas. Conforme for, ainda nesse ano eu vou viajar pra Juazeiro do Norte, lá no Ceará, para assistir o círio de Nossa Senhora da Conceição" (EDITE BRAGA, entrevista, 2009).

Deixamos por último o resumo da vida de Edite Braga porque seu exemplo deixa transparecer a situação em que se encontram as políticas públicas adotadas pelo

Estado brasileiro nas áreas sociais, sobretudo em relação à previdência social e à saúde, e nos permite avançar na análise sobre o desenvolvimento econômico e social do país tendo-se um referencial empírico bem caracterizado do ponto de vista das especificidades regionais. Paradigma e fronteira da civilização ocidental, a Amazônia é rica em recursos naturais, com grandes estoques de madeira, castanha, peixes, minérios e uma imensa variedade de vegetais, dos quais se extraem óleos e essências para uso medicinal, cosmético e alimentício. Ao lado de seu potencial econômico extraordinário, a região apresenta índices socioeconômicos muito baixos e enfrenta dificuldades decorrentes da falta de infraestrutura urbana e serviços públicos, como transporte, água tratada e esgoto, energia, comunicação, hospitais e escolas, bem como de tecnologia.

Assim, a realidade amazônica é marcada pelas precárias condições de acesso a bens e serviços sociais por parte da maioria da população, antagonismos que, a nosso ver, foram em parte gerados pelo processo de implantação dos grandes projetos amazônicos, que alteraram negativamente as condições de trabalho e o espaço social onde as pessoas levam suas vidas. Nem mesmo projetos de extração mineral considerados altamente rentáveis, como o da Mineração Taboca, mudaram o perfil eminentemente empobrecido da população inserida em suas áreas de atuação. O município de Presidente Figueiredo é emblemático neste sentido, pois é significativo o volume de recursos que a administração municipal vem recebendo a título de royalties desde 1982.

Por intermédio do pagamento da Compensação Financeira sobre Extração Mineral (CFEM), que substituiu o Imposto Único sobre Minerais (IUM), Pitinga tem contribuído de forma decisiva para a manutenção da máquina administrativa e implantação das políticas públicas do município de Presidente Figueiredo. Atualmente, o valor médio anual de repasse da CFEM para os cofres governamentais é da ordem de R\$ 1.600.000,00, tendo este atingido, na década de 1980, a cifra de US\$ 18.000.000,00. Neste contexto, é importante salientar que o imposto corresponde preponderantemente à comercialização de cassiterita (estanho), sendo recolhido desde 1982 também em decorrência da zirconita, tântalo e nióbio, porém não encontramos nenhum registro, feito pela própria Mineração Taboca ou por parte da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em relação ao pagamento pela extração do ouro mencionada por quatro dos 12 sujeitos da pesquisa. Correspondendo a 15% sobre o valor da cassiterita comercializada,

a CFEM é rateada entre o Estado do Amazonas, que fica com 70% do valor total pago; 20% com o município de Presidente Figueiredo; e o restante, 10%, com a União.

Além da CFEM, Presidente Figueiredo conta com o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a que todos têm direito; pagamentos de pensionistas, aposentados e beneficiários do programas sociais do Governo Federal; e impostos devido à geração de energia elétrica de Balbina, administrada pela Eletronorte, e à produção de açúcar mascavo e álcool pela empresa Jayoro Agroindustrial. Essas empresas, aliadas às atividades turísticas e agropecuárias, tornaram Presidente Figueiredo, na década de 1980, um município singular do ponto de vista das oportunidades econômicas, somente superado por Coari, na década seguinte, devido à exploração de petróleo e gás em seu território. Este volume significativo de recursos financeiros resultou, de certo modo, na melhoria do bem-estar coletivo, realidade que pode ser comprovada se a referência for o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), estudo promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que foi realizado pela primeira vez no país em 1990.

Na década subsequente à implantação da Mineração Taboca, Presidente Figueiredo ficou em segundo lugar na classificação estadual do IDH-M, atrás somente da capital, distanciando-se dos demais municípios amazonenses. Segundo dados do relatório da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), no período de 1991 a 2000, o IDH-M de Presidente Figueiredo cresceu 7,08%, passando de 0,692 em 1991 para 0,741 em 2000. Segundo a classificação PNUD (2000), o município estava entre os considerados de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Esta classificação, no entanto, não torna o município um candidato natural a atingir índices próximos a 0,8 devido à dinâmica demográfica, sujeita a constantes levas de migrantes de Estados empobrecidos, como observa Oliveira (2000, p. 125) em relação aos maranhenses, expulsos de suas localidades de origem por um sistema fundiário que privilegia o latifúndio em detrimento à pequena propriedade rural. Os maranhenses, segundo o Censo Demográfico de 1980 (apud Oliveira, 2000, p. 125), correspondiam a 52,6 % de todos os migrantes nordestinos do município.

Entre nossos interlocutores de Presidente Figueiredo, constatamos que o modelo cidade empresa adotado pelos administradores da Mineração Taboca está intimamente associado à idéia de desenvolvimento e modernidade, que contrasta com a forma desordenada do processo de construção do espaço urbano da maioria das cidades da região, carentes de um plano diretor para racionalizar a expansão urbana ou sem força política e administrativa para por em execução tal plano. Esta imagem positiva se reflete também sobre assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento do município, pois o empreendimento representado pelo modelo cidade-empresa estaria propenso a agir como uma força estruturante da economia, disseminando de alguma forma os benefícios sociais disponibilizados internamente pela empresa mineradora. Mas o que se vê, principalmente no caso da Mineração Taboca, é uma baixa incorporação desses benefícios pela população de Presidente Figueiredo como um todo, que continua com um padrão de vida que, à primeira vista, pouco difere de municípios que não recebem nenhuma contribuição advinda da exploração de seu subsolo.

Ao realizarmos a pesquisa de campo, ficou evidente que, atualmente, os pioneiros do Pitinga enfrentam situações adversas comuns a todos os trabalhadores da região. Mesmo os que continuam empregados na mineradora desde a década de 1980 não apresentam melhor situação em relação àqueles que há muito não fazem parte do quadro funcional da empresa, evidentemente com as duas exceções já mencionadas, Almir Cavalcanti e José Adelmo de Oliveira, que se beneficiam de suas prerrogativas como empregados de nível gerencial da empresa.

As reflexões teóricas sobre o modo de produção capitalista e seus desdobramentos sociais na Amazônia, formuladas por Silva (2000), Oliveira (2002) e Torres (2005), encontram ressonância na realidade observada em campo, sinalizando de maneira eloquente que a precarização das condições de vida dos trabalhadores pioneiros do Pitinga está intimamente associada às formas de relações de trabalho e de poder autoritárias utilizadas na implantação desse projeto minerador. Ao longo da nossa trajetória de estudos para compreender o cerne das questões sociais da Amazônia, tornou-se evidente que projetos extrativistas como o da Mineração Taboca poderiam contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento humano das populações amazônicas caso adotassem a perspectiva de desenvolvimento socialmente solidário e

tivessem o respaldo do Estado para privilegiar as políticas sociais internas, corporativas, em detrimentos ao lucro a ser alcançado a todo custo.

Em relação às políticas sociais do Estado, observa-se que estas dependem diretamente da receita tributária brasileira, que, apesar de toda a “boa vontade e esforço” da classe política em sentido contrário, vem aumentando significativamente ao longo dos anos, tendo atingido, segundo alguns cálculos (SALAZAR, 2004), cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao passo que se admite a cobrança de impostos para que o Estado brasileiro, como organizador das atividades sociais e econômicas, atinja seus objetivos, percebe-se que o percentual da tributação nacional equipara-se a de países do norte da Europa, em que o estado do bem-estar social (*welfare state*) proporcionado pela social-democracia, com sua ampla gama de serviços sociais, é uma realidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Pochmann (2002, p. 60) critica o modo como as políticas sociais foram implantadas no país ao longo dos anos:

A incapacidade de conformação de um Estado de Bem-Estar Social deu vazão à difusão de políticas sociais caracterizadas pelo autoritarismo e pela pequenez nos seus objetivos e resultados. Além da subordinação extrema das políticas sociais e do trabalho constituídas entre 1930 e 1980 ao modelo econômico excludente, observou-se também uma contínua relação combinada entre situação de paternalismo-nepotismo e repressão assistencialista.

Desde os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com sua Rede de Proteção Social, o país vive uma febre de programas sociais federais, estaduais e municipais de transferência de renda para os menos favorecidos, aí incluídos os programas Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e, mais recentemente, aqui no Amazonas, o Bolsa Floresta. A principal característica destes programas é o repasse de renda condicionado a alguma atividade a ser realizada pelo beneficiado, como, por exemplo, a obrigação de manter os filhos na escola ou mesmo a participação em atividades geradoras de ocupação e renda, exigências que, de certa forma, diminuem a fragilidade social do grupo.

A questão macroeconômica, que envolve por inteiro o sistema capitalista de produção, não pode ser deixada de lado quando se analisa a questão social. Oliveira (1998) considera que, nas últimas décadas, o *welfare state* constituiu-se, em todo o

mundo, no padrão de financiamento público da economia capitalista. Para o autor, este sistema econômico pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública em que, sob a égide do contrato social, o dinheiro dos impostos financia a acumulação de capital, de um lado, e, de outro, a reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente a sociedade por meio dos gastos sociais.

De certa forma, percebe-se que o capitalismo em vigor no Brasil, caracterizado como periférico, é caudatário ao dos países centrais, nos quais o *welfare state* de certa maneira ainda satisfaz as expectativas do trabalhador. Ianni (1999) assinala que entre os efeitos perversos da globalização está o financiamento de parte do bem-estar social dos países ricos, onde se encontram as matrizes das empresas transnacionais, pelos trabalhadores das nações em desenvolvimento, onde se encontram as fábricas e as áreas de extração de minérios potencialmente geradoras de alta rentabilidade. Esta aparente normalidade nas relações entre os cidadãos dos países desenvolvidos e seus respectivos Estados acaba gerando uma situação anômala, em que o sistema capitalista, para oferecer as condições sociais adequadas à população dos países centrais, pode estar recrudescendo estas condições nos países periféricos.

Nos países em desenvolvimento, a cobertura da seguridade social é proporcionalmente menor que a existente nos países centrais, sendo destinada à camada da população que tem relação direta com a produção capitalista (IANNI, 1999), excluindo das benesses as camadas mais pobres, que, porém, não são excluídas da cobrança dos impostos, principalmente pela via do ICMS da cesta básica, destinados à seguridade. Assim, temos no Brasil uma situação em que a estrutura fiscal obriga os mais pobres a pagar para que os remediados sobrevivam e possam continuar trabalhando a serviço do sistema capitalista. Em outras palavras, o Estado brasileiro, apoiado em uma política fiscal abrangente, reparte com todos os custos e despesas de sua política social, direcionando-a, no entanto àqueles que fazem parte diretamente do jogo capitalista, o que amortece as tensões sociais sem que haja uma efetiva eliminação das mazelas causadas pela macroeconomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que, desde o início da implantação dos grandes projetos, a partir de 1957, a Amazônia passou a conviver com novas ameaças, como o desmatamento em grande escala, perturbação da sociabilidade tradicional, ocupação desordenada da terra e uso inadequado do solo, sem que tenham sido tomados os cuidados necessários para eliminar ou mesmo mitigar os impactos negativos daí decorrentes. A nova fisionomia da Amazônia é consequência direta da expansão do capital em seu território desde os primórdios da conquista. Foi dentro desse contexto de exploração que a região se tornou grande fornecedora de matérias-primas, especialmente as de origem mineral, contexto em que se inserem projetos como o da Mineração Taboca.

Ao analisarmos a emergência dos grandes projetos na Amazônia e seus impactos negativos nas comunidades regionais, especialmente as indígenas, fica evidente a força lobista das empresas adventícias, que se prevaleceram das relações de poder promovidas por seus diretores para delas tirar o máximo de proveito. No caso específico da Mineração Taboca, a nossa pesquisa revela que a empresa se beneficiou sobejamente das relações de poder para garantir a sua implantação e atuação no Amazonas, especialmente em relação à expropriação da Terra Indígena Waimiri-Atroari e à manutenção de um poder disciplinar extremamente adverso no âmbito da disciplina do trabalho e na vida comunitária do Pitinga, conduzido por uma guarda patrimonial de caráter paramilitar radicalmente truculenta. A pesquisa também mostra as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores, especialmente aquelas relacionadas ao ambiente de trabalho, em que constantemente haviam acidentes, muitos deles fatais. Dirige críticas à exposição dos pioneiros a endemias regionais, que em muitos deles deixou sequelas.

No contexto do poder disciplinar, a pesquisa mostra que o sindicato dos trabalhadores nada fez por eles. Aquele sindicato de base estadual, que atuava na mina do Pitinga durante a década de 1980, foi diretamente influenciado e cooptado pelo poder patronal. A atuação da entidade representativa dos trabalhadores estava atrelada aos interesses da empresa mineradora. O sindicato substituto, de base municipal, fundado em 1993, seguiu o mesmo caminho do anterior, inclusive tendo em sua direção

Francisco Braga, o sindicalista que durante alguns anos presidiu o sindicato de base estadual. As duas entidades sindicais são apontadas na pesquisa como representativas de uma concepção sindical denominada de peleguismo ou velho sindicalismo.

A pesquisa constata que o sindicato alternativo, fundado em 1990 por Edson Santos com a anuência de parte significativa dos trabalhadores do chão de mina, foi anulado por determinação da Justiça a partir de uma ação promovida pelo sindicato de base estadual com o apoio velado da empresa mineradora. A pesquisa mostra as estratégias utilizadas no fazer-se classe dos trabalhadores do Pitinga e dá destaque aos avanços e recuos do movimento sindical local. O nível de organização sindical alcançado pelos trabalhadores do Pitinga frente ao projeto minerador, demonstrado por ocasião da fundação do sindicato alternativo, deixa claro que o episódio poderia ter outro desfecho, mais favorável ao operariado. Este acontecimento reforça a nossa convicção de que havia uma linha tênue que separava a tentativa da vitória, sendo necessário naquele momento reforçar a determinação e a coragem para rompê-la.

Nas estatísticas oficiais, a população amazônica aparece entre aquelas de menor renda per capita do país, morando em municípios que apresentam índices sofríveis de desenvolvimento humano e com problemas ambientais que se agravam a cada dia, além de vivenciar muitos problemas decorrentes da precariedade dos sistemas de educação e saúde e da abrangência limitada das políticas públicas voltada para o bem-estar. A pesquisa revela que é este o contexto social em que estão inseridos sete dos 12 trabalhadores pioneiros do Pitinga, sendo que os cinco restantes ainda exercem atividades laborais na cidade empresa erguida em Presidente Figueiredo, sem ter, no entanto, a expectativa de continuar morando em tal ambiente após a aposentadoria. As falas de todos os 12 sujeitos da pesquisa revelam que esses trabalhadores vivem, atualmente, outra fase de suas vidas longe da empresa mineradora. Os trabalhadores pioneiros do Pitinga estão relativamente bem de vida, exercendo outras profissões ou as mesmas profissões de então, sendo que em outros lugares e contextos.

Reiteramos a noção de que o desenvolvimento regional não pode resultar de um planejamento feito de fora para dentro, como tem prevalecido historicamente na região amazônica, nem pode assentar-se só no âmbito econômico, deixando em segundo plano os trabalhadores. A atual situação econômica e social da região não foge à lógica

capitalista de exacerbação do individualismo e ao conceito darwinista de evolução da humanidade que, embora permitindo certos tipos de engodo social, excluem de maneira incisiva a possibilidade de elevação da qualidade de vida de todos a partir da noção de solidariedade humana em escala planetária.

A conclusão do mestrado significou para mim o cumprimento de uma etapa importante na minha trajetória acadêmica e profissional, em que pude compreender melhor as particularidades do desenvolvimento regional e as facetas do trabalho e das relações de trabalho no contexto amazônico. O caminhar neste trajeto foi, sobretudo, extremamente gratificante sem, contudo, deixar de ser difícil, por vezes sofrido, o que condiz com a grandiosidade do objetivo proposto. O meu esforço pessoal, superando até mesmo minhas limitações intelectuais, e a dedicação e atenção extremamente profissionais da professora orientadora foram fundamentais para a conclusão da pesquisa. Assim como foi com a graduação, espero que com o mestrado novos horizontes possam ser conquistados, nos quais a Educação e a Pesquisa estarão em primeiro plano.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia - Do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.
- BAINES, Stephen Grant. *"É a FUNAI que Sabe": A Frente de Atração Waimiri-Atroari*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PR, 1991.
- _____. *O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial. Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS, 1993.
- BARRETO, Maria Laura; SIROTTEAU, Glória Janaína de Castro. *Mineração em terras indígenas: um estudo comparativo*. In: *Ensaio sobre a sustentabilidade da mineração no Brasil*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.
- BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2005.
- BLASS, Leila Maria da Silva. *Estamos em greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BOITO JR. Armando. *O sindicalismo tem futuro?* São Paulo: Pucviva, 2001.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação - A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *Polifônicas idéias: antropologia e universalidade*. São Paulo: Editora Imaginário, 1997.
- _____. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 19.
- CARVALHO, José Porfírio Fontenelle de. *Waimiri Atroari, a história que ainda não foi contada*. Brasília: Carvalho (edição do autor), 1982.
- CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido – Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: UFPA, 1997.
- CASTRO, Edna. *Processos de trabalho e relações de poder no Carajás*. In *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- CHAGAS, Andrezza Campos, et al. *Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) em uma vila de exploração de minérios - Pitinga, município de Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil*. In: *Revista Brasileira de Epidemiologia*. Volume 9, número 02. 2006.

_____. *Perfil protóico de extratos de glândulas salivares do principal vetor de oncocercose no Brasil, Thyrsopeima guianense, (Diptera:Simuliidae) em Pitinga, Presidente Figueiredo/AM.* In: *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (R.B.M.T).* 2004.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *O Brasil e a Globalização: A Renovada Condição Periférica.* Brasília: Universa, 2004.

DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense.* In: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.* São Paulo: Cortez, 1992.

D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs). *A Amazônia e a Crise da Modernização.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DRUMMOND, José Augusto. *Investimento privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico – caso da mina de manganês da Serra do Navio (Amapá).* In: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

_____. *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa.* Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GUEDES, Néviton. *Mercado de trabalho e direito do trabalho.* In: *Introdução crítica ao direito do trabalho.* Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. *Amazônia indígena: conquistas e desafios.* São Paulo: Editora, 2005.

HIRATA, Helena. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero.* In: *Revista Latinoamericana del trabajo - Género, Tecnologia e Trabalho.* Ano 4, nº 7. Campinas: Unicamp, 1998.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INB - Indústrias Nucleares do Brasil. *Atual Estágio de Desenvolvimento Tecnológico da Produção de Energia Nuclear no Brasil, Presidente Alfredo Tranjan Filho.* 2008.

LIMA, Antônio Carlos Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. *Um grande cerco de paz: poder tutelar: indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do novo sindicalismo - Democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-ANPOCS, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão – o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. *O capital*. Tradução Gabriel Deville. Bauru: Edipro, 2003.

MONTE, Paulo Pinto. *Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. São Paulo: 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor - A economia política da hegemonia imperfeita. Coleção Zero à Esquerda*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas*. In *Travessia – revista do migrante. Publicação do Centro de Estudos Migratórios, número 24*. São Paulo: Editora Peres, 1996.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. *Waimiri-Atroari: invasão e fragmentação do território indígena*. In *Travessia – revista do migrante. Publicação do Centro de Estudos Migratórios, número 24*. São Paulo: Editora Peres, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

PEREIRA, Deusamir. *Amazônia Insustentável Zona Franca de Manaus - estudo e análise*. Manaus: Editora Valer, 2005.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 2003.

PINTO, Renan Freitas. *Como se produzem as zonas francas*. In *Trabalho e produção capitalista. Série Seminários e Debates nº 13*. Belém: UFPA/ NAEA, 1987.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: EDUA, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 3a. edição. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

REIS FILHO, Milton Melo dos. *Quem vai descer a Acará? Processo de construção do fazer-se classe do operariado do parque industrial de Manaus - Anos 1980*. Dissertação

de mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Manaus: 2008.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio – comunidade urbana na selva amazônica*. São Paulo: Editora Pini, 1993.

ROSA, Maria Inês. *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: Edusp e Letras e Letras, 1994.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALAZAR, Admilton. *Amazônia - Globalização e sustentabilidade*. Manaus: Editora Valer, 2004.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia – Potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: T.A. Queiroz / Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfozes da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

_____. *Agenda Amazônia 21: valorização Humana e Social*. IN: *Caderno NEPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais*. Manaus: Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas, 1998.

SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

STOCKINGER, Gottfried. *A Reestruturação de Relações Tradicionais na Amazônia Numa era de Modernização forçada (1960 – 1980)*. IN: COSTA, Maria José Jackson (orgs). *Sociologia na Amazônia – debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001.

THOMPSON, Edward P. *A História Vista de Baixo*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa – A maldição de Adão*. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazonidas*. Manaus: Edua, 2005.

_____. *Noções de trabalho e trabalhadores na Amazônia*. In: *Somanlu Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas*. Ano 1, número 1. Manaus: Edua/Capes, 2000.

_____. *Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia*. Anais em PDF do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2004.

VALE, Maria Carmen Rezende. *Waimiri Atroari em festa é maryba na floresta*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Manaus: 2002.

ANEXOS

- Formulário (modelo) de identificação e roteiro de entrevista (sondagem específica e sobre a organização sindical) dirigidos a dez ex-trabalhadores da Mineração Taboca, que atuaram em algum momento no período de 1981 a 1990, para coleta de dados da pesquisa;
- Formulário (modelo) de identificação e roteiro de entrevista (sondagem sindical e específica) dirigidos a três dirigentes sindicais do setor de mineração, que atuaram em algum momento no período de 1981 a 1990, para coleta de dados da pesquisa;
- Formulário (modelo) de identificação e roteiro de entrevista (sondagem específica) dirigidos a dois ex-gerentes da Mineração Taboca, que atuaram em algum momento durante o período de 1981 a 1990, como instrumento de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada Mineração Taboca: trabalho e relações de poder na Amazônia, vinculada este Programa de Pós-Graduação da UFAM;
- Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, para pesquisa envolvendo seres humanos;
- Termo de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
- PPGSCA

Roteiro de entrevistas

Formulário de identificação e roteiro de entrevista (sondagem específica e sobre a organização sindical) dirigidos a dez ex-trabalhadores da Mineração Taboca, que atuaram em algum momento no período de 1981 a 1990, para coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada Mineração Taboca: trabalho e relações de poder na Amazônia, vinculada a este Programa de Pós-Graduação da UFAM.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Nome:

1.2 – Idade:

1.3 – Procedência (cidade onde nasceu):

1.4 – Estado civil:

1.5 - Escolaridade:

1.6 – Função que exercia na empresa:

1.7 – Vínculo empregatício:

1.8 – Período de permanência na empresa:

1.9 – Profissão atual:

1.10 – Onde mora atualmente:

II – SONDAGEM ESPECÍFICA

2.1 – Qual era sua faixa salarial na empresa?

2.2 - Qual o motivo que o levou a empregar-se na Mineração Taboca e quais atrativos a empresa oferecia aos seus empregados?

2.3 - Quais as perspectivas de emprego em sua localidade de origem?

2.4 - Como foi o processo seletivo para obter o emprego?

2.5 - Como era o seu dia-a-dia durante sua permanência no emprego?

2.6 - Quais as dificuldades enfrentadas em seu local de trabalho por ser a mina do Pitanga considerada, na década de 1980, como um empreendimento pioneiro em área de floresta equatorial?

2.7 – A que disciplina de trabalho os funcionários eram submetidos?

2.8 - Quais suas impressões em relação ao trabalho realizado em um ambiente então considerado insalubre para trabalhadores urbanos?

2.9 - Como era sua relação profissional com o seu chefe imediato e com os gerentes da mina?

2.10 - Como era o comportamento da guarda patrimonial da Mineração Taboca em relação aos empregados?

2.11 - Em termos profissionais, sua atuação na empresa de mineração contribuiu positiva ou negativamente?

2.12 - Qual sua atual situação trabalhista?

2.13 - Quais são suas condições de vida atualmente?

III – SONDAGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

3.1 - Qual sua opinião sobre a organização sindical dos trabalhadores?

3.2 - Qual foi o seu envolvimento com o movimento sindical na década de 1980?

3.3 - Quais suas expectativas, na década de 1980, sobre a atuação do sindicato em relação aos trabalhadores?

3.4 - Qual sua opinião sobre a atuação (década de 1980) do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minérios do Estado do Amazonas, em relação aos trabalhadores da mina do Pitinga?

3.5 - Caso tenha participado da tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo (1990), quais foram os motivos que levaram os trabalhadores a esta iniciativa?

3.6 - Caso tenha participado da tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo (1990), como se deu este processo, como os trabalhadores, de um modo geral, reagiram a esta iniciativa e em que resultou?

3.7 - Caso tenha, na época (1990), participado ou simplesmente tomado conhecimento da tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo, quais eram suas expectativas em relação a esta iniciativa?

3.8 - Qual a sua opinião sobre a atuação do movimento sindical brasileiro na década de 1980?

3.9 - Sob o seu ponto de vista, como podem ser classificadas as relações que se deram na década de 1980 entre a Mineração Taboca e o sindicato de classe de base estadual?

3.10 Na sua opinião, quais os caminhos que os trabalhadores devem tomar para ter seus direitos constitucionais assegurados?

3.11 - Na sua opinião, qual o grau de importância do sindicato e dos movimentos da sociedade civil para a melhoria da qualidade de vida da população?

3.12 - Na sua opinião, o que os trabalhadores podem fazer para melhorar suas relações trabalhistas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
- PPGSCA

Roteiro de entrevistas

Formulário de identificação e roteiro de entrevista (sondagem sindical e específica) dirigidos a três dirigentes sindicais que atuaram em algum momento no período de 1981 a 1990, tendo-se como referência o extrativismo mineral em Presidente Figueiredo, para coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada Mineração Taboca: trabalho e relações de poder na Amazônia, vinculada a este Programa de Pós-Graduação da UFAM.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Nome:

1.2 – Idade:

1.3 – Profissão:

1.4 – Cargo que exercia no sindicato durante a década de 1980:

II – SONDAGEM SINDICAL

2.1 – Nome do sindicato:

2.2 – Ano de fundação:

2.3 – Número médio de trabalhadores filiados na base durante a década de 1980:

2.4 – Principais bandeiras de luta durante a década de 1980:

2.5 – Conquistas foram obtidas pelo sindicato durante a década de 1980:

2.6 – Impasses e recuos da luta sindical que aconteceram na década de 1980:

III – SONDAGEM ESPECÍFICA

3.1 – Qual a sua participação na tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo promovida por trabalhadores da Mineração Taboca nos anos 1989 e 1990?

3.2 – Qual a sua posição em relação a esta tentativa frustrada, como se deu este processo, como os trabalhadores reagiram a esta iniciativa e em que resultou?

3.3 – Como eram as relações trabalhistas na Mineração Taboca durante a década de 1980 e qual era a posição do seu sindicato?

3.4 – Qual a sua posição em relação às denúncias de maus tratos a trabalhadores existentes contra a guarda patrimonial da Mineração Taboca durante a década de 1980?

3.5 – Qual o seu conhecimento sobre o processo de remarcação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, fato que possibilitou a implantação da mina do Pitinga?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
– PPGSCA

Roteiro de entrevistas

Formulário de identificação e roteiro de entrevista (sondagem específica) dirigidos a dois ex-empregados em nível gerencial da Mineração Taboca, que atuaram em algum momento durante o período de 1981 a 1990, como instrumento de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada Mineração Taboca: trabalho e relações de poder na Amazônia, vinculada este Programa de Pós-Graduação da UFAM.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Nome:

1.2 – Idade:

1.3 – Profissão:

1.4 - Cargo que exercia na empresa durante a década de 1980:

II – SONDAGEM ESPECÍFICA

2.1 – Qual a sua participação na tentativa frustrada de implantação de um sindicato alternativo promovida por trabalhadores da Mineração Taboca nos anos de 1989 e 1990?

2.2 – Qual a sua posição em relação a esta tentativa frustrada, como se deu este processo e em que resultou?

2.3 – Como eram as relações trabalhistas na Mineração Taboca durante a década de 1980?

2.4 – Qual a sua posição em relação a denúncias de maus tratos a trabalhadores existentes contra a guarda patrimonial da Mineração Taboca durante a década de 1980?

2.5 – Qual a sua posição sobre o processo de remarcação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, fato que possibilitou a implantação da mina do Pitinga?

2.6 – Qual a sua posição em relação a denúncias de que houve favorecimento fiscal ilícito a favor da Mineração Taboca durante a década de 1980?